Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins

Cartografia do Patrimônio Cultural: uma análise da cartografia no âmbito dos Inventários Nacionais do IPHAN

Rio de Janeiro

2015

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins

Cartografia do Patrimônio Cultural: uma análise da cartografia no âmbito dos Inventários Nacionais do IPHAN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Drª. Claudia Feierabend Baeta Leal

Rio de Janeiro

2015

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

M379 Martins, Ana Betânia de Souza Pimentel.
Cartografia do Patrimônio Cultural: uma análise da Cartografia no âmbito dos inventários nacionais do IPHAN / Ana Betânia de Souza Pimentel Martins – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

101 f.; il.

Orientadora: Claudia Feierabend Baeta Leal

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

1. Cartografia. 2. Patrimônio Cultural. 3. Geografia. 4. Inventários. I. Leal, Claudia Feierabend Baeta. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins

Cartografia do Patrimônio Cultural: uma análise da Cartografia no âmbito dos inventários nacionais do IPHAN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2015.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal (orientadora)

_____

Professor Me. Luciano dos Santos Teixeira – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Marcelo Antônio Sotratti – UERJ

Para minha filha, Cecília, que aprenda que os sonhos verdadeiros se diluem no esforço cotidiano, e da noite extravasam para o dia; E também que a vida sempre pode nos surpreender com inesperadas maravilhas, ás vezes, até muito melhores do que os próprios sonhos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer algumas pessoas e instituições as quais foram fundamentais no desenvolvimento do curso de mestrado e também na realização desta dissertação:

À Coordenação-Geral de Pesquisa Documentação e Referência do IPHAN – COPEDOC, no Rio de Janeiro, onde fica a sede deste mestrado. Em especial agradeço à Lia Motta, Adriana Nakamuta e professores pelo acolhimento e discussões durante a Oficina Nacional e os módulos de aulas que de alguma forma ajudaram no processo acadêmico e criativo deste trabalho.

A Fundação Darcy Ribeiro por disponibilizar a bolsa de estudos.

A todos os alunos-pesquisadores, queridos amigos da pós-graduação da turma do PEP de 2012-2014; Em especial quero agradecer às minhas queridas amigas, com quem dividi não só um espaço divertidíssimo de moradia durante os módulos de aula, mas por compartilharmos nossas conquistas e, principalmente, por terem multiplicado o sentido da amizade, carinho e compreensão na minha vida: Joseane, Michelle, Lilian, Tamyres, Lorraine, Ellis, Mônica e Anne (em especial pela ABNT!). "Siris-ricas", vocês me rejuvenescem e me preenchem com suas alegrias.

Aos profissionais e auxiliares técnicos da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, que me ajudaram no cotidiano de trabalho como bolsista da Superintendência: Frederico Almeida, Maria Emília, Marcia Hazin, Carmem Muraro, Cristina, Daniela Periquito, Cremilda, Romero, Thaís, Elenita, Fábio Cavalcanti, Nilson, Vânia, Ilka, Elsabeth, Júlia (ex-pepista), Érica, Rayane, Maria, Raquel, Adriana. Não poderia deixar de mencionar minha querida bibliotecária Patrícia Rego, por sua presença sempre tão solícita aos meus pedidos de livros e pelas nossas conversas com café. Pela sua companhia que me manteve alegre mesmo quanto me sentia sozinha, pelos almoços, risadas, almofadas de fuxico, latidos da Mel e de Zito, assim como pelos comentários infindáveis sobre seriados e pontos altos da gestação. Você é "Mara", muito obrigada.

Gostaria de agradecer especialmente a meu supervisor, o Arquiteto Marcelo Freitas, que aceitou acompanhar e dar suporte às minhas atividades dentro da unidade, por ter me proporcionado bons conselhos, pela leitura de meus relatórios e discussões sobre o objeto dessa dissertação. Principalmente, lhe tenho enorme gratidão por ter me incluído nas conversas sobre o frevo, o carnaval, os crepes, suas viagens e caminhadas que compuseram em um tempo de convivência muito tranquila e positiva, fato que só evidencia suas qualidades como profissional e pessoa querida e memorável. Obrigada.

À minha Orientadora Cláudia Baeta F. Leal, por todas as conversas esclarecedoras. Por acreditar na minha proposta de trabalho, aceitando me guiar pelos caminhos da cartografia e se interessando de verdade por ele. Pela sua correção rigorosa e que me ajudou a aprender a escrever melhor, pois "escrevendo e apagando que a gente consegue". Por me compreender no momento da minha gestação e puerpério. Pelas dicas de amamentação. Por me motivar sempre. Por sua sensibilidade como pessoa que permitiu um diálogo franco sobre o trabalho e ao mesmo tempo amistoso, respeitoso e leve. A você, minha admiração como professora e como gente.

Agradeço ainda à minha família. A meu irmão querido que está sempre em meus pensamentos. A meu pai que nunca esmorece em sua fé na vida, e sempre confia nas minhas decisões. Seu carinho e amor por mim são a minha força. À minha mãe querida, que por sua dedicação a seu ofício de professora da universidade me contagiou com seus sonhos de conhecimento e nos conduziu a este caminho da pós-graduação. Obrigada pela leitura deste texto. Esta dissertação também é pra você.

Ao meu esposo Eduardo, que significa pra mim mais do que marido, um companheiro e amigo de todas as horas e também o foi na concretização deste objetivo. Seu amor, apoio diário e permanente foram determinantes para finalização de mais essa etapa em minha vida. Conseguimos, "uhuuu!".

A Deus e Nossa das Graças, que me presentearam com minha filha, Ana Cecília, a quem dedico cada linha deste trabalho, pois foi realizado durante sua gestação e, com muito esforço "dobrado", após seu nascimento, nos sete meses de vida que se seguiram.

RESUMO

O tema que instigou o desenvolvimento desta pesquisa é a Cartografia no âmbito da construção das práticas de preservação do IPHAN, notadamente as práticas ligadas a identificação e conhecimento do patrimônio cultural brasileiro. A metodologia partiu da análise documental dos manuais dos instrumentos de identificação, os chamados Inventários Nacionais, especificamente o Inventário Nacional de Bens imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Buscou-se compreender a realização daqueles inventários nacionais com a fundamentação conceitual realizada no 1º capítulo analisou-se aqueles inventários que tiveram entre suas diretrizes a produção de mapas do patrimônio cultural. Com relação aos inventários conclui-se que: Percebe-se que a cartografia ou a informação cartográfica foi requerida no contexto de elaboração dos dois instrumentos de identificação, INBI-SU e INRC, sendo vista prioritariamente como ferramenta de localização; A cartografia sistemática apareceu como abordagem predominante na identificação do uso de mapas nos manuais de inventários que desempenharam a função de localização e orientação. Observou-se também o uso de mapas como fonte histórica. Como exceções dessa forma de utilização predominante da cartografia destaca-se o projeto MAPEO, Cartografia cultural dos sítios sagrados do Noroeste Amazônico. Esta experiência constitui também instrumento de identificação do patrimônio cultural, a qual se diferem dos inventários no trato com mapas principalmente por trazerem no próprio conceito dos instrumentos a ideia de mapeamento como eixo central. Dessa forma, a cartografia sai da posição de ferramenta coadjuvante para localização de bens materiais que se relacionam com os patrimônios culturais, para assumir importância central no processo de identificação desses bens e referências culturais.

Palavras-chave: Cartografia, Mapeamento, Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The construction of maps has been a constant practice in the history of different cultures around the world. The recognition of the plurality of maps of production experiences was responsible for the expansion of the concept map and temporal ballast own history of cartography. The issue that prompted the development of this research is the mapping in the construction of the preservation of IPHAN practices, especially the practices related to identification and knowledge of the Brazilian cultural heritage. The methodology set out the documentation and manuals of identifying tools, the so-called National Inventories, specifically the National Real Estate Inventory - Urban Sites (INBI-SU) and the National Inventory of Cultural References (INRC). We attempted to observe the Cartography contribution to the achievement of those national inventories. In this group, we analyzed those inventories that had among its guidelines the production of maps of cultural heritage. With regard to inventories is concluded that: It is perceived that the cartography or cartographic information was required in the context of preparation of the two instruments of identification, INBI-SU and INRC, being seen primarily as the finder; Systematic mapping appeared as the predominant approach in identifying the use of maps in the manuals of inventories played caller location and orientation. There was also the use of maps as a historical source. As exceptions so predominant use of cartography stand out Tocantins Cultural Mapping Project and the Project MAPEO, Cultural Cartography of the Sacred Sites of the Northwest Amazon. These two experiences are also identifying tools of cultural heritage, which differ from inventories in dealing with maps mainly for bringing in the concept of the instruments the idea of mapping as the centerpiece. Thus, the mapping out of the supporting tool position for location of material goods that relate to the cultural heritage, to assume central importance in the process of identification of the goods and cultural references.

Keywords: cartography, mapping, Cultural Heritage.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ficha para análise de inventário.

Quadro 2: Título das notícias que utilizam o termo mapeamento no IPHAN.

Quadro 3: Nome dos campos do inventário nos quais é requerido o uso da cartografia e respectivas orientações

Quadro 4: Quadro dos INRCs produzidos em Pernambuco

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
INBI-SU	Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados
INBMI	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INCEU	Inventário Nacional de Configuração dos Espaços Urbanos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INDL	Inventário Nacional de Diversidade Linguística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SUMÁRIO

RESUMO 7
ABSTRACT 8
LISTA DE QUADROS 9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 10

INTRODUÇÃO 13
1.0 GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO 19
1.1 Cartografia e geografia: o desenvolvimento de campos disciplinares correlatos 25
1.2 Cartografia como campo de produção do conhecimento: algumas abordagens teóricas. ..36
1.3 Abordagens metodológicas de Cartografia: experiências de pesquisa na área da cultura..40
2.0 INVENTÁRIOS NACIONAIS: instrumentos de produção do conhecimento no campo do patrimônio cultural 45
2.1 Inventários Nacionais e produção do conhecimento no âmbito do IPHAN 47
2.2 Apresentação dos instrumentos de identificação do patrimônio cultural construídos no âmbito do IPHAN para aplicação nacional. 56
3.0 DIRETRIZES PARA USO DE MAPAS EM INVENTÁRIOS NACIONAIS DO IPHAN..... 63
3.1 Análise dos Manuais dos Inventários Nacionais: procedimentos metodológicos. 63
3.2 Inventário Nacional de Bens Imóveis-Sítios Urbanos 67
3.3 Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC 81
3.4 Outras abordagens de cartografia em ações de identificação no âmbito do IPHAN 93
CONSIDERAÇÕES FINAIS 98
REFERÊNCIAS 104

INTRODUÇÃO

O tema que instigou o desenvolvimento desta pesquisa é a Cartografia no âmbito da construção das práticas de preservação do IPHAN, notadamente as práticas ligadas à identificação e conhecimento do patrimônio cultural brasileiro. Esta ideia parte de reflexões sobre a demanda principal da Superintendência do IPHAN/PE para a qual fui selecionada como bolsista do programa de mestrado profissional do IPHAN, qual seja, a de produção de mapas do patrimônio arqueológico pernambucano. O cumprimento desta meta, tal como das demais atividades supervisionadas junto à superintendência, tem me colocado em contato com instrumentos de conhecimento e gestão como fichas de cadastro dos bens culturais e os sistemas de inventário e conhecimento informatizados (SICG, CNSA[1]) referentes ao patrimônio cultural nos seus diferentes enfoques, principalmente o arqueológico, setor em que trabalhamos, mas também tivemos contato com os inventários do patrimônio religioso, canavieiro e ferroviário de Pernambuco.

Nesse universo de trabalho, tenho me deparado com diferentes visões sobre mapeamento, ora entendido como levantamento de informações documentais, ora como ação de identificação, ou mesmo como inventário. Estes diferentes perfis assumidos pelo mapeamento suscitaram questionamentos sobre como o IPHAN, enquanto órgão oficial de referência do patrimônio cultural no país, em âmbito federal, tem pensado e executado as ações de mapeamento e também o uso de mapas. Estas noções de mapeamento com as quais entramos em contato durante a pesquisa revelaram-se diferentes das noções de mapeamento com as quais a Geografia está mais familiarizada e que remete em geral à elaboração de mapas, ótica sob a qual procuramos desenvolver este trabalho.

Desse modo, o objeto de estudo desta dissertação é investigar quais as abordagens da Cartografia que têm sido apropriadas pelas práticas de preservação pelo IPHAN, especificamente as práticas voltadas ao processo de identificação e conhecimento do patrimônio cultural. Assim, toma-se como objetivo geral analisar este objeto – a Cartografia - tendo por base a perspectiva de que esses instrumentos desenvolvidos pelo IPHAN, assim

[1] Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) e Cadastro Nacional dos Sítios arqueológicos, um dos módulos do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (CNSA/SGPA), ambos sistemas envolvem o uso da informação de localização geográfica, inclusive na forma de coordenadas geográficas.

como a Cartografia do patrimônio que é feita em seus contextos, têm seus papéis na produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural pela instituição.

Nesse sentido, interessa-nos investigar qual(quais) a(s) concepção(ões) de Cartografia utilizada(s) pelo IPHAN e discutir de que forma esta(s) se relaciona(m) com a construção de práticas de preservação, no caso a realização de inventários. Entre outros questionamentos destacamos: no que diz respeito à elaboração da Cartografia do patrimônio cultural, de que forma os mapas são utilizados no processo de identificação e conhecimento promovido pelos inventários nacionais? O IPHAN apena se utiliza de produtos cartográficos ou também produz Cartografia no processo de inventariar e cadastrar o patrimônio?

Em um primeiro esforço de aproximação do tema, fizemos um levantamento preliminar de notícias do IPHAN realizado por meio de consulta ao site da instituição, na busca de indícios de como o "mapeamento" tem sido tratado na instituição. Naquele momento percebemos que, na maior parte dos documentos e notícias nos quais consta o termo "mapeamento" no título da notícia, o seu uso se refere a uma ação de levantamento de informações sobre uma região ou uma manifestação cultural que, na maior parte dos casos, está prevista nos editais relacionados aos projetos de salvaguarda do Patrimônio Imaterial, conforme indicado também na dissertação de Lima (2013), para quem o mapeamento, nomeado como tal, aparece pela primeira vez como objeto dos editais de concurso de projetos de salvaguarda do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), lançados a partir de 2005 (LIMA, 2013, p. 8).

Também procuramos identificar esses sentidos na análise dos manuais dos inventários INRC e INBI-SU.

Da identificação geral dos diferentes sentidos que o termo mapeamento assume junto ao vocabulário institucional do IPHAN que pode se verificar no resultado deste trabalho, passamos a buscar uma forma de afunilar a discussão para o sentido do qual estamos imbuídos: o que considera o mapeamento como processo de produção de mapas entendidos como representações cartográficas. Curiosamente, claro para nós, este sentido do termo não parecia muito recorrente no vocabulário institucional.

Diante dessa polissemia do termo mapeamento no contexto do IPHAN, compreendemos que a melhor opção seria definir o conceito entendido por nós de mapeamento e, a partir de então, diferenciá-lo dos demais sentidos que o termo assume, para poder refletir e caracterizar os contornos que essa noção assume no cotidiano da instituição.

Dessa forma, este trabalho resulta na proposta de lançar luz sobre a noção de mapeamento conforme entendida pela geografia e Cartografia, enquanto produção de mapas, e procurar observar e compreender como se dá a produção desses mapas na instituição em foco. Trata-se de entender as noções de mapeamento utilizadas pela instituição e também buscar identificar as ações que mais se aproximam do sentido do termo oriundo do campo geográfico, que defina com maior precisão as atividades que compõe o objeto desta pesquisa, qual seja: o processo de levantamento de informações com base espacial e que tem como objetivo a produção de mapas, entendidos como representações cartográficas. Desse modo, ao invés de tratar de mapeamento do patrimônio cultural, preferimos passar a utilizar o termo Cartografia.

Aqui ainda cabe uma reflexão. Se, por um lado, a opção pelo termo Cartografia resolveu a questão da polissemia que o outro termo – "mapeamento" – assume no bojo da instituição, por outro lado, essa iniciativa rebate-se na construção do objeto da pesquisa, ampliando-o. Isto porque, diferentemente do termo "mapeamento" que tem uso recorrente nos editais do Plano Nacional Patrimônio Imaterial (PNPI), assim como outras noções mais comuns ao campo do patrimônio, como "tombamento", "registro", "paisagem cultural", "entorno" e "visibilidade", ou ainda "inventários" e "cadastros de bens", a Cartografia não constitui um instrumento sistematizado e mesmo denominado pelo IPHAN. Mas é um campo do conhecimento que pode ser acessado através da produção e uso de mapas pela instituição.

É necessário, portanto, um esforço para construir o objeto "Cartografia do patrimônio cultural", no intuito de discernir as atividades de Cartografia diluídas nas mais diversas práticas institucionais.

Dentre as atividades[2] do IPHAN em consonância com a Constituição Federal de 1988, as quais também podem ser entendidas como "macroprocessos" institucionais - a saber, Identificação, Proteção, Gestão, Fomento -, optamos por analisar a Cartografia no âmbito do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de identificação de bens culturais, dos quais os mais conhecidos são os inventários nacionais.

No que diz respeito à Cartografia, para esta pesquisa, enfocou-se apenas uma parte do conjunto de elementos - técnicas, metodologias e produtos - que compõe a disciplina. Desse

[2]Missão Institucional do IPHAN: "Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país" (Portaria 92 de 2012. Regimento interno do IPHAN). Disponível também no site: < http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>.

conjunto, recortamos a discussão sobre a produção de mapas por instrumentos de identificação de âmbito nacional, o que consequentemente nos levou a descartar a análise de experiências de Cartografia topográfica, construção de bases, croquis, plantas baixas, fotogrametria terrestre como base para construção de mapas de dados, etc. que também podem ocorrer no âmbito das atividades do IPHAN.

Entende-se que é fundamental incluir a visão da Geografia sobre os processos que relacionam o uso de mapas com a preservação dos bens culturais, uma vez que este campo do conhecimento conta com ampla discussão teórica sobre a Cartografia, o que certamente contribui para elucidar questões relativas ao uso dos mapas no campo do patrimônio cultural.

Desse modo, nesta pesquisa, tomaram-se como referência para o entendimento do desenvolvimento da Cartografia e do uso de mapas pela geografia brasileira as pesquisas realizadas pelos geógrafos Martinelli (2003; 2010) e Matias (1996; 2001) sobre a trajetória histórica deste campo de conhecimento e suas imbricações com o estudo e a representação do espaço geográfico; apropriou-se também a extensa revisão teórica realizada por Rosely Archela e Edson Archela (2002) e Fernanda Padovesi Fonseca (2004), para evidenciar a discussão sobre as correntes teóricas da Cartografia e seus rebatimentos no processo de renovação do pensamento geográfico brasileiro.

Martinelli [3]desenvolveu sua pesquisa de doutorado na área da comunicação cartográfica e, em seus estudos de pós-doutorado em universidades na França e Itália, passa a fomentar a discussão nesse campo introduzindo textos anteriormente ainda não traduzidos para o português, estendendo assim o alcance das ideias de autores-chave para discussão teórica do estudo de mapas, como Bertin, Petchenick, Salitchev, dentre outros. Suas obras "Mapas da geografia e Cartografia temática" e "Cartografia temática: caderno de mapas" apresentam referências bibliográficas essenciais sobre a relação entre Cartografia e Geografia, bem como os fundamentos conceituais sobre a representação cartográfica e sobre o domínio da Cartografia temática, o que nos levou a utilizá-las como base para esta dissertação, com o intuito de ter auxílio na delimitação do objeto da pesquisa – Cartografia temática do patrimônio cultural – e na leitura orientada dessas representações cartográficas produzidas junto aos instrumentos de identificação do patrimônio cultural.

[3] Marcelo Martinelli, professor livre docente em cartografia temática pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, é um dos primeiros autores da geografia brasileira dedicados ao estudo da cartografia, tendo desenvolvido a sua formação acadêmica nesta área ainda na década de 1970.

Por sua vez, Matias [4] traça debates teóricos em sua dissertação (1996) e tese (2001) que são apropriados no texto desta dissertação para situar historicamente a abordagem geográfica da Cartografia sob a qual procurou-se desenvolver a pesquisa e diferenciá-la em relação a abordagem da Cartografia geral ligada às engenharias. Já sua pesquisa de doutorado se presta proficuamente à compreensão da Cartografia no contexto histórico recente da informatização da sociedade, bem como nos auxilia a pensar nas diferentes formas de representação cartográfica por meio de novas tecnologias e sistemas, como os Sistemas de Informação Geográfica e seus rebatimentos para a produção de informação e conhecimento sobre o patrimônio cultural.

Procurou-se também levantar experiências de pesquisas aplicadas que realizaram mapeamentos de bens culturais e analisar casos específicos de aplicação desse conceito na execução de mapas de patrimônio cultural. As experiências verificadas são poucas, mas procurou-se explorar os exemplos existentes. (ANDRADE E CARNEIRO, 2009; FERREIRA, et all, 2008 e MATIAS, 2008)

Partindo do pressuposto de que as ações de Cartografia no IPHAN podem ser compreendidas no âmbito de um conjunto maior de práticas de identificação e conhecimento do patrimônio cultural, procurou-se, a partir da leitura da obra de MOTTA e SILVA (1998), compreender como estas se desenvolveram dentro do IPHAN, dando enfoque aos estudos e pesquisas que têm se configurado como instrumentos de identificação e conhecimento na instituição, assumindo a forma de inventários e cadastros do patrimônio cultural.

A metodologia partirá da análise documental dos manuais dos instrumentos de identificação que foram desenvolvidos para aplicação em vários locais do país com os mesmos procedimentos, a fim de dar um panorama nacional do patrimônio, isto é, os chamados "inventários e cadastros nacionais". Nesse conjunto, analisaremos aqueles inventários que tiveram entre suas diretrizes a produção de mapas do patrimônio cultural. Pretende-se com isso analisar o processo de construção e o conteúdo desses produtos cartográficos, ou seja, dos mapas.

Buscamos identificar nos manuais as partes das metodologias em que são utilizados os

[4] Lindon Fonseca Matias realizou pesquisas de mestrado e de doutorado na USP entre os anos 1990 e 2000, sob a orientação de Martinelli, nas quais avança na discussão sobre a construção de métodos e técnicas de Cartografia no âmbito da Geografia, bem como sobre a construção de um referencial teórico que norteie o uso da cartografia para a estudo do espaço geográfico. Na tese, trata especificamente do caso dos Sistemas de Informações geográficas (SIG), que, até aquele momento, eram um objeto recente e pouco trabalhado pela literatura cartográfica brasileira.

produtos cartográficos – mapas – e os conceitos de mapa subjacentes a estas formas de desenvolvimento da Cartografia pelas práticas de preservação do IPHAN, procurando compreender dessa forma o papel dos mapas nesses processos.

Tomamos como parâmetros norteadores da análise, de um lado, as diretrizes para uso de mapas descritas nos manuais dos inventários nacionais e, por outro lado, o resultado dos mapas (utilizados e produzidos) no contexto da aplicação de instrumentos de identificação do patrimônio cultural (notadamente os inventários nacionais).

No intuito de melhor caracterizar o contexto de análise dos instrumentos de identificação do patrimônio cultural pelo IPHAN, optamos por discutir as concepções de inventário, identificação e conhecimento tendo como base a observação da contribuição da Cartografia para a realização dos inventários nacionais.

No capítulo 1 discorremos sobre os conceitos gerais da Cartografia pela ótica da Geografia, procurando evidenciar as relações entre essas disciplinas por meio de seus principais conceitos e teorias. Nesse capítulo, procuramos ainda apontar de forma geral exemplos de trabalhos na área da Cartografia que se aplicam ao objetivo de conhecimento e representação das dimensões culturais dos contextos pesquisados, no intuito de situar a pesquisa no âmbito das ações de Cartografia do patrimônio cultural.

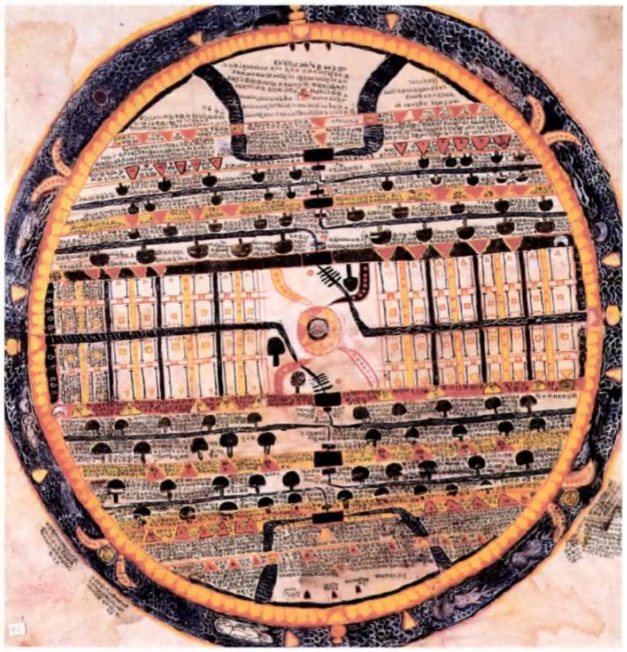
No segundo capítulo, buscamos apresentar o universo dos instrumentos de identificação e conhecimento: no caso, os inventários nacionais que têm, entre seus objetivos, o uso e a produção de mapas a partir da contextualização dos mesmos no bojo das práticas de preservação do IPHAN. Procurou-se apresentar cada um dos inventários como parte do processo de produção do conhecimento pela instituição sobre o campo do patrimônio cultural.

Esta contextualização se deu a partir do referencial bibliográfico levantado sobre o campo do patrimônio, assim como por meio da leitura e análise das metodologias de aplicação dos instrumentos presente nos manuais que indicam as diretrizes para aplicação dos inventários nacionais como INBI-SU e o INRC.

No terceiro capítulo, realizamos a análise das diretrizes para uso e produção dos mapas presentes nos manuais dos inventários INBI-SU e INRC, bem como apresentamos uma experiência de instrumento de identificação do patrimônio que usa cartografia social participativa, o projeto MAPEO.

1.0 GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Em suas pesquisas sobre a história da Cartografia, Harley (1991) destacou que a construção de mapas têm sido uma prática constante na história das diferentes culturas em várias partes do mundo. Nesse sentido, também é possível enxergar os diferentes objetivos embutidos na construção de mapas, como a representação de medição de objetos, a demarcação de fronteiras e até mesmo o uso ritual observado a partir de mapas cosmográficos grafados em túmulos (ver exemplo do mapa 1). Este esforço de reconhecimento da pluralidade de experiências de produção de mapas, além daquelas sistematizadas pela tradição europeia de Cartografia, foi responsável pela ampliação do conceito de mapa e do próprio lastro temporal da história da Cartografia.



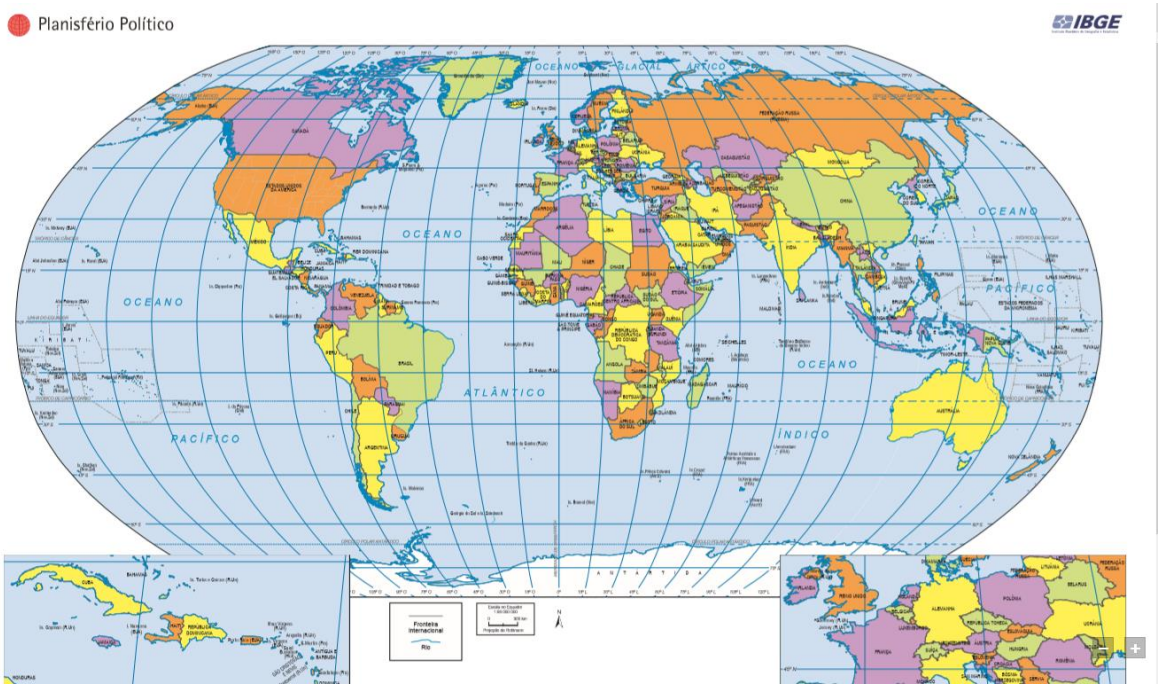
Mapa 1 – Mapa- mandala jainista (Guajarate, Índia do século XVIII e XIX) que também pode ser visto como documento parte da história da cartografia mundial, visto que traz a representação do mundo cujo centro é o monte Meru (Sumeru) e ao redor do mesmos elementos da natureza como os oceanos e as unidades de contagem do tempo. Fonte: HARLEY (1991, p. 14)

O conceito de mapa que segundo a Cartografia Sistemática é a de uma representação gráfica da superfície terrestre segundo parâmetros matemáticos e que deve apresentar três princípios essenciais, conforme destaca o professor de cartografia e geografia Paul S.

Anderson:

> “ ‘O que é um mapa?’ não é uma pergunta trivial. As características que distinguem mapas de outras representações como gráficos de desenhos, aquarelas, e fotografias não são evidentes nos sinónimos comuns: planta, gráfico e diagrama. As plantas de construções não necessitam mostrar localidade relativa a outras construções e não tomam conta da curvatura do planeta. Os gráficos têm dois eixos não geográficos, como os desenhos para ilustrar tendências Económicas. E os diagramas que não precisam de uma base geográfica, podem incluir os desenhos feitos para assessorar pais atordoados na montagem de brinquedos. Portanto, o que distingue um mapa de outros gráficos? Os três atributos imprescindíveis de todos os mapas são (1) escala, (2) projeção e (3) simbolização. Todas as vantagens e limitações dos mapas derivam do grau pelo qual os mapas (1) reduzem e generalizam a realidade, (2) comprimem ou expandem formas e distâncias por projeção e (3) apresentam fenômenos selecionados através de sinais que, sem necessariamente possuírem semelhanças com a realidade, comunicam as características visíveis ou invisíveis da paisagem” (ANDERSON, 1982,p.12).

Numa linha de raciocínio mais ligada às engenharias e geociências, o conceito de mapa também prevê que as representações cartográficas que recebem essa denominação devem, obrigatoriamente, apresentar-se em escala pequena, isto é, corresponder a uma redução considerável da superfície terrestre (escala a partir de 1: 500.000). como mapa múndi exemplificado a seguir pelo mapa 2 .



Mapa 2 – Mapa do mundo, planisfério político. Fonte: Site do IBGE (disponível em http://atlasescolar.ibge.gov.br/pt/mapas-atlas/mapas-do-mundo/divisoes-politicas-e-regionais acesso em 01/05/2015)

No entanto, respeitando-se as características essenciais dessa representação

cartográfica, é possível flexibilizar essa noção para incluir diversas escalas de trabalho e diferentes formas de construção dessas imagens que podem ser estudadas por diferentes áreas. Sem prescindir dos conhecimentos da Cartografia Geral, é dessa forma ampla e genérica que se pretende trabalhar com a noção de mapa como representação cartográfica que passa pela localização, orientação e relação de redução dos elementos da superfície, mas que aí não se encerra, podendo representar uma série de outras informações e ser um instrumento de comunicação.

Tendo em vista a amplitude dos estudos em Cartografia e considerando que esta pesquisa destina-se a compreensão das abordagens de Cartografia presentes na utilização dos mapas no processo de identificação do patrimônio cultural no âmbito do IPHAN, julgamos apropriado situar este estudo sobre o uso da Cartografia em relação às ações do Estado-Nação para pensar a gestão do patrimônio cultural, uma categoria que tem origem justamente no processo de formação e consolidação das ideias de nação e identidade nacional.

No mundo ocidental, sabe-se que o uso da Cartografia consagrou-se principalmente como suporte indispensável à formação dos Estados Nação, notadamente nas ações exploratórias e expansionistas dos estados europeus durante o século XIX e XX. Nesse contexto, os mapas serviam como um guia para disputas de novos territórios, localização e acesso aos seus recursos naturais. Também funcionavam como ferramenta de criação de imagens sobre as nações enquanto comunidades políticas coesas identificadas, entre outros símbolos, por e com vistas a sua unidade territorial (ANDERSON, 2008).

Para Benedict Anderson (2008), que analisou a origem e o desenvolvimento dos nacionalismos e das nações entendidas por ele como “comunidades imaginadas”, o mapa é uma das três principais instituições de poder que contribuiu para a consolidação das imagens dos Estados-Nação, assim como o censo e o museu.

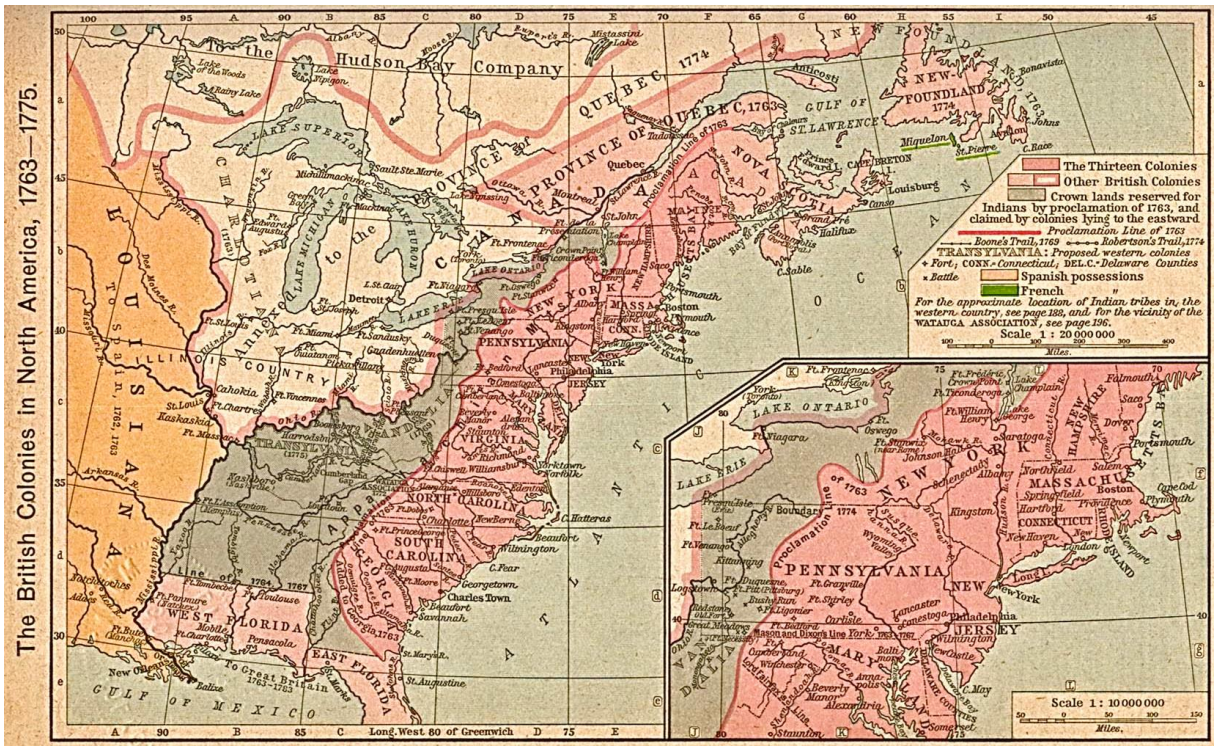
Conforme destaca esse autor (id.), o uso dos mapas pelos colonizadores europeus no contexto de conquista dos territórios asiáticos foi responsável por mudanças radicais na forma de ver o mundo naquelas sociedades, através da representação do globo terrestre pela projeção de Mercator e pela introdução da lógica cartesiana. Além disso, os mapas não só ofereceram aos Estados-Nação expansionistas a representação da superfície terrestre com precisão matemática, mas também foram capazes de antecipar configurações espaciais projetadas pelos colonizadores, formatando, assim, a realidade antes de o domínio territorial se concretizar.

A reprodução dos projetos de domínio territorial dos Estados expansionistas através da

reprodução dos mapas respaldou o discurso dos Estados europeus (ver mapa 3). Auxiliou a incutir na população submetida novas imagens de seus lugares como integrantes de comunidades políticas unificadas e diferenciadas em primeira instância de acordo com o critério de correspondência ao domínio de um colonizador estrangeiro.

Anderson (id.) destaca ainda outros exemplos do uso político dos mapas no contexto de formação dos nacionalismos. É o caso do uso de mapas históricos para legitimar a expansão do domínio de territórios pelos europeus, na medida em que a sequência cronológica dos mapas demonstraria a evolução da ocupação europeia e, através do discurso cartográfico, reiteraria o direito do colonizador sobre aquelas terras como se as mesmas tivessem sido tomadas legalmente como herança. Além disso, havia o que o autor chamou de uso propagandístico dos mapas como "logo[tipos]", que representavam os territórios asiáticos praticamente na ausência de convenções cartográficas. Desse modo, os mapas induziam o leitor a considerar a unidade territorial dada pelas cores correspondentes ao Estado dominador e tornando invisível o contexto e a história daqueles territórios que estavam sendo subjugados, fragmentados e descontextualizados entre si. Nas palavras de Anderson:

> "Colorida dessa forma, cada colônia aparecia como uma peça separada de um quebra-cabeça. Com esse efeito (...) cada peça podia ser totalmente destacada do seu contexto geográfico. (...) Puro signo, não mais bússola para o mundo. Com esse formato, o mapa ingressou numa série que podia ser reproduzida ao infinito, podendo ser transferido para cartazes, selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas e manuais, toalhas de mesa e paredes de hotéis. Imediatamente identificável, visível por toda a parte, o mapa- logo penetrou fundo na imaginação popular, formando um poderoso emblema para os nacionalismos anticoloniais que vinham nascendo" (ANDERSON, 2008, p. 242)



Mapa 3- Mapa das colônias britânicas na América do Norte, 1763 a 1775. Fonte: Shepherd, William Robert. *Historical Atlas*, New York, United States: Henry Holt and Company, 1923. pp. p. 194.

A partir dessas leituras, percebe-se o papel da Cartografia como instrumento fundamental do planejamento estatal. Além de técnico, também possui importância política. Atualmente, mesmo diante das profundas mudanças nas técnicas cartográficas dadas pelo advento da informatização da sociedade e pelo alcance cada vez maior da rede mundial de computadores (internet), continua-se observando a relevância dada à Cartografia em função de seu papel político através dos investimentos crescentes do Estado em ações de mapeamento oficial; através das instituições estatais, como, por exemplo, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); mas também por meio da proliferação de sistemas de informação geográfica associados a essas instituições, tais como o Sistema de Informações Geográficas do Sistema Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (SIGEL-ANEEL) e o próprio Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN (SICG), que também vem com a componente da localização espacial.

Nesse sentido, é relevante pontuar que, para compreender as diferentes abordagens da

Cartografia a partir do olhar sobre o uso dos mapas no contexto da preservação do patrimônio cultural, pressupõe-se ver o mapa sob a perspectiva da produção do conhecimento. Isto significa compreender o mapa não só como uma representação de informações na forma (carto)gráfica, mas, através dessa sua característica essencial, também vê-lo como produtor de conhecimentos, na medida em que propõe interpretações e/ou apresentações a partir de abordagens, noções e conceitos.

Ao representar os territórios dos estados nacionais, suas fronteiras e recursos, os mapas estão reforçando determinados conteúdos, conceitos sobre os territórios que representam, como conceitos de nação, de comunidades, de lugares etc. Entendemos que é por essa via que podemos compreender a Cartografia não só como conhecimento estritamente técnico que resulta na produção de representações gráficas fidedignas da localização dos bens culturais sobre a superfície terrestre, mas como um meio de comunicação sobre o contexto espacial em que esses bens se constituem e como uma linguagem que expõe diferentes modelos interpretativos sobre o espaço ocupado pelos bens culturais considerados patrimônio, dando margem para o diálogo do IPHAN com os outros agentes construtores do patrimônio cultural.

Essa perspectiva de estudos dos mapas como construção de conhecimentos, reprodução de ideias e manipulação de poder foi amplamente discutida pela abordagem da Cartografia Crítica, desenvolvida na década de 1980 e 1990 cujo principal expoente intelectual é Brian Harley (1988), como se verá adiante neste capítulo. Harley considera que "a Cartografia pode ser uma forma de conhecimento e uma forma de poder" (Id., p. 3), o que demonstra através do estudo da história do uso da Cartografia junto aos diferentes sistemas políticos de governo impérios, Estados-nação etc.

Nesse sentido, importa discutir que abordagens da Cartografia têm sido empregadas na construção do conhecimento sobre o patrimônio cultural no Brasil. O que estas abordagens de Cartografia reforçam ou acrescentam sobre o conhecimento do patrimônio cultural? Isto pode ser analisado em diferentes momentos do trabalho com o patrimônio cultural e aqui será enfocado o processo de identificação do patrimônio cultural promovida pelo Estado, especificamente através da investigação dessas abordagens junto às metodologias sistemáticas de identificação do patrimônio. Reporta-se aqui à aplicação de inventários e mapeamentos propriamente ditos.

No sentido de situar o leitor nesta temática – Cartografia do patrimônio cultural -,

assim como contribuir para o processo de problematização dos conceitos de Cartografia e mapas, considerou-se adequado a realização de uma revisão teórica desse campo, tomando-se como ponto de referência a Geografia, que tem desenvolvido trabalhos sobre o uso de mapas a partir de uma abordagem crítica e que nos oferece uma visão mais humana e menos tecnicista desse processo.

No intuito de nos instrumentalizarmos para a análise do uso de mapas na construção do conhecimento sobre patrimônio cultural pelo IPHAN, foi preciso primeiramente dominar o universo da Cartografia, tomando emprestadas reflexões desenvolvidas sob a ótica geográfica. Buscou-se discutir os diálogos da disciplina com a geografia e as principais vertentes de análise desses diálogos.

Esse levantamento foi feito tendo por base a visão de que a Cartografia é um campo do conhecimento mobilizado pelo saber geográfico, assim como será abordado no segundo capítulo, e também um campo que pode ser mobilizado na construção do conhecimento para o campo do patrimônio cultural. Então a questão que se coloca neste trabalho justifica-se pela necessidade de melhor compreender que conhecimentos sobre o patrimônio cultural a Cartografia, sob a ótica da geografia, tem auxiliado ou pode auxiliar a construir.

1.1 Cartografia e geografia: o desenvolvimento de campos disciplinares correlatos

Sabe-se que a Cartografia pode ser entendida por diferentes perspectivas, dependendo da abordagem que se faz sobre a mesma. Linguagem, técnica, disciplina científica ou até mesmo arte (Matias, 1996; Duarte, 2002), a Cartografia é um campo do conhecimento que tem se espraiado no cotidiano da sociedade contemporânea e seu uso é cada vez mais corriqueiro, principalmente, por meio de suas aplicações digitais em softwares na internet, aparelhos celulares, GPS automotivos etc.

Para a finalidade desta pesquisa, iremos nos utilizar das reflexões já desenvolvidas pela Geografia sobre a Cartografia, tendo em vista a necessidade de lançar luz sobre as abordagens de Cartografia que tem servido à identificação do patrimônio cultural.

A Geografia tem servido ao debate sobre o Patrimônio cultural principalmente no tocante ao entendimento dos processos de produção do espaço urbano em centros históricos,

dos projetos de requalificação urbana e sua relação com o turismo cultural, bem como à identificação de paisagens culturais, discutindo a própria noção de paisagem cultural e as críticas sobre o uso do conceito como chancela, com base na visão da nova geografia cultural, entre outros temas igualmente importantes[5] (RIBEIRO, 2007; PAES, 2009; RIBEIRO, 2011, SANTILLI, 2005).

No que diz respeito especificamente à interface entre a Cartografia e o Patrimônio cultural, percebe-se que essa ainda é um tema a ser mais explorado nos debates da própria geografia acadêmica quando comparada aos demais temas supracitados. Dadas as potencialidades que a Cartografia apresenta para a gestão do Patrimônio cultural e, justamente, pela popularização do uso conceitos e ferramentas cartográficas como os SIGs, com vistas à preservação patrimonial, acredita-se que a falta de familiarização das pesquisas com esses campos também justifica a relevância desta pesquisa.

No campo do conhecimento geográfico, as discussões conceituais e metodológicas sobre a Cartografia têm procurado situar historicamente a relação entre essas disciplinas, suas aproximações e disparidades quanto ao objeto de estudo. Até mesmo tem-se procurado definir como se daria a prática da Cartografia adaptada à Geografia contemporânea, o que se configuraria na constituição de uma Cartografia Geográfica ou GeoCartografia, que servisse também não só como técnica, mas como uma linguagem que fosse utilizada de forma consciente no processo de produção do conhecimento geográfico, perspectiva que se desenvolve no bojo do movimento de renovação teórica da Geografia (MATIAS, 1996; SOUZA e KATUTA, 2001; FONSECA, 2004; 2008). É sobre essa trajetória da construção de conhecimento sobre Cartografia pela geografia brasileira que iremos discorrer sucintamente adiante.

Originalmente, a Cartografia era considerada um conhecimento técnico acessório da Geografia. A prática da Cartografia era entendida como uma habilidade necessária aos geógrafos e o mapa, como um documento ilustrativo: "A Cartografia mais do que uma ciência era uma arte, e o geógrafo devia apresentar e explorar seus dotes artísticos para construir bons mapas" (MATIAS, 1996, p.92).

Durante o final do século XIX e início do XX, consolida-se o processo de formação do corpo teórico e metodológico da ciência geográfica moderna[6], a qual buscou estabelecer-se

---

5 Temas como o reconhecimento de Indicações Geográficas e territorialidades específicas ligadas ao patrimônio cultural.

6 Para uma visão geral da história da Geografia ver: MORAES, A.C.R. Geografia: **Pequena história crítica**.

enquanto ciência exata e objetiva, não mais apenas como descrição de lugares (Corologia). Nesse momento, a produção de mapas continua sendo muito importante no âmbito da geografia; era encarada como símbolo da cientificidade da Geografia e, para isso, a Cartografia geográfica teria o compromisso de corresponder a descrições fiéis e exatas tanto quanto possível dos fenômenos geográficos, àquela altura entendidos em grande parte como eventos fisiográficos.

Por outro lado, é também nesse contexto que a Cartografia formata-se enquanto disciplina, dado o processo de especialização do conhecimento científico, constituindo-se uma área do conhecimento autônoma em relação à Geografia, e se torna muito próxima às engenharias e ciências da Terra. Conforme sintetizou Lindon Fonseca Matias (2001) ao tratar da separação entre ambas as disciplinas:

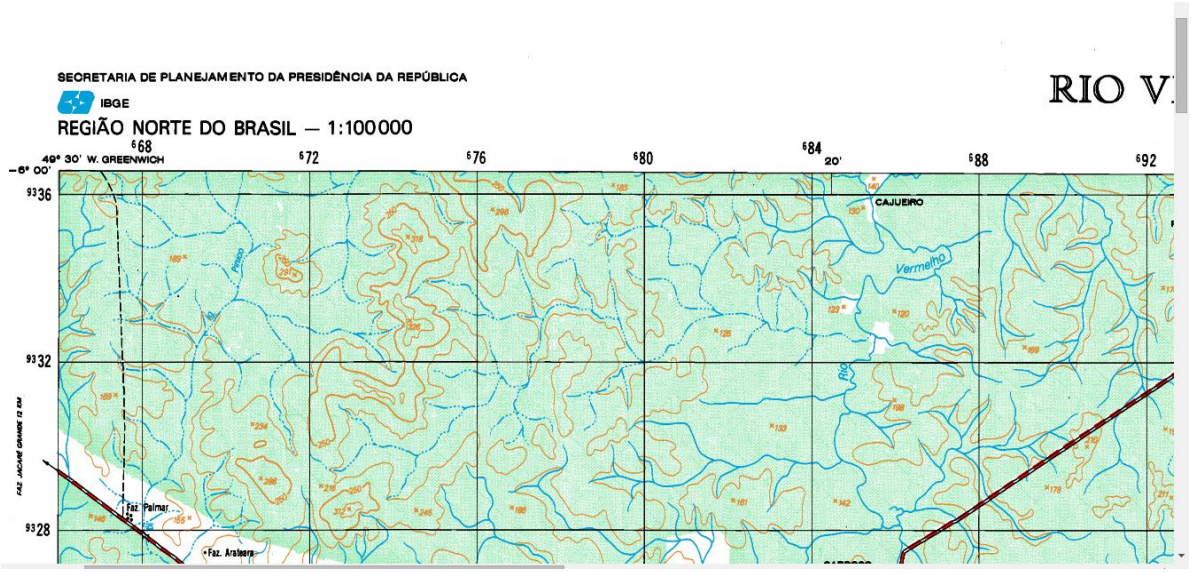
> A Geografia volta-se para os espaços regionais e, por conseguinte, para a realização de mapeamentos temáticos detalhados dessas regiões, interessa-se, cada vez mais, pela produção de mapas específicos sobre diversos temas (geomorfologia, climatologia, hidrologia, vegetação, etc.) que permitiriam promover e executar uma análise regional; por sua vez, à Cartografia cabe[ria] o fornecimento dos mapas básicos onde se assentam os temas da geografia. (MATIAS, 2001, p. 36-37)

Nesse sentido, cabe destacar a diferença entre as abordagens de Cartografia que se desenvolvem junto às engenharias e ciências da terra ou Geociências, e de outro a Cartografia que se desenrola no diálogo com as ciências sociais sobre estudos culturais, visto que esta pesquisa procura identificar quando e como aparecem elementos destes dois grandes perfis gerais de abordagens da cartografia nos instrumentos de conhecimento do patrimônio cultural.

No campo da Cartografia ligada as engenharias e geociências, o objetivo central da produção e utilização de mapas pode ser resumido na representação precisa dos elementos no espaço que é visto a partir de um olhar matemático, tratado como espaço absoluto constituído por meio de modelos matemáticos do globo terrestre[7]. Este espaço da chamada Cartografia Básica ou Geral é tratado como sinônimo de "superfície terrestre" ou "superfície física", isto é, dedica-se a construção dos chamados mapas base ou bases cartográficas dos quais os mapeamentos topográficos são o exemplo mais conhecido e patente (DUARTE, 2002).

São Paulo: Hucitec, 1994; e LACOSTE, Y. **Geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra**. 4ª edição. Campinas: Papirus, 1997.

[7] Os principais modelos envolvidos na construção das representações cartográficas são os elipsóide de revolução, geóide e as projeções cartográficas. Para esclarecimentos vide o Glossário Cartográfico virtual no site do IBGE:<ttp://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm>



Mapa 4 – Detalhe da carta topográfica em escala de 1:100.000 que demonstra curvas de nível e cotas topográficas na região do Rio Vermelho, sudeste do estado do Pará. Fonte: IBGE (disponível em http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm acesso em 01/06/2015)

Alguns elementos desse conceito original da Cartografia têm se modificado tendo em vista primeiramente os avanços tecnológicos engendrados pela 2ª Guerra e, posteriormente, o processo de crescente informatização da sociedade[8] até os dias atuais. A Cartografia, antes composta de levantamentos de campo e de técnicas analógicas de coleta e representação de dados, tornar-se-ia cada vez mais automatizada e assistida por sistemas computacionais.

Sobre esse movimento de inovação tecnológica, Taylor (1994) chamou atenção principalmente para o distanciamento dos profissionais da Cartografia das reflexões teóricas que constituem a disciplina e, por outro lado, denunciou certo deslumbre da categoria com as possibilidades que a tecnologias trouxeram para o trabalho com Cartografia. Taylor (id.) defendeu a necessidade de uma revisão conceitual que refletisse sobre essa nova era da Cartografia digital e endossasse o corpo teórico e metodológico da disciplina.

Poder-se-iam citar como exemplo dessa a atualização da Cartografia as mudanças nos meios de aquisição e apresentação de dados cartográficos que há muito deixaram de ser mera

[8] Segundo Dantas (2007), a configuração de uma sociedade ou economia da informação está relacionada à mudança no sentido de uso do próprio termo informação, que, mais precisamente após a 2ª Guerra Mundial, passa a estar associado ao uso do termo "dados" e à ideia de trabalho, pois a informação seria gerada a partir do processamento destes, concorrendo para a configuração da economia que tem a informação, sua produção e valorização, enquanto uma das principais mercadorias. Sob esta perspectiva: "Quer se aceite ou não a noção de 'sociedade da informação' e outras formas similares, é fato que a informação em suas múltiplas formas(científica, mercadológica, financeira, artística, etc.) tornou-se, no capitalismo do século XXI, um fenômeno econômico [...]" (DANTAS, 2007, p. 415-420).

técnica de representação fiel da superfície terrestre através apenas do desenho gráfico. Hoje, a Cartografia oferece inúmeras possibilidades de acesso às informações das características da superfície terrestre através de múltiplos procedimentos de captação e medição de dados de localização espacial, análise, representação e, principalmente, projeção de cenários. A simulação de processos físicos ambientais e humanos em ambiente virtual e conectado tem sido muito aplicada na gestão pública, como, por exemplo, para monitoramento de áreas ambientais degradadas.

A evolução do conceito de Cartografia definido pela Associação Cartográfica Internacional (ACI)[9] é um bom indicador de como a Cartografia tem readequado sua definição em função das inovações tecnológicas. No contexto histórico já mencionado acima, no ano de 1959, as instituições representantes das comunidades cartográficas nacionais espalhadas pelo mundo se unem fundando um fórum internacional importante para as discussões teóricas sobre a disciplina, a Associação Cartográfica Internacional (ACI), cuja siga em inglês é ICA.

Em 1966, sete anos após a fundação da Associação, os membros da ACI chegaram ao seguinte conceito:

> A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artística, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, que se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e sócio-econômicos, bem como a sua utilização. (IBGE, 2013).

Em 1991, conforme citado anteriormente, Taylor (1994) colocou em relevo a necessidade de renovação desse conceito em face da crescente introdução de novas tecnologias que levaram à mudança de suporte de trabalho para a Cartografia em meio digital, mas reivindicava a necessidade de não se perderem de vista os objetivos basilares da Cartografia que, segundo ele, se mantêm para além do conjunto de técnicas que se agregaram ao fazer cartográfico.

Taylor (id.) também formulou um conceito de Cartografia que evidencia diferentes formas de contato com a informação cartográfica através de suporte visual, digital ou táctil no sentido de expressar a ampliação dos suportes de trabalho cartográfico com o advento da informatização (Matias, 2001, p.33)

Levando em consideração essas discussões teóricas, é na década de 1990 que a ACI

[9] ACI é um dos principais fóruns internacionais responsável por reunir cartógrafos e demais profissionais da área em debates sobre as definições e diretrizes de trabalho no âmbito da Cartografia.

passa a considerar a Cartografia como disciplina autônoma, que trata especificamente da concepção, produção, disseminação e estudos de mapas, e o entendimento da mesma se afasta dos rótulos de ciência e arte, conforme aponta Rosely Archela (2001, p.41).

No ano 2003, a ACI definiu da seguinte forma a Cartografia em seu planejamento estratégico:

> "Uma maneira única para a criação e manipulação de representações visuais ou virtuais do geoespaço – mapas – com vista a permitir a exploração, análise, compreensão e comunicação da informação sobre aquele espaço. " (ICA, 2003, tradução nossa).

Observa-se nesse documento que serviu como diretriz para registro dos principais objetivos da Associação Cartográfica entre os anos de 2003-2011 a preocupação em reunir as diferentes formas de contato com os mapas anteriormente discriminados (visual, digital e táctil) em duas formas básica de acesso à informação cartográfica: "visual e virtual".

Além disso, o documento traz definições de termos como mapa, visualização cartográfica e GIScience, ou Ciência da Informação Cartográfica, a qual estaria mais voltada ao aperfeiçoamento do processamento digital das informações, portanto mais voltada às questões de gerenciamento da informação cartográfica no ambiente computacional do que propriamente à produção do conhecimento cartográfico (ACI, 2003).

Com base na revisão dos principais conceitos de Cartografia ratificados pela ACI, percebe-se que as discussões giram em torno da questão dos suportes de trabalho e apresentação dos produtos cartográficos, que variam de virtuais e visuais, mas o cerne do conceito de Cartografia permanece. Apontam para um consenso de que a Cartografia é uma disciplina fortemente assentada em procedimentos técnicos específicos, cujos objetivos passam necessariamente pela modelagem matemática da superfície terrestre ou física, pela localização precisa de objetos e fenômenos sobre a mesma e pela representação gráfica desses elementos através de projeção cartográfica, cujo detalhamento se diferencia pela escolha da dimensão da escala cartográfica.

Para fins de análise nessa pesquisa, vamos considerar que esta noção de Cartografia Geral corresponde a uma abordagem mais "tecnicista" desse conhecimento, estando centrada na visão da Cartografia como técnica que age sobre um espaço absoluto, matemático, euclidiano. Também pode ser denominada de Cartografia sistemática, assim definida por Archela:

> O campo da Cartografia sistemática é bem definido. [...] é responsável pela

> representação no plano, da superfície tridimensional da Terra no plano. Utiliza convenções e escalas adequadas visando a melhor percepção das feições gerais da superfície representada. A preocupação central da Cartografia sistemática está na localização precisa dos fatos, implantação e manutenção das redes de apoio geodésico, execução dos recobrimentos aerofotogramétricos e na elaboração e atualização dos mapeamentos básicos. Seus mapas podem ser classificados nas três categorias a seguir: 1) Escala grande - mapas urbanos em 1:500, 1:1.000, 1:2.000 e 1:5.000; 2) Escala média - mapas topográficos em 1: 25.000, 1:50.000, 1:100.000 e 1:250.000; 3). Escala pequena - mapas geográficos em escalas 1:500.000 e menores. (Op.cit. p.41-42)

Certamente, esta é a visão predominante e mais comum da Cartografia e também tem servido como ferramenta importante nos trabalhos na área do patrimônio cultural, notadamente o arquitetônico. Por isso, entender quando e como tem sido usada nos instrumentos de identificação do patrimônio são cruciais para a compreensão das suas contribuições e diferenças em relação à outra abordagem, que se desenvolve em outra direção, mais afeita às temáticas humanas e sociais.

Tendo em vista esses elementos que dão um panorama sobre a noção de Cartografia como campo disciplinar, podemos perceber que, no entanto, o sentido apontado pelos cartógrafos, apesar de bastante amplo do ponto de vista dos materiais utilizados e das possibilidades tecnológicas da Cartografia, não é suficiente para entender o papel do mapa na construção do conhecimento sobre o patrimônio cultural.

Para o escopo deste trabalho, que visa compreender a Cartografia conforme vem sendo utilizada e no que contribui para campo da preservação do patrimônio cultural, buscamos em nossa abordagem realizar, de um lado, essa revisão conceitual no bojo da Cartografia e, por outro lado, também se procurou levar em consideração o legado das discussões acadêmicas desenvolvidas no âmbito da Geografia, que destacam a importância do contexto histórico e da produção do conhecimento no fazer cartográfico, pois, como buscou enfatizar Harley (2004), os mapas não estão isentos da trama política e social, mas, conforme destaca o autor, são uma construção social e simbólica.

Este outro olhar mais crítico sobre a cartografia nos remete novamente à trajetória das abordagens geográficas da Cartografia, observadas, sobretudo, no contexto histórico do pós 2ª Guerra Mundial, marcado pelas mudanças sociais e políticas, e também pelas revisões conceituais no campo das ciências sociais como um todo, ampliando-se assim também o cabedal teórico e metodológico da Geografia. Os debates acadêmicos travados a partir dessa renovação são fortemente influenciados pelas teorias sociais de base marxista, as quais contribuíram para injetar na disciplina abordagens e metodologias inspiradas na história,

sociologia e na antropologia. Nesse cenário teórico, a Cartografia foi vista como conhecimento técnico acessório, ligado ao pensamento positivista, de menor valor, perdendo a centralidade que tinha nas tendências anteriores da pesquisa geográfica (MATIAS, 1996; FONSECA, 2004).

Por outro lado, a crítica feita pelas ciências sociais proporcionou abertura da Cartografia à revisão de algumas premissas e ajudou a construir enfoques mais humanistas que dialogam com temáticas sociais e culturais desenvolvidas pelos campos da Geografia e Antropologia, por exemplo.

Para Matias (op.cit.), é a partir de década de 1960 que a Geografia vai se preocupar em debater as bases teóricas e conceituais sobre a utilização que ela própria faz da Cartografia. Surge daí a necessidade de diferenciação de sua prática, refletida na criação de termos como "Cartografia geográfica", que esse autor se propõe a discutir, tendo como foco o processo de renovação crítica da geografia. Para o autor, o ponto de partida que permite pensar no desenvolvimento de uma Cartografia geográfica é não rechaçar seu uso a priori, taxando-a como técnica exclusiva de uma visão positivista de mundo. Este foi um posicionamento comum entre os profissionais da Geografia diante dos conhecimentos cartográficos, conforme explorado por Souza e Katuta (2001):

> Pensar em Cartografia, dedicar-lhe importância junto à ciência geografia comprometia uma certa 'conduta' de pesquisador-docente, numa determinada perspectiva, ou seja, como se a posição 'politica', 'teórico-metodológica', ou melhor dizendo o status quo pudesse ser abalado e não mais identificado como 'marxista' de esquerda, e por tanto, libertário e democrático. Passou-se a acreditar em, ou se criar, uma 'cultura' de que para 'ter e exercer' efetivamente essas posições e posturas pudéssemos prescindir, sobretudo em Geografia, de conhecimentos técnicos e cartográficos (SOUZA e KATUTA, 2001, p. 100-101).

Para Girardi (2011), esse é um posicionamento equivocado dos estudos geográficos, pois incorre no erro de encarar apenas os aspectos negativos do uso simbólico do mapa, fazendo uma leitura parcial desse instrumento:

> A abordagem crítica do mapa propõe que não é verdadeira a suposta ligação direta e indissociável do mapa com o positivismo, de forma que o mapa não é a sua elaboração exclusiva. As características de um mapa dependem do seu autor, pois é ele quem possui método de investigação e o mapa é mais um instrumento analítico. [...] A leitura desconstrucionista do mapa é mais uma justificativa para afirmarmos que o mapa é um instrumento indispensável na elaboração do conhecimento geográfico e permite relacioná-lo diretamente aos fundamentos da Geografia Crítica. (GIRARDI, 2011, p.7, grifo nosso).

Desse modo, as reflexões realizadas pela Geografia sobre o uso da Cartografia têm apontado para a perspectiva de que é possível trabalhá-la de forma mais engajada.

> A Cartografia Geográfica deve distinguir-se da Cartografia no momento de buscar elementos teóricos e conceituais mais adequados para o seu desenvolvimento e aplicação dentro da Geografia. Além de teorias mais diretamente ligadas à Cartografia (caso da Semiologia gráfica e da abordagem Harleyniana da Teoria social), faz-se necessário buscar subsídios complementares em outras formas de conhecimento, como a Semiologia, a semiótica e a teoria da comunicação, que estando no mesmo leque das ciências humanas, apresentam contribuições importante para um melhor aprendizado da linguagem gráfica pelos geógrafos. (MATIAS, 1996, p. 113)

Neste trecho, Matias ressalta a interpretação da Cartografia como uma linguagem que, sendo marcada pela representação gráfica, de um lado, apresenta elementos estruturais e uma gramática a serem observados para domínio de seu uso e leitura; por outro lado deve buscar seus próprios instrumentos de compreensão da realidade.

Com isso, observa-se de forma geral, na literatura geográfica consultada, uma intenção de estabelecer a diferenças entre a Cartografia praticada na atualidade por geógrafos das demais Cartografias, conforme aponta Matias (id.) ao levantar questões para pensar o desenvolvimento de uma "Cartografia mais geográfica":

> Sendo assim, acreditamos que para o geógrafo o mapa apresenta uma significação diferente daquela atribuída pelo engenheiro cartógrafo, e deste, de forma também diversa, para o engenheiro civil ou arquiteto, para ficarmos nos exemplos de usuários mais comuns. Tanto é assim que, em geral tais profissionais trabalham de forma conjunta apresentando visões de mapa que se complementam (MATIAS,1996,p.91)

É também seguindo esta ideia da complementaridade entre os conhecimentos que se pretende identificar essas abordagens da cartografia na análise dos instrumentos de preservação, mas sem perder de vista que existem outras relações possíveis entre essas formas de compreender esse campo do conhecimento, como relações conflitivas e contraditórias.

Conforme bem colocado pelo prof. Marcelo Martinelli (2003), na visão da cartografia pela geografia hoje, o mapeamento temático é preponderante, pois este subsidia as análises dos fenômenos com um foco direcionado para um ou mais temas e em diferentes escalas. Ainda conforme esse especialista (op.cit), a cartografia temática é um instrumento excelente para a geografia, já que não só faz levantamentos sistemáticos e localiza, como a cartografia

sistemática, mas trata e classifica dados com vistas à comunicação de uma mensagem.

Nas palavras do pesquisador:

> "(...) os mapas podem mostrar mais do que apenas a posição dos lugares, isto é, fazer mais que responder à questão 'onde' – papel fundamental da 'base cartográfica' para lastrear as representações temáticas. Eles podem dizer muito sobre os lugares, caracterizando-os. Entramos assim, no domínio da cartografia temática. " (Martinelli, 2003, p.35)

No entanto, conforme observado na história da relação entre esses saberes, as formas de usar a cartografia podem ser consideradas posicionamentos políticos e metodológicos. No momento em que escreveram seus trabalhos de mestrado e doutorado nas décadas de 1990 e 2000, por exemplo, Matias (1996) e Fonseca (2008), respectivamente, observam basicamente dois diferentes posicionamentos dos geógrafos face aos conhecimentos cartográficos: de um lado, subsiste a tendência, notadamente ligada à Geografia Humana, de descartar ou mesmo rechaçar o uso da Cartografia nas pesquisas, no sentido de afastar o fantasma de positivismo característico da geografia tradicional.

Por outro lado, Matias (1996) já observava naquele momento o processo de revalorização da Cartografia não somente enquanto técnica acessória da geografia, mas também como linguagem para e objeto da pesquisa geográfica:

> "(...) observamos, em movimento contrário, uma tendência de (re)valorização dos conhecimentos cartográficos do geógrafo como meio de aprimorar sua compreensão e representação do espaço geográfico. Ainda que não apresente homogeneidade em suas proposições teórico-metodológicas, essa tendência pode ser identificada a partir de uma preocupação básica, (re)pensar a forma como o geógrafo dedica-se ao trabalho com os mapas frente aos novos desafios da ciência geográfica atual". (MATIAS, 1996,p.94)

Ainda acerca da relação entre Cartografia e Geografia, destaca-se o trabalho desenvolvido por Fernanda Fonseca (2004), a qual procura desnaturalizar e problematizar essa relação e situar o papel da Cartografia junto ao movimento de renovação teórica da disciplina geográfica. Em seu ponto de vista, a Cartografia manteve-se inflexível diante das mudanças engendradas pelo movimento da chamada Geografia Crítica ou renovada. A partir dessa premissa, se dedica a investigar por que a Cartografia teria ficado à parte do movimento reflexivo que conduziu a renovação dos pressupostos teóricos da Geografia.

> Entendida a Cartografia como linguagem, pode-se afirmar que sua versão

> convencional no interior da Geografia construiu uma visão de espaço geográfico. Mais que isso, materializou e naturalizou com sua força expressiva, com sua capacidade de 'parecer' verdade uma representação, entre outras possíveis de espaço: a euclidiana. Fez isso como uma 'linguagem que se negou' enquanto tal. Com base nessa hipótese (um pressuposto) estrutura-se o questionamento deste trabalho. Por que a Cartografia explorada foi tão rígida e por que razões há ainda uma indiferença grande quanto às necessidades de flexibilização diante da renovação da Geografia? (Idem, p. 45-46)

Ao questionar se haveria de fato uma maneira de praticar uma Cartografia que servisse à Geografia crítica ou renovada[10], Fonseca (2004) mergulhou na epistemologia do fazer geográfico e na discussão de temas paralelos à Cartografia como a natureza do espaço geográfico que esta representa e cuja noção reproduz.

Para Fonseca, o uso da representação Cartográfica em textos que propõem discussões sobre temas sociais/humanos não deve se prender à reprodução da localização de objetos sob a lógica da Cartografia sistemática, que vê o espaço como sinônimo de superfície geométrica, algo absoluto e balizado por parâmetros matemáticos. É preciso, segundo a autora, avançar no entendimento de que a Cartografia é uma linguagem que constrói conhecimentos e produz significados sobre os espaços sociais que se constituem paisagens, territórios e/ou lugares e que estão para além da precisão posicional de objetos no globo. Logo, a forma como é utilizada auxilia na construção também do conceito de espaço que veicula (FONSECA, 2004, p.45).

Nesse sentido, sugere-se que, nos trabalhos que se dizem imbuídos do sentido renovado da Geografia, a representação espacial procure refletir também a complexidade, contrariedade e diversidade que encerra a concepção de espaço geográfico condizente com aquela perspectiva de pensamento. Este é uma das principais contribuições da tese de Fonseca, visto que, como ela mesma aponta, existem na Geografia brasileira "insuficiências epistemológicas" que consistem na pouca discussão teórica sobre Cartografia nos trabalhos de geógrafos que lidam com este campo do conhecimento.

Considera-se que encarar a Cartografia como linguagem que a um só tempo expõe e

---

[10] Fonseca (op.cit.) destaca algumas marcas da chamada Geografia renovada como o entendimento de que o objeto de estudo da geografia seria a dimensão espacial da sociedade, o espaço geográfico como espaço social, constituído a partir das relações e não a priori e à parte destas; além do fortalecimento das características da geografia como ciência social com forte apelo à epistemologia e à reflexão sobre a dicotomia sociedade x natureza (p. 34). Para detalhamento da discussão sobre a renovação da geografia existe ampla bibliografia, entre a qual se indicam como sugestão os trabalhos de SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. Hucitec: São Paulo, 1997; CARLOS, A. F. (Org). **Ensaios de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra revisitada**. Hucitec: São Paulo, 1996; CASTRO, I.E.; GOMES,P. C.C.; CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

constrói significados sobre o espaço, entendido como socialmente construído, além de ser diferente da abordagem eminente técnica, é também uma outra possibilidade igualmente interessante e enriquecedora para pensar o processo de identificação do patrimônio cultural.

Diante do exposto e com base nessas discussões teórico-conceituais sobre o uso dos mapas e dos saberes cartográficos pela geografia, de um lado, e, de outro, pela visão mais ligada às engenharias e geociências, é que se procurou reconhecer e analisar de que forma essas abordagens de Cartografia aparecem nos instrumentos de identificação de bens culturais que assumem valor de patrimônio cultural.

1.2 Cartografia como campo de produção do conhecimento: algumas abordagens teóricas.

Uma vez que os mapas são, entre os produtos cartográficos, os mais utilizados e conhecidos, inclusive junto aos instrumentos de identificação do patrimônio cultural, é por meio da observação de seu lugar nesses instrumentos que buscaremos pinçar e discutir as abordagens de Cartografia que são apropriadas pelo IPHAN. Nesse sentido, considerou-se adequado expor algumas das principais abordagens analíticas do estudo de mapas.

Na extensa revisão bibliográfica realizada para compreensão da produção sobre Cartografia pela geografia brasileira, Archela (2002, p.161-162) indica a existência de três principais correntes teóricas que têm por objetivo discutir a produção e o uso de mapas: 1) estudo do mapa enquanto modelo de comunicação; 2) a Semiologia Gráfica; e 3) a Cognição Cartográfica.

A primeira corrente teórica se desenvolveu a partir do final da década de 1960, com pesquisas voltadas ao entendimento do mapa como modelo de construção de conhecimento e de comunicação da informação cartográfica. Esses estudos se basearam na Teoria da Informação e da Comunicação Cartográfica e buscaram estabelecer princípios universais (modelos) para produção e melhor transmissão da informação contida dos mapas, tendo por base princípios e métodos científicos próximos das ciências matemáticas. Entre as principais referências desse tipo de pesquisas no Brasil, destacam-se o trabalho de Maria Elena Simielli (1986)[11] e método de André Libault (1971)[12].

---

[11] Professora livre docente em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo, USP, defendeu em 1986 sua tese de Doutorado intitulada "O Mapa como Meio de Comunicação. Implicações no Ensino de Geografia do 1º Grau," e desenvolveu inúmeros trabalhos na áreas da cartografia escolar, atlas escolares, representações gráficas e ensino de geografia.

Essa abordagem pode ser compreendida no bojo do movimento teórico da revolução quantitativa na geografia, também conhecido como Geografia teorética, que propunha a construção de modelos como chave para a análise geográfica cientifica. A difusão desta visão teve rebatimentos concretos nas ações de mapeamento pelo IBGE, estudos que, por sua vez, embasaram as ações estatais de planejamento territorial brasileiro nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

A segunda corrente importante recebeu influência da Semiologia e consistiu no estudo dos mapas pelo viés da Teoria Geral dos Signos. Conforme explica Archela (2002):

> Os trabalhos que mais se destacaram nesta corrente foram os de Bertin (1967), que sistematizou a linguagem gráfica com um sistema de símbolos gráficos com significado e significante. Considerou como significado as relações entre os dados a serem representados . Estas relações podem ser de similaridade/diversidade, ordem ou proporcionalidade e deverão ser transcritas no mapa através de variáveis visuais que representem exatamente as relações entre os dados que serão representados.[...] As variáveis visuais são: tamanho, valor, textura, cor, orientação e forma (ARCHELA, 2002, p.164)

Além do Professor francês Jacques Bertin[13], como referência internacional, os pesquisadores brasileiros que se destacaram na difusão dos princípios teóricos dessa corrente junto à Geografia são Martinelli (op. cit) e Archela (op.cit.). Esta corrente ainda influenciou trabalhos sobre metodologia do ensino em geografia, com foco no desenvolvimento da aprendizagem da linguagem cartográfica, como uma gramática para viabilização da leitura de mapas pelas crianças no âmbito da Educação Básica.

A terceira principal corrente teórica da Cartografia, para Archela, é a da Cognição cartográfica, a qual também compreende o mapa por meio da comunicação gráfica e como fonte de informações. No entanto, seu enfoque recai sobre as características do usuário e leitor de mapas e não propriamente sobre os signos que o compõem o mapa, conforme propunha a corrente da Semiologia Gráfica. Esta perspectiva toma por base os princípios da Teoria Cognitiva e da Percepção, oriundas da Psicologia. As principais temáticas abordadas são a Alfabetização Cartográfica e os trabalhos com Mapas Mentais, que no Brasil têm como

---

12 Professor Dr. da Universidade de Paris, França que na década de 1970 trabalhou em parceria com antigo Instituto de Geografia da USP, principalmente através da ligação com Prof. Marcello Martinelli tendo sido responsável pela coordenação da obra Altas do estado de São Paulo. Dentre seus textos de referencia estão LIBAULT, C. O. André. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. Métodos em Questão, **Geografia-USP**, São Paulo, n. 1, 1971. 14p.; e LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/USP, 1975.

13 Diretor do *Laboratoire de Graphique da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris*, nos 1950, autor da "Teoria geral da expressão gráfica" disposta em sua importante obra *Sémiologie graphique* (data).

exemplos o trabalho pioneiro desenvolvido por Lívia de Oliveira (1978) e a obra de Almeida & Passini (1994).

Ainda no que diz respeito às reflexões feitas sobre a Cartografia no campo da ciência geográfica, em sua tese de doutorado, Matias (2001, p. 30-57) também faz extensa revisão sobre as diferentes abordagens teóricas da Cartografia pela geografia. Além de destacar as mesmas três correntes já ilustradas por Archela (2002) (Teoria de modelos, de comunicação cartográfica e a Cartografia cognitiva), ele vai um pouco além, ressaltado ainda uma outra corrente não abordada naquele artigo de revisão. Essa seria uma tendência mais recente dos estudos sobre a Cartografia que tem por base a Teoria Social para o entendimento do mapa e da Cartografia, ressaltando seu aspecto simbólico como um objeto de controle e poder.

Esta corrente é chamada de Cartografia Crítica e se desenvolve principalmente, a partir da década de 1970 com os trabalhos de John Bryan Harley e, posteriormente com a publicação de obras como How to lie with maps, de Mark Monnmonier (1996). Conforme destacam Matias (2001) e Fonseca (2004), J. B. Harley (1932-1991), geógrafo e cartógrafo britânico que se dedicou ao estudo da história da Cartografia, é o principal expoente dessa corrente. A obra deste pesquisador inspirou a criação de programas de bolsas de estudo[14] sobre a História da Cartografia.

Em seu artigo "Mapas, saber e poder", publicado originalmente em francês em 1988, o autor reforça seu posicionamento crítico em relação à falta de trabalhos de geografia que refletissem sobre o mapa, tratando mais especificamente sobre seu conteúdo simbólico e papel político social.

> Um livro sobre um conjunto de imagens geográficas que não incluísse o mapa parecia um Hamlet sem príncipe. Entretanto ainda que os mapas estejam há muito tempo nos discursos sobre a geografia, raramente são lidos como textos profundos ou como formas de saber socialmente construídas (HARLEY, 2009 [1988],p. 1)

Harley dedicou-se principalmente à reflexão sobre a função da Cartografia e analisou seu papel nos diferentes sistemas políticos, enfocando o papel do Estado nos impérios e formação dos Estados Nação, bem como em relação à questão fundiária, cuja Cartografia tem sido alvo de debates espinhosos até os dias atuais.

A Cartografia crítica de Harley ressalta o caráter de imagem do mapa, e, destarte,

---

[14] Informações sobre os programas de bolsas de estudos JB Harley Fellowship ofertadas pela Biblioteca Britânica, Arquivo Nacional de Londres e outras instituições parceiras estão disponíveis no site da biblioteca virtual : <http://www.maphistory.info/harley.html>.

imagens “nunca são isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos” (HARLEY, 2009[1988], p.2).

Assim, Harley também vê a Cartografia e o mapa como uma forma de linguagem. Entretanto, não da forma como vinha sendo tratado pela semiologia gráfica e pela teoria dos modelos cartográficos, mas como um texto discursivo: “o conceito de linguagem cartográfica é preferível àquele originado da semiótica (...) se traduz mais facilmente em prática histórica” (HARLEY,idem,p.2).

Conforme aponta Girardi (2011), que analisa a trajetória dessa corrente teórica no intuito de propor seu próprio conceito de Cartografia Geográfica Crítica (CGC)[15], Harley propunha a abordagem de desconstrução do mapa para melhor compreendê-lo enquanto um texto construído socialmente, se apropriando das teorias de Anthony Giddens, Michel Foucault e Jacques Derrida:

> Da teoria de Foucault, Harley (1989) utiliza, para o processo de desconstrução do pensamento cartográfico, a idéia da ‘onipresença do poder em todo o conhecimento, mesmo sendo o poder invisível ou implícito , incluindo o conhecimento particular codificado nos mapas e atlas‘. Das idéias de Derrida ele toma a presença de retórica em todos os textos, o que demanda uma busca por metáfora e retórica em mapas em que antes os pesquisadores encontravam somente medidas e topografia. (GIRARDI, 2011, p. 5)

Assim, nessa perspectiva, o mapa é entendido como uma forma de construção de conhecimento e afirmação de poder, tendo em vista que, mesmo sendo um produto eminentemente técnico, é instrumento político nos contextos nos quais é utilizado e confeccionado. Nesta perspectiva, compara a invenção dos mapas com a dos números e da escrita, afirmando que estas invenções tiveram importância equivalente na consolidação do poder e da estrutura do Estado em diferentes sistemas de governo.

> Os mapas foram uma invenção similar no controle do espaço; eles facilitaram a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado. Como instrumento de vigilância eles se prestam ao mesmo tempo à coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e à vigilância direta de sua conduta. Nos tempos modernos, quanto mais a administração do Estado é complexa, mais suas ambições territoriais e sociais são ampliadas, e maior será sua demanda por mapas (HARLEY, 2009 [1988],p.3)

---

[15] Para maiores informações sobre a CGC, ver artigo resultante da tese de doutorado do mesmo autor, do programa de pós-graduação da UNESP, produzida no contexto dos objetivos do projeto Atlas *da Questão Agrária Brasileira*. GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma cartografia geográfica crítica. **Revista Geografica de America Central** (online), v. 2, p. 2019-4758-1-SM, 2011. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2019/1918>, acesso em junho de 2013.

Para Girardi (2011), a Cartografia Crítica proporcionou avanços na análise do papel dos mapas na produção do conhecimento por ter deslocado o foco da discussão sobre os temas como a eficácia de comunicação por meio dos mapas e a precisão posicional da representação cartográfica, para o entendimento do próprio mapa como objeto de reflexão, buscando compreendê-lo enquanto produto e agente da história. Como explica o próprio Harley (1989), essa abordagem da Cartografia induz a uma leitura interdisciplinar da produção desse conhecimento, discussão que anteriormente ficava mais restrita aos especialistas da área, especialmente geógrafos e cartógrafos. Por outro lado, permite desmitificar a Cartografia como ciência estritamente objetiva e exata, a qual pode também ser escrutinada pela história, sociologia e linguística.

1.3 Abordagens metodológicas de Cartografia: experiências de pesquisa na área da cultura.

Conforme indicado no início deste capítulo, variadas são as formas de ver a cartografia seja tendo em vista a diferença entre as disciplinas (ciências humanas, ciências físicas e engenharias) seja no âmbito de um mesmo campo do conhecimento como demonstra a trajetória do uso da Cartografia pela Geografia.

Em relação aos estudos e pesquisas voltados para o tratamento da cultura, realizamos uma revisão bibliográfica de dissertações e artigos científicos que versam sobre o uso da cartografia como tema ou ferramenta na temática cultural e algumas experiências encontradas nos auxiliaram a ilustrar essa diversidade de metodologias que podem ser identificadas junto aos instrumentos de conhecimento do patrimônio cultural pelo IPHAN. Não é nosso objetivo, nem seria cabível para este trabalho realizar a descrição minuciosa, tipo a tipo dos mapeamentos, mas, a partir das leituras, foi possível definir duas formas gerais de abordagens: de um lado metodologias da cartografia que tratam a questão cultural a partir de uma abordagem mais técnica, na qual a produção cartográfica debruça-se na "captação" de dados do espaço físico e não inclui ou dialoga pouco com o usuário final, e outra abordagem que se propõe participativa, cujos mapeamentos culturais tentam aproximar o usuário e leitor de mapas do processo de produção e aquisição dos dados que serão lançados no mapa, considerando inclusive suas interpretações.

As abordagens técnicas têm alcançado cada vez mais excelência em precisão e leva-se em consideração que são relevantes para muitos ramos de pesquisa, inclusive para o trabalho com o patrimônio cultural. Estão centradas, no entanto, no conhecimento técnico do profissional que produz e nas características dos materiais (tipo de sensor radar ou óptico, resolução das imagens de satélite etc.), restando pouco ou nenhum espaço para o diálogo com público leigo em conhecimentos cartográficos. Esse posicionamento pode muitas vezes significar a desconsideração dos saberes de uma dada população no processo de construção de mapas, o que coloca em cheque os resultados de um mapeamento quando se trata de trabalhos voltados para causas sociais e de afirmação de referências culturais que se fundamentam justamente na escuta e debate, como é o caso das ações de reconhecimento do patrimônio cultural.

Como exemplo de experiência desenvolvida utilizando uma abordagem eminente técnica e aplicada claramente na área do patrimônio cultural, encontra-se o artigo de Lindon Fonseca Matias (2008)[16] que tece considerações sobre as potencialidades da aplicação das geotecnologias para o mapeamento e análise especificamente do patrimônio arquitetônico urbano, cujo uso tem sido aproveitado para fins turísticos. Dentre as possibilidades, descreve os tipos de análises já utilizadas corriqueiramente na área de estudos ambientais, como uso de imagens de satélite de resolução espacial compatível para identificação de formas do uso do solo no sítio, observação do próprio padrão de urbanização, identificação de materiais de construção por sensoriamento remoto, geração de modelos digitais de terreno para análise do patrimônio arquitetônico sobre o relevo. O autor ressalta as amplas possibilidades de análise a partir da reunião dessas informações em um Sistema de Informação Geográficas (SIG), que permite prognósticos em relação à alteração da ambiência de bens tombados, diante, por exemplo, de intervenções/construções em sua vizinhança.

A atenção dada à dimensão espacial de fenômenos culturais tem conduzido cada vez não só a crítica aos usos políticos dos mapas e outros produtos cartográficos, conforme apontado por Harley (2004), mas principalmente, tem indicado a necessidade do desenvolvimento de abordagens de construção de produtos cartográficos com forte caráter inclusivo, que relativizam o papel do cartógrafo no processo de comunicação cartográfica e defendem a participação dos usuários nos processos de produção de mapas.

---

[16] Artigo publicado no livro sobre *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*, organizado pela Profª. Drª. da UNICAMP Maria Tereza Duarte Paes, atualmente coordenadora de um grupo de pesquisa nessa área, uma das referências nos estudos sobre patrimônio cultural no âmbito da Geografia.

Alguns fatores concorrem para o desenvolvimento dessas abordagens na atualidade. Por exemplo, a possibilidade de aproximação entre usuários e técnicos ganha força dada a difusão da Cartografia e a facilidade de acesso às suas ferramentas computacionais nos dias de hoje, o que não era possível em um passado recente, quando a prática da Cartografia exigia uma estrutura tecnológica em geral difícil de construir fora de centros de pesquisa especializada.

A difusão das tecnologias e da internet diminui os custos para a disseminação das técnicas cartográficas tornando esse recurso mais acessível. Esse novo contexto gera reflexões sobre os processos de produção de documentos cartográficos e indica que os mesmos não precisam estar necessariamente restritos apenas a técnicos da área da Cartografia, mas podem também ser realizados com a participação dos grupos sociais interessados na leitura, apropriação e uso de seu conteúdo (FERREIRA et all, 2008).

É o caso da abordagem da pesquisa de Andrade e Carneiro (2009), concebida no âmbito das atividades do programa de Infraestrutura Geoespacial Nacional – PIGN, coordenado pelo IBGE e pela University of New Brunswick – UNB, que teve como objetivo apoiar o processo de mudança de referencial geodésico brasileiro[17], identificando os impactos técnicos e sociais desta mudança

Paralelamente ao processo oficial de georreferenciamento e demarcação de terras do território Quilombola Castainho, em Pernambuco, Andrade e Carneiro (2009) investigaram junto a crianças e adultos da comunidade qual a compreensão espacial que aqueles sujeitos tinham desse processo, a partir da elaboração dos documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo.

Um dos resultados observados foi a dificuldade inicial na leitura dos mapas da demarcação das terras. Esta questão indica que a Cartografia "participativa" pode incluir o usuário sem demandar do mesmo um conhecimento mais técnico da área; no entanto, ainda assim, persiste a necessidade de uma *educação cartográfica*[18] básica para a interpretação dos produtos, assim como acesso à tecnologia pela comunidade para viabilização dos processos

---

17 Conforme resolução 01/2005 do IBGE o referencial geodésico brasileiro mudou de SAD 69 para Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000), o processo ainda está em transição até 2015.

18 No Brasil, os trabalhos de *educação cartográfica* tem se voltado à leitura de mapas no contexto do ensino da disciplina Geografia para séries iniciais do sistema de Educação Básica. Para maiores informações ver PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Lê, 1994; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2002; ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

participativos. Os autores reforçaram ainda o interesse dos habitantes da comunidade Castainho pelo assunto dada a importância daqueles produtos cartográficos participativos como instrumentos de fundamentação dos discursos para luta de grupos sociais pelo acesso aos direitos fundamentais dos povos, como no caso da própria comunidade quilombola Castainho, que buscava regularização fundiária de seu território.

Nesse âmbito da Cartografia participativa, destacam-se ainda os trabalhos realizados pelo *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia* (PNCSA)[19], que vêm proporcionando o reconhecimento de territórios de populações tradicionais de várias partes da região Amazônica. Entre esses trabalhos destacam-se os realizados nos estados do Pará, Amazonas e Maranhão com grupos identificados quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu etc., a partir do ensino de técnicas de Cartografia e participação ativa dos grupos nas pesquisas que visam à sistematização de informações e publicação de fascículos com textos e produtos cartográficos nos quais os grupos expressam sua visão sobre seus territórios, seus referenciais espaciais e problemas enfrentados do ponto de vista do conflito agrário, principalmente.

Sobre essas experiências, Acserald (2008) reuniu diferentes visões, em geral críticas, sobre Cartografia social, mas que também ressaltam aspectos interessantes das experiências brasileiras, nas quais os mapeamentos com participação direta da sociedade são instrumentos recorrentes junto às políticas públicas. Destacam-se aí os planos diretores e planos de manejo de unidades de conservação[20], que são documentos que têm contado com diferentes metodologias de mapeamentos participativos.

Conforme pondera o autor:

> Assim sendo, a considerar o andamento do debate contemporâneo sobre Cartografias sociais e mapeamentos participativos, tais iniciativas poderão ser vistas ora como esforços de resistência às dinâmicas da globalização, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas (ACSERALD,2008, p. 10)

Nesse sentido, em nossa concepção, pensar a Cartografia na gestão pública deve considerar e, dependendo do objetivo das ações, priorizar essas abordagens que abrem espaço

---

19 Disponível em: <http://www.novacartografiasocial.com/>.

20 Ver site das ONGs: ACT Brasil (<http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1>), Saúde Alegria (<http://www.saudeealegria.org.br/projeto.php?projeto=4>), IPAM (<http://www.ipam.org.br/noticias/IPAM-disponibiliza-Diagnostico-em-Mapas-do-Baixo-Amazonas/177>), e ISA (ACT Brasil <http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1>), etc.

para o diálogo com a sociedade, viabilizando formas de instrumentalizar os grupos para que dominem essa linguagem. Por essa via, então, poderá haver contribuições diretas para a identificação e reconhecimento de diferenças culturais, levando-se em consideração a própria forma de leitura e interpretação da realidade pelos grupos através da Cartografia, em detrimento de abordagens exclusivamente técnicas.

Desse modo, pretende-se analisar quê abordagens de produção de mapas têm sido preferidas na aplicação dos instrumentos de identificação do IPHAN. O IPHAN tem lançado mão de abordagens mais técnicas ou mais participativas na produção dos mapas do patrimônio cultural?

2.0 INVENTÁRIOS NACIONAIS: instrumentos de produção do conhecimento no campo do patrimônio cultural

O desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil se constitui, entre outras práticas, na construção de instrumentos de identificação e conhecimento de bens de referência cultural aos quais se atribui valor de patrimônio. Nesse universo, podemos inserir grande parte das ações de sistematização de dados sobre os bens, como os estudos para o tombamento, estudos publicados na Revista do IPHAN e, dentre as formas mais utilizadas, destacamos aquelas chamadas de inventários.

Os estudos de tombamento correspondem de maneira geral a levantamentos de informações históricas, arquitetônicas, paisagísticas e artísticas sobre bens culturais reconhecidos oficialmente como exemplares do patrimônio cultural brasileiro através do instrumento do tombamento. Tendo em vista que o tombamento, além de ser um dos mais antigos instrumentos de proteção, foi durante a maior parte da trajetória do IPHAN também o principal a ser aplicado pelo instituto, esses estudos serviram e continuam a servir para identificar as características e valores que justificam a proteção desses bens pelo Estado brasileiro. Sabe-se que, nas primeiras décadas de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi comum o tombamento de bens realizados de maneira compulsória por despacho administrativo ou, como se costuma referir, por ordem do "Tombe-se" ou "Tombe-se naturalmente", isto é, sem estudos que detalhassem os valores atribuídos ao bem e que, por conseguinte, agregassem informação ao processo administrativo do tombamento e sem diálogos mais amplos sobre a procedência da aplicação dessa proteção, como é apontado no próprio manual do INBI-SU.

> Com base no conceito de cidade-monumento adotado no início dos trabalhos do IPHAN, os sítios urbanos eram selecionados à primeira vista, a partir de suas características estéticas de época, sendo preciso apenas o registro fotográfico e, em alguns casos, uma descrição sumária para comprovar aquelas características ou a realização de pesquisas voltadas para a identificação de datas e fatos relevantes ocorridos nos sítios. Também a pressa em tombar a maior parte dos sítios urbanos do período colonial, de uma só vez, para garantir a sua salvaguarda e afirmar a sua importância como expressão da produção genuinamente brasileira, fez com que apenas essa documentação básica fosse produzida. " (INBI-SU,2001, p. 15)

É com a emissão da portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986[21], que normatiza o processo de instauração do tombamento, que foram estipulados, pelo artigo 4º, procedimentos obrigatórios à formação da documentação que acompanha as propostas de tombamentos de bens culturais imóveis e móveis, incluindo aí "estudo, tanto quanto possível minucioso" e "descrição pormenorizada" dos objetos (Art. 4, 1º e 2º §§). A sanção desta portaria significou a formalização de uma necessidade que vinha sendo reforçada desde o final da década 1970, qual seja, o da explicitação dos critérios do tombamento e suas consequências para as partes envolvidas.

Outro instrumento de identificação e conhecimento do patrimônio cultural citado foi a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, que publica pesquisas sobre o tema e se constitui um periódico de destaque na discussão desse campo não só no seu formato contemporâneo, mas também no momento de sua criação, enquanto *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1937. Naquele momento, contava-se com a publicação de artigos sobre as mais diversas manifestações culturais localizadas em diferentes regiões do país e documentadas por intelectuais da época ligados ao SPHAN como Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira (CHUVA, 2003, p. 321-327)

Márcia Chuva (2003) avalia essa publicação como um importante fórum de discussão sobre o tema e um instrumento fundamental para formação de opinião sobre o patrimônio cultural no Brasil, visto que contribuiu para disseminar a ideia de preservação da cultura e identidade cultural brasileira.

A relevância dessas publicações foi igualmente destacada no artigo de Ana Lúcia Thompson et alli (2011). Neste, pontuam-se os conteúdos das primeiras publicações, entre 1937-1978, deixando clara a diversidade de temas abordados e afirmando inclusive que essa significou a contemplação da pluralidade cultural no bojo dos bens considerados constituidores da nossa "civilização material", característica que o IPHAN iria perder no período seguinte quando se instala uma rotina de trabalho e se consolidam práticas de preservação que priorizam determinados perfis de bens culturais e replicam modelos de ações de proteção (bens arquitetônicos coloniais) que a *Revista* do órgão, de certo modo, reforçou em sua abordagem.

No entanto, ainda que essas e outras iniciativas (fotografias, pesquisas, publicações, leis, portarias etc.) possam ser entendidas como instrumentos de identificação e conhecimento

[21] BRASIL. Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=325>, acesso em 17mar. 2015.

do patrimônio cultural, pode-se dizer que são os inventários que figuram como principais ferramentas desse grupo. Os inventários criados especificamente com a finalidade de identificação e valoração do patrimônio cultural são importante fonte para compreender como tem se dado o processo de valoração dos bens culturais na trajetória do instituto, bem como o processo de produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro. Daí a relevância de entender como os mapas figuram nesses instrumentos, em que momentos são requeridos e como são utilizados no contexto dos inventários nacionais.

Desse modo, neste segundo capítulo, apresentaremos os instrumentos de identificação denominados inventários nacionais - dentre os quais se selecionaram especificamente aqueles que incluem a utilização de mapas para entendimento do patrimônio cultural - sobre os quais realizaremos a análise do uso da cartografia, através da leitura das diretrizes dos manuais sobre a produção de mapas sobre o patrimônio.

Esta apresentação sobre os inventários foi desenvolvida em dois momentos:

a) Contextualização da criação dos inventários nacionais pelo IPHAN no âmbito das práticas de preservação do IPHAN; e
b) Apresentação dos inventários Nacionais criados pelo IPHAN.

2.1 Inventários Nacionais e produção do conhecimento no âmbito do IPHAN

Considerando que o objetivo central aqui é analisar a cartografia no âmbito das práticas de preservação do IPHAN, e o recorte anunciado se dá sobre a análise do uso de mapas no contexto dos instrumentos de identificação e conhecimento do instituto, faz-se necessário neste capítulo contextualizar a emergência do campo do patrimônio cultural no qual está imersa a pesquisa, relacionando tal emergência à produção de narrativas sobre objetos e à produção de um dado conhecimento, tal como ocorreu e ocorre com os mapas, conforme discutimos no capítulo anterior.

No esforço de melhor compreender a emergência das práticas de preservação do patrimônio cultural, teóricos têm buscado investigar processos relacionados como a construção das categorias de identidade nacional e Estado nação, sobre as quais fazemos uma breve incursão,

Chuva (2003), ao estudar a sociogênese das práticas de preservação do IPHAN, aponta

que as mesmas estão pautadas não só na criação de normas e instrumentos de preservação pelo Estado, mas também na preocupação central do Estado brasileiro naquele momento em que é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), qual seja a busca da construção de uma identidade nacional.

Conforme ressalta Chuva (2011), a compreensão do que seja a identidade nacional, numa perspectiva histórica, está fundamentalmente ligada ao entendimento do processo de construção da ideia de nação que se dá entorno do processo de formação dos Estados Nacionais:

> Nação e patrimônio são noções historicamente forjadas e que, associadas, compõem a noção de patrimônio [cultural] nacional. A sua constituição é parte do processo de formação do Estado (CHUVA, 2011, p. 40).

Nesse sentido, Chuva (id.) irá se apoiar em teóricos que discorreram sobre a formação do Estado-Nação, identidade nacional e nacionalismo, como Norbert Elias e Benedict Anderson, dos quais resgatamos as principais ideias relacionadas à formação da identidade nacional.

Para Chuva, de um lado, Elias destaca a importância da compreensão da construção das nações como um processo gradativo, tenso, conflituoso, o qual deve ser investigado numa perspectiva histórica de longo prazo das sociedades, além de considerá-lo um processo relativamente novo, que remete aos principais eventos político-econômicos da Europa da segunda metade do século XVIII (Idem, 2006, p.159).

Anderson (2008), por outro lado, ressalta o caráter da ideia de nação como criação social, isto é, uma noção imaginada por uma população, visto que esta noção se fundamenta no reconhecimento da existência dessa comunidade por seus membros que, apesar de não se conhecerem de fato, compreendem-se ligados entre si de forma “fraterna” por compartilharem da mesma nação, a qual seria sob essa concepção uma comunidade política limitada e soberana (idem, pp. 31-34).

Destaca ainda a amplitude do alcance desse processo que não se restringe à formação dos Estados-Nação europeus, mas antes se pode observar em diferentes momentos da história das sociedades e em diferentes territórios (Ásia e América Latina).

Para Anderson (2008), o Estado-Nação cria uma série de mecanismos para viabilizar seu funcionamento e consolidar a ideia da identidade nacional hegemônica que se sobrepõe às diferenças sociais e culturais entre grupos ocupantes do mesmo território do Estado-Nação.

Alguns desses elementos estruturantes do Estado nação seriam: a moeda, a bandeira, a língua, o hino, o censo etc.

Nessa mesma linha de raciocínio, é possível perceber que Inventários tem o mesmo perfil geral dos recenseamentos ou censos populacionais, que são instrumentos bastante utilizados no contexto de construção dos Estados-Nação para configuração dos perfis populacionais dos mesmos, aspecto observado por Chuva (2011) ao discutir a relação entre patrimônio cultural e Estado, retomando as ideias de Anderson (2008) no capítulo "Censo, Mapa, Museu". Em todos instrumentos está presente a intenção de uniformizar grupos de informações que se pretende conhecer ou identificar.

Anderson (2008), ao refletir sobre a construção das nações em territórios colonizados no sudeste asiático, descreve a importância dos instrumentos censo, (assim como do mapa e do museu) nesse processo de construção das imagens da nação. O autor ainda destaca o caráter de totalidade que carrega o censo: "A ideia fictícia do censo é que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um – e apenas um – lugar extremamente claro. Sem frações" (Anderson, 2008, p.230).

Do ponto de vista histórico, cabe ressaltar que, assim como ocorre com os fundamentos da própria noção de patrimônio cultural, os inventários têm origem no contexto de construção dos Estados Modernos. O processo de formação do Estado francês, por exemplo, deu relevância à construção de uma memória nacional pautada na preservação dos monumentos históricos de interesse para o novo regime instalado após a Revolução Francesa. Indicativos desse processo podem ser observados a partir da criação de leis, instituições e cargos para lidar com o patrimônio histórico (CHOAY, 2006).

Desde o final da década de 1970, muito se discute sobre o desgaste das identidades nacionais em face das mudanças vividas no mundo pós-2ª Guerra Mundial cada vez mais globalizado. Sobre os estudos culturais nesse novo contexto, Stuart Hall se debruça e aponta algumas razões para o enfraquecimento das identidades nacionais por um lado, e por outro lança luz sobre os fenômenos de emergência de múltiplas outras identidades, baseada em valores étnicos, religiosos, que convivem e contrastam entre si, além de se transformarem continuamente (HALL, 2005).

No caso do Brasil, a construção de uma identidade cultural vinculada à ideia de nação brasileira ganha força durante o período da história política do país conhecido como ditadura do Estado-Novo (1930-1945), quando o país foi governado pelo Presidente Getúlio Vargas.

Entretanto, segundo Chuva (2003), que se dedica a compreender a construção das práticas de preservação do patrimônio cultural naquele período, é possível perceber mesmo antes do Estado-Novo, a partir dos anos 1920, o interesse do Estado brasileiro pela identificação dos então chamados "monumentos históricos e artísticos", hoje entendidos como uma parte do patrimônio cultural nacional visto sob uma perspectiva ampliada[22]. Isto reforça a perspectiva de que as práticas de preservação têm em origem no contexto da consolidação do regime republicano no país e contribuem para forjar a identidade nacional brasileira ali nascente (CHUVA, 2003).

É nesse contexto que é criado oficialmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN, precisamente em janeiro de 1937[23], por meio da Lei nº 378, após muitas discussões e articulação política entre Rodrigo de Melo Franco de Andrade, primeiro presidente, e seus colegas. É possível afirmar que a construção e aplicação dos inventários do patrimônio cultural estão ligadas principalmente com a trajetória de atuação do SPHAN, assim como também pelo desenvolvimento dos levantamentos e arrolamentos de bens realizados paralelamente por outras instituições voltadas à preservação, como museus e institutos estaduais, como o Museu Paulista, em São Paulo.

Esta função exercida pelos instrumentos de identificação está prevista no próprio artigo 46 da lei 378/1937, que cria o SPHAN e que define as atribuições do órgão, das quais se destacam, além do tombamento, a conservação e o *conhecimento* do patrimônio histórico e artístico nacional.

O primeiro momento desse processo é marcado pela centralização das ações de preservação pelo SPHAN através da atuação de intelectuais e artistas modernistas brasileiros que assumiram funções administrativas no serviço, como é o caso de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa. Conforme aponta Chuva (2003), os intelectuais do SPHAN partilharam a responsabilidade de definir uma noção de patrimônio cultural alinhada ao projeto estatal de construção de uma identidade nacional forte capaz de

---

[22] A ampliação do conceito de patrimônio cultural de que trata o artigo 216 da Constituição de 1988, está não somente na inclusão dos bens de natureza imaterial, mas, como aponta Ulpiano Bezerra de Meneses (2010), mas principalmente na questão central de quem atribui valor e define o que é patrimônio cultural: "(...) a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente (...), nas ciências sociais: os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade" (MENESES, 2010).

[23] Para uma visão mais detalhada de como se configurou um cenário político favorável à fundação do SPHAN ver: THOMPSON, A.(Org). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3841>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

endossar uma imagem de Brasil moderno, cuja trajetória histórica e cultural poderia ser entendida aos moldes do restante do mundo ocidental.

Dessa forma, a atuação desses intelectuais junto ao SPHAN buscou definir concepções de arte e cultura brasileira com base em valores universais, para que estas funcionassem como elos com as culturas europeias, delegando ao segundo plano as diversidades culturais regionais, isto é, o que era particular de cada região e da própria história do país. Disso também decorre o fato de que a busca pelas origens não se voltou em primeiro lugar para o nosso passado pré-colonial indígena, mas sim para os traços marcantes da presença do colonizador, dados pela a introdução da arte e arquitetura portuguesa barroca e clássica, a qual foi tomada como matriz de referência da arte/arquitetura nacionais (Idem, p.317).

Naquele momento, era exclusivamente o SPHAN que decidia sobre o que deve ser preservado através principalmente do instrumento do tombamento, conforme sintetiza Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 180): "Na atividade desenvolvida pelo SPHAN desde 1937, o tombamento tem se constituído no instrumento de preservação por excelência (...)".

A hegemonia do IPHAN sobre a prática da preservação patrimonial manter-se-ia até meados da década de 1970, quando começam a surgir mudanças na forma de pensar e fazer a preservação que conduzem à emergência de outros atores nesse processo além do Estado, conforme apontam Márcia Sant'Anna (2003) e Maria Cecília Londres Fonseca (2006). É nesse momento que vêm à tona os debates em torno das dimensões sociais, políticas e econômicas da preservação patrimonial, tida até então como algo inerente ao campo artístico-arquitetônico, dominado por intelectuais da área cujas decisões pareciam um tanto quanto inquestionáveis (FONSECA, 2006, p.64).

Ao analisar o contexto dessas mudanças, os estudiosos do patrimônio apontam um conjunto de razões que corroboraram com sua promoção, assim como para sustentação das novas práticas emergentes, como, por exemplo, a conjuntura social-econômica do país e as reformulações de conceitos utilizados pelo campo da preservação as quais serão mais exploradas a seguir.

Sant'Anna (2003) afirma que essas mudanças no campo da preservação do patrimônio têm raízes no conjunto de transformações socioeconômicas ocorridas no período de consolidação de um perfil urbano-industrial do país, o qual tinha por objetivo, cada vez mais, se inserir na economia internacional, moldando seu território para receber investimentos e serviços.

Esta nova "norma preservacionista" - nas palavras de Sant'Anna (2003, p. 155) - está pautada numa visão do patrimônio não mais apenas como símbolo da nação a ser protegido pelo seu valor histórico (oficial) ou artístico, mas como elemento atrativo e estratégico do ponto de vista econômico, visão que parte da reflexão sobre o uso do patrimônio histórico construído presente nos centros históricos urbanos. Isto significava ser inserido na lógica de apresentação das cidades brasileiras como lugares propícios para os investimentos empresariais e turísticos estrangeiros e nacionais.

Por outro lado, conforme nos coloca Fonseca (2006, p. 88-91), ganham força, ainda na década de 1970 e 1980, as discussões sobre o conceito antropológico de cultura[24] e a importância do estudo das relações e processos sociais cotidianos (em contraposição à história dos grandes eventos e personalidades) reforçam a tendência de renovação na forma de encarar questões a ele relacionadas. Resulta no entendimento de que era preciso a ampliação da noção de patrimônio cultural brasileiro disposto na constituição federal pela inclusão de outras referências culturais e outros instrumentos de proteção, além do tombamento.

> A noção de 'referência cultural', e as inúmeras experiências que em seu nome foram realizadas, serviram de base (...) para a definição do patrimônio cultural expressa no artigo 216 da constituição federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de "bens culturais de natureza material e *imaterial*" [...].
>
> Entretanto, o cumprimento do preceito constitucional implica em regulamentação no que diz respeito a preservação dos bens culturais de natureza imaterial, para os quais instrumentos de proteção de caráter restritivo, como é o tombamento, são inadequados. É preciso criar formas de identificação e de apoio que, sem tolher ou congelar essas manifestações culturais, nem aprisiona-las a valores discutíveis como o de autenticidade, favoreçam sua continuidade.(...)(FONSECA, 2006, p. 86)

Hoje, as práticas de preservação são múltiplas e os instrumentos de preservação não se restringem aos instrumentos legais de proteção "física" do patrimônio através do tombamento. A criação da Política Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e de seu principal instrumento, o Registro, é um exemplo. É possível também observar a multiplicação das ações voltadas para identificação e conhecimento do patrimônio, com a criação de inventários como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL).

---

[24] A discussão sobre o conceito antropológico de cultura está fortemente associada a renovações teóricas no campo da Antropologia e seus princípios podem ser vislumbrados através da teoria interpretativista sobre a cultura desenvolvida por Clifford Geertz em GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008; bem como nas contribuições de Raymond Williams. WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____ . **Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Assim, apesar de boa parte das práticas institucionais de preservação continuar arraigadas às normas, diretrizes e instrumentos produzidos originalmente em um contexto social diferente do atual, entende-se que as mesmas estão se atualizando e que os agentes responsáveis por sua aplicação têm se demonstrado sensíveis à percepção de que há importantes mudanças nas noções de nação e identidade nacional em relação ao período de criação e consolidação do IPHAN, conforme destaca Chuva:

> Aqueles cânones não foram dessacralizados. Contudo, a visão de nação que predomina hoje aponta noutra dimensão, aquela advinda de outros paradigmas formulado na Constituinte de 1988, que vê na diversidade cultural brasileira a sua singularidade, valorizando a pluralidade de suas raízes e de suas manifestações culturais tradicionais e contemporâneas. (CHUVA, 2011, p. 47)

2.1.1 A criação dos inventários nacionais

O desenvolvimento de instrumentos de identificação no âmbito do IPHAN pode ser entendido como parte da construção de práticas institucionais de realização recorrente de levantamento de informações e pesquisas sobre os bens culturais aos quais se atribui valor de patrimônio cultural.

Ao longo da trajetória do IPHAN, gestores e técnicos envolvidos na proteção do patrimônio cultural promoveram a inclusão, repetição e o aprimoramento das iniciativas de levantamento sistemático de informações, como, por exemplo, cadastro arquitetônico, levantamento fotográfico etc. Essas práticas profissionais foram amplamente adotadas no expediente de trabalho e acabaram se consolidando na estrutura da instituição como parte da rotina, mesmo que por meio de metodologias variadas reproduzissem valores consagrados para a preservação compondo, também, de certa forma o processo que Chuva (2009, pp.279-280) denominou de “rotinização das práticas de preservação”. Para essa autora, o processo se desenvolveu por meio da consagração dos tombamentos, reformas, restaurações e foi possibilitado pelas redes de alianças entre o órgão de preservação do patrimônio e outros atores sociais - mas tem início ainda na década de 1930/40, se considerarmos os primeiros inventários aplicados em Ouro Preto, conforme apresentados por Juliana Sorgine (2008).

Entretanto, os inventários somente tomarão corpo metodológico sistematizado e abrangência nacional a partir da década de 1980, pois, até aquele momento, não havia uma política nacional de inventários do patrimônio cultural. Os inventários eram capitaneados pelas unidades regionais do IPHAN e pelos órgãos estaduais voltados ao patrimônio cultural,

sendo realizados, conforme destacado anteriormente, de forma dispersa, com diferentes objetos, objetivos e metodologias (MOTA E SILVA, 1998).

Um diagnóstico dos inventários foi elaborado a partir da pesquisa realizada pela equipe do Departamento de Identificação e Documentação (DID), capitaneado por Lia Motta e Maria Beatriz Silva e que é referência para o estudo de inventários no IPHAN até o momento. Este departamento foi criado em 1990, pelo Decreto 99.602, que aprovou e explicitou a estrutura e o quadro demonstrativo de cargos do IPHAN, então denominado Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Segundo esse documento, a competência do DID seria "estabelecer diretrizes, gerenciar programas e incentivar ações de prospecção, estudos e referenciamento, voltados para a identificação do patrimônio cultural objetivando o registro[25], a documentação e a proteção de bens culturais", assim como prestar assistência técnica aos demais órgãos do instituto (BRASIL, Decreto 99.602, Capitulo II, Seção III, art. 10º.). Em 1998, uma nova estrutura regimental é instaurada para o instituto pelo Decreto 2.807 de 1998, quando o órgão já é denominado IPHAN, e o DID tem suas funções mantidas, sendo que o decreto detalha ainda mais suas incumbências, expondo a necessidade de o IPHAN, através do DID, estabelecer métodos, critérios e realizar projetos de pesquisa sobre bens culturais, conforme disposto no artigo 12º desse documento.

Segundo a pesquisa do DID sobre os inventários do IPHAN:

> A pesquisa realizada permitiu verificar que os trabalhos de registro sistemático no IPHAN passaram a ser realizados a partir da década de 1980, sendo possível afirmar que trabalhos desse gênero, anteriores a esse período são inexpressivos no sentido de expressarem uma prática institucional. (MOTTA e SILVA, 1998, p.13)

Segundo Motta e Silva (1998), até aquele momento, os inventários empreendidos pelas unidades regionais do IPHAN tinham como principais objetos de investigação os conjuntos urbanos, visto que das 51 propostas de inventários, 37 eram referentes a conjuntos urbanos e 22 tinham como objeto as edificações. Esses números ressaltam a importância do espaço urbano para a preservação do patrimônio cultural, visto que, em grande parte, os bens tombados encontravam-se em cidades, tendência geral daquela época, que, aliás, acompanha as ações do instituto até os dias atuais. Daí porque os inventários voltavam-se quase sempre para o conhecimento de conjuntos de patrimônios arquitetônicos dos centros históricos de

[25] Neste caso o uso do termo "registro" não se refere ao instrumento do "Registro" criado a partir da PNPI, apenas foi usado como sinônimo de inclusão de informações em cadastro ou inventário.

sítios urbanos com vistas à seleção para prevenção de danos e aplicação do instrumento de proteção do tombamento.

Os passos subsequentes para a sistematização de procedimentos para formatação de inventários nacionais de bens culturais pelo IPHAN foram facilitados pelas experiências vivenciadas a partir da condução de projetos que estavam diretamente ligados às questões patrimoniais, como o Programa de Cidades Históricas (PCH)[26], em 1973; bem como, pelas discussões antecedentes travadas no círculo de instituições que trabalhavam com a temática do patrimônio cultural, ainda na década de 1970, como o Centro Nacional de Referências Cultural (CRNC) e a Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória), que, em 1979, fundiram-se com a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Naquela altura, tendo em vista a estrutura interna da instituição, a criação de um setor voltado especificamente para os inventários, a Coordenação de Registro e Documentação (CRD) também concorreu favoravelmente para a consolidação dessa prática de levantamento de informações na forma de inventários no cotidiano da instituição.

Além disso, outra variável contribuiu para o processo de consolidação de uso dos inventários oficiais como instrumentos centrais de identificação de bens do patrimônio cultural. No entendimento de Motta e Silva (1998), a prática dos inventários no contexto das ações de preservação do patrimônio no Brasil nasce do questionamento feito pela sociedade da forma como o IPHAN vinha conduzindo a escolha dos bens patrimoniais até então. A inclusão pela Constituição federal de 1988 deste instrumento no rol dos instrumentos de acautelamento e preservação veio por um lado reforçar a centralidade dos inventários como instrumentos de identificação, conhecimento e proteção, e por outro, colaborar para esclarecer os critérios utilizados pelo Estado para a preservação do patrimônio cultural, visto que os inventários enquanto metodologias revelam passo a passo as informações selecionadas para valoração dos bens, dando assim mais abertura na condução das políticas públicas nesse

[26] O PCH foi criado EM 1973, a partir da decisão do Grupo Interministerial formado pelo Ministério da Educação (representado pelo IPHAN), Ministério do Planejamento, Ministério do Interior (tendo como representante a SUDENE) e o Ministério da Indústria e Comércio, tendo à frente a EMBRATUR, com o objetivo de preparar as cidades históricas do Nordeste para o turismo. Posteriormente passou a englobar também cidades do Sudeste. Para uma visão detalhada vide: EC/SPHAN/FNPM. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Publicação nº31: Brasília, 1980. (p.21-22) e CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. 2012. 349 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

âmbito (Motta e Silva, 1998, p.11-12).

Desse modo, a partir dos anos 1980, foram desenvolvidas metodologias para o melhor conhecimento dos sítios nos quais se localizam os bens tombados, principalmente no que se refere à sua formação histórica, bem como a busca pela compreensão dos fatores que levaram à sua proteção legal via tombamento, visto que nas primeiras décadas de atuação do IPHAN, os processos de tombamento em geral não contavam com detalhamento de critérios de valoração.

Por outro lado, é somente a partir de 1990 que de fato se consolida o uso dos inventários com vistas à sua aplicação em âmbito nacional, o que foi auxiliado pela informatização das plataformas de trabalho. No âmbito ideológico, foi uma iniciativa impulsionada pelos projetos de planejamento urbano e regional que tinham no turismo cultural uma das molas propulsoras do desenvolvimento das cidades, cabendo ao poder público a preparação de suas paisagens para atração do capital financeiro, concepção denominada por Sant'Anna (2004) de "cidade-atração".

2.2 Apresentação dos instrumentos de identificação do patrimônio cultural construídos no âmbito do IPHAN para aplicação nacional.

Conforme já pontuado, são inúmeros os inventários realizados pelo IPHAN por meio da atuação de suas superintendências regionais, que em geral seguem as orientações da sede do IPHAN, mas também atuam com autonomia para desenvolvimento de suas próprias ações de identificação e conhecimento.

Em se tratando especificamente de propostas de inventários estipuladas pela área central como modelos de metodologias a serem aplicadas nacionalmente em vários pontos do país também pelas unidades descentralizadas do IPHAN, os inventários propostos pelo IPHAN que tiveram seu uso mais incentivado e continuado - e nesse sentido podem ser considerados principais exemplos - seriam:

- O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), cuja versão final foi lançada em 1986;
- O Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos (INBI-SU, desenvolvido entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990;
- Inventário Nacional de Configurações Espaciais Urbanas (INCEU);

- Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instituído por meio do Decreto nº3.551/2000;
- E, mais recentemente, desenvolvido nos anos 2000, o Inventário Nacional de Diversidade Linguística – INDL, instituído pelo Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010.

Como se pode observar, ficam de fora desta lista a criação do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e do o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) em geral também considerados instrumentos de identificação e conhecimento do IPHAN e aplicados em nível nacional.

Esse recorte se justifica pela compreensão de que, mesmo que apresentem objetivos similares aos inventários e tenham abrangência nacional, tanto o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) quanto o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) não se constituem inventários nacionais, quando comparados o significado do termo e a abrangência e objetivos desses instrumentos citados, como se verá mais adiante.

Inicialmente, se nos debruçarmos sobre a noção de inventário colocada pelo dicionário Houaiss veremos que: 'Inventários são conjuntos de procedimentos técnicos de levantamento organizado, sistematizado e o mais exaustivo possível de informações sobre determinados bens ou processos (Houaiss). Diferente, portanto, de cadastro que é "registro púbico de bens imóveis" e remete ao ato de cadastrar que significa "Fornecer dados para o próprio cadastro" (Aurélio)

O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), juntamente ao Banco de Portarias de Arqueologia (BPA), fazem parte do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), que é um dos principais instrumentos de gestão do patrimônio arqueológico no Brasil, construído no âmbito do IPHAN entre os anos de 1997 e 1998. O cadastro tem por objetivo implantar padrões nacionais para a identificação dos sítios arqueológicos, assim como a formação de uma base de dados padronizada sobre os mesmos (IPHAN, 1998).

Este instrumento foi criado em cumprimento ao disposto na Lei Federal de Arqueologia 3.924/61, que prevê a criação do cadastro pelo órgão responsável pela gestão do patrimônio arqueológico, que, entre outras ações, compreende conceder autorizações das pesquisas arqueológicas, acompanhar e fiscalizar as mesmas, bem como pelo registrar os

sítios, ocorrências e coleções arqueológicas. (PARDI, 2000)

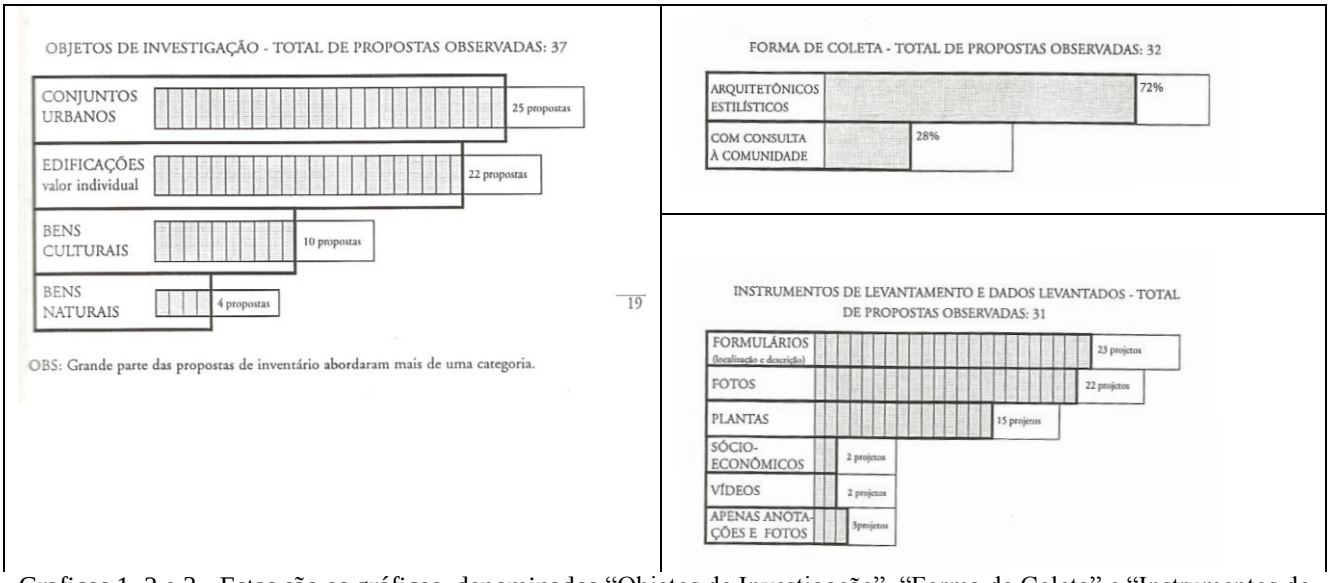
Em comparação com os inventários supracitados, o CNSA se distingue por não constituir-se em uma metodologia de identificação do patrimônio em si, visto que a identificação de sítios se dá principalmente por meio de pesquisas arqueológicas. As pesquisas arqueológicas sistemáticas datam desde meados do século XX, no Brasil, e tomam por base metodologias variadas de acordo com a filiação teórico-metodológica (SCHIMITZ, 2003; BARRETO, 2000). Nesse sentido, é através do CNSA que o Estado toma conhecimento sobre o patrimônio que precisa proteger; o CNSA destina-se principalmente à reunião dos dados sobre o patrimônio brasileiro, funcionando portanto, mais como uma base de dados do que como metodologia de identificação ou inventário.

Da mesma forma, a nosso ver, funciona o SICG, que é um sistema computacional que trabalha como plataforma de registro de dados, mas não se configura como metodologia de inventário. Não há uma sequência de procedimentos que oriente a coleta dos dados sobre os bens culturais, mas apenas de como registrá-los na plataforma SICG. Nesse sentido, está se privilegiando neste trabalho os instrumentos de identificação e valorização do patrimônio que tenham como foco, ao lado do armazenamento, sistematização e difusão do conhecimento, a produção desse conhecimento a partir de metodologias e procedimentos específicos. Daí o enfoque nos inventários propriamente ditos.

Dentre estes, também se propõe outro recorte: instrumentos que tenham lançado mão de mapas e que, assim, enfoquem bens que possam ser entendidos a partir do olhar sobre a produção do espaço construído por grupos sociais – mais especificamente o INBI-SU e o INRC. No entanto, cabe inserir alguns comentários a respeito da produção de conhecimento a partir dos inventários, antes de nos dedicar especificamente aos dois instrumentos selecionados.

O texto "Diagnóstico dos Inventários de Identificação do IPHAN" (Motta e Silva, op.cit.), já citado aqui, traz as análises decorrentes da elaboração de um *Quadro preliminar dos inventários de bens imóveis*, em que foram relacionados os inventários propostos nas décadas de 1980 e 1990 no IPHAN. Segundo as autoras, poucos apresentavam uma memória descritiva ou "explicitavam os conceitos que nortearam os levantamentos" (id., p. 17). Mesmo assim, porém, foi feito um esforço de compreensão dos mesmos, com vistas a "identificar o objeto principal de investigação", "a forma de coleta dos dados" e "os dados coletados". (id., p. 18). As tabelas e gráficos apresentados no texto em questão trazem as conclusões dessa

análise (ver gráficos 1, 2 e 3), que diz respeito aos recortes e enfoques promovidos pelos inventários, aos atores envolvidos na identificação dos bens, às metodologias empregadas (ver figuras abaixo extraídas do artigo em discussão); diz respeito, portanto, ao conhecimento produzido tanto pelos inventários, com suas metodologias e instrumentos, quanto pelo próprio diagnóstico, com suas perguntas e sistematizações. Trata-se de procurar ver nesses esforços a produção de determinadas narrativas sobre objetos – os bens imóveis, no que diz respeito aos inventários; os inventários, no que tange ao diagnóstico -, que é, a nosso ver, um dos principais pontos de aproximação em relação aos mapas e que pode nos ajudar a discutir o uso de mapas no contexto da identificação, valorização e gestão de bens culturais.



Graficos 1, 2 e 3 - Estas são os gráficos denominados "Objetos de Investigação", "Forma de Coleta" e "Instrumentos de Levantamento e Dados Levantados" que foram desenvolvidas por Motta e Silva (1998, pp. 19-21) em sua pesquisa publicada na coletânea sobre inventários do IPHAN.

Como foi apresentado no primeiro capítulo deste estudo, são vários os elementos que influenciam e informam a elaboração e a leitura de mapas, dos mais técnicos aos mais

políticos. Nessa perspectiva da produção de conhecimento e de narrativas, muitos desses elementos permitem uma interessante comparação com metodologias e instrumentos próprios do campo do patrimônio.

A importância da cartografia como suporte da construção de identidades nacionais (Anderson, 2008; Harley, 1988), por exemplo, é um desses elementos. Cabe muito bem aqui uma comparação entre tal função dos mapas com a seleção de bens culturais envolvidos nos processos de identificação e valorização do patrimônio, promovidos por inventários, no sentido exposto neste capítulo, ou mesmo outros tipos de inventários, como o fotográfico, colocadas as devidas proporções históricas e técnicas. Essa seleção possibilita, muito semelhantemente aos mapas desse contexto de afirmação de identidades, a criação de imagens que sugerem ou promovem identidades em torno da narrativa criada por esse conjunto de bens patrimonializados. Nesse sentido entendemos o artigo "O mapa do Brasil passado", de Silvana Rubino (1996), que, por meio da listagem de bens tombados nos primeiros anos de atuação do SPHAN e depois DPHAN, identifica um recorte espacial - um *mapa* - que remeteria ou mesmo determinaria o passado nacional e até a identidade que se pretendia reproduzir para o futuro.

Como desdobramento desse papel dos mapas – e também do corpus que compõe o patrimônio cultural brasileiro – na construção de uma identidade nacional, temos sua importância como instrumento do planejamento estatal. Os procedimentos e instrumentos de identificação, valorização e gestão do patrimônio cultural, ao afirmarem e lançarem mão de noções como "fatos memoráveis da história do Brasil" e "excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico"[27]; como "referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"[28]; ou ainda "a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira"[29]; e também representatividade do "processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores"[30] afirmam interpretações do país e contextos culturais que determinam políticas públicas.

---

[27] Art. 1º do Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>, acesso em 18mar.2015.

[28] Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>, acesso em 18mar.2015.

[29] Art. 1º, 2º§ do Decreto 355, de 04 de agosto de 2000, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>, acesso em 18mar.2015.

[30] Artigo 1º da Portaria IPHAN nº 127, de 30 de abril de 2009 (IPHAN, 2009).

Essas aproximações são possíveis a partir de uma compreensão do mapa enquanto prática histórica, enquanto um texto construído socialmente, especialmente marcante na Cartografia Crítica, apresentada no capítulo anterior. Na perspectiva marcada por essa vertente da Geografia, o mapa, mais do que resultado técnico e preciso de localização espacial de objetos e eventos, é "entendido como uma forma de construção de conhecimento e afirmação de poder" (HARLEY, 1988, p.3). Retomando a discussão de Girardi (2011), apresentada anteriormente, a Cartografia Crítica teria proporcionado avanços na análise do papel dos mapas ao entendê-lo como objeto de reflexão, buscando compreendê-lo enquanto produto e agente da história.

Perspectiva semelhante dever ser colocada em relação aos inventários. Para além de ter os resultados da aplicação de inventários como objetos de reflexão, é preciso ver os próprios inventários como tal. Assim como os mapas, eles são também uma prática histórica, com marcas de seu tempo, das intencionalidades impressas neles, dos agentes envolvidos, das metodologias empregadas, e o conhecimento produzido por eles vai estar diretamente influenciado e dependente dessas variáveis.

Propostos esses pontos de aproximação entre os mapas e os inventários como produtores de conhecimento, e antes de prosseguirmos com a análise dos inventários enfocados nesta dissertação, cabe um comentário sobre o primeiro modelo de inventário supracitado, o INBMI. Salienta-se sua importância visto que foi uma das primeiras metodologias de inventário unificado produzidas no âmbito do IPHAN, com coordenação da historiadora da arte Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (NAKAMUTA, 2006) - e foi pensada para ser aplicada nacionalmente, isto é, pode ser aplicada em vários locais do Brasil e de forma independente, mas com uma única orientação de procedimentos.

Concluída sua redação final em 1986, o INBMI foi voltado para o levantamento de informações sobre os chamados bens móveis e integrados, que consistem "em obras de arte e de culto, equipamentos domésticos e profissionais, documentação escrita" (LEAL et ali, 2015, p.55) ou também podem ser definidos pela sua característica principal de poderem ser transferido de um local ao outro conforme destacou a especialista Lygia Martins Costa (COSTA,1981 apud LEAL et ali, 2015). Estes bens podem ou não estar associados a um bem imóvel, quando ocorre esta associação então além de bens móveis também são denominados "integrados", termo que faz alusão ao fato de que boa parte desses objetos se constitui acervo de bens arquitetônicos consagrados e deles não podem ser separados, sob o risco de perda de

seu contexto e significado (LEAL et ali, 2015, p.55-60)

O INBMI foi uma iniciativa marcante desse período de retomada das ações de inventários pelo IPHAN e principalmente dos esforços para construção de inventários nacionais. O fato de esse inventário não ser objeto de análise desta pesquisa está menos relacionado à natureza de seu objeto de investigação ou à sua metodologia, mas principalmente o uso de mapas e as relações espaciais possíveis: tendo em vista o alvo do mesmo, que são objetos de dimensões pequenas cuja escala refere-se a detalhados espaços interiores de ambientes construídos – arquitetura de igrejas, palácios, ambientes domésticos, museus, etc. Nesta pesquisa, ao contrário, deu-se preferência a instrumentos que enfoquem bens que possam ser entendidos a partir do olhar sobre a produção do espaço construído por grupos sociais, como o espaço urbano que é o meio no qual se concentram as ações do instituto.

Neste trabalho realizaremos a análise apenas dos manuais do INBI-SU e do INRC, por serem inventários cujas metodologias foram amplamente trabalhadas em vários pontos do país, em relação aos demais e por exemplificarem bem o uso de mapas. No capítulo seguinte realizamos uma breve apresentação dos procedimentos metodológicos e dos inventários em suas principais características.

3.0 DIRETRIZES PARA USO DE MAPAS EM INVENTÁRIOS NACIONAIS DO IPHAN

Neste capítulo procuramos identificar e analisar as diretrizes para o uso de mapas dispostas em dois inventários específicos: o INBI-SU e o INRC, dado sua importância tanto na consolidação do inventário como prática institucional (no caso do INBI-SU), como na afirmação de nova tipologias e procedimentos de atribuição de valor (INRC). No que tange à discussão sobre o papel dos mapas no contexto desses inventários, a seleção desses dois exemplos deu-se pela importância, na própria compreensão de patrimônio, da relação dos sítios tombados com o espaço urbano em que estão situados (INBI-SU) e pela importância atribuída à localização socioespacial das referências culturais (INRC), mesmo que de forma pouco descrita cartograficamente.

Com vistas a mostrar o processo de pesquisa que norteou essa análise, tecemos algumas considerações sobre os procedimentos metodológicos adotados para leitura dos inventários, tendo em vista o foco desta pesquisa. Com isso, procuramos não apenas apresentar os dados levantados, mas também problematizar as metodologias dos inventários, explicitar os critérios e perspectivas de análise adotados por nós.

3.1 Análise dos Manuais dos Inventários Nacionais: procedimentos metodológicos.

Ao longo das pesquisas realizadas para este trabalho, foi necessário elaborar algumas ferramentas de pesquisa que tiveram influência direta nos dados obtidos e nas análises realizadas. Nesse sentido, considera-se importante explicitar os procedimentos adotados neste estudo, que pode ser entendido como relatório de uma pesquisa qualitativa que busca melhor compreender o uso dos mapas em instrumentos de trabalho de um órgão oficial do Estado brasileiro e, para isso, debruça-se na análise dos manuais dos inventários nacionais que dão respaldo a essas ações.

Os manuais das metodologias dos inventários, fontes privilegiadas neste estudo, são documentos técnicos eminentemente descritivos, que reúnem as bases para sua elaboração, as diretrizes para aplicação dos instrumentos e carregam, além das orientações para a execução

dos procedimentos e etapas de trabalho, perspectivas sobre o patrimônio cultural e sobre a forma como os bens que o constituem devem ser identificados e registrados. Apesar de não serem documentos acadêmicos, antes voltados para uma aplicabilidade muito clara e para objetivos eminentemente técnicos, os manuais aqui analisados dialogam com e se apropriam de conceitos comuns a estudos mais acadêmicos, tendo sido inclusive elaborados por profissionais que têm ou tiveram relação direta com universidades, seja lecionando ou participando e atividades de pós-graduação, mas que, em algum momento, também participaram das rotinas do IPHAN.

Tivemos acesso a esses documentos através de pesquisa bibliográfica junto à biblioteca e arquivo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco. No caso do Manual do INBI-SU, nos deparamos com versões anteriores a 2001[31], para uso interno no IPHAN, e a publicação oficial pelo IPHAN e Senado Federal, a qual foi escolhida para ser analisada[32]. No caso do manual do INRC, o documento nos foi cedido para fins desta pesquisa pela equipe do setor de trabalho da Superintendência Estadual em Pernambuco que concentra as ações voltadas a proteção de bens de natureza imaterial. O manual não se encontra integralmente disponível ao público em geral, tendo em vista que a metodologia do INRC tem acesso restrito e seu uso se dá somente mediante a assinatura de termo de compromisso pelos profissionais selecionados para a execução da pesquisa do inventário[33].

Optou-se pela leitura dos manuais tendo em vista que estes sistematizam a metodologia empregada na elaboração do instrumento e também aquela que deve ser usada em sua aplicação. Por outro lado, a análise do texto de documentos oficiais produzidos por este órgão de preservação expõe não só as ideias que circulam naquele meio institucional e norteiam ações do cotidiano de trabalho, mas, dada a importância dessa instituição no campo do patrimônio, sua influência e mesmo ingerência nesse campo, os manuais oficiais expressam concepções e metodologias que são amplamente difundidas pelo próprio instituto, e funcionam também como referência de forma geral para os trabalhos na área.

Para este propósito, lançou-se mão de procedimentos da análise documental para

---

31 Destacamos essa data pois é a última trabalhada pela instituição e que foi publicada, em 2007, na edição promovida pelo IPHAN e pelo Senado Federal.

32 **Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados INBI-SU - Cidades Históricas - Inventário e Pesquisa - Manual de Preenchimento**. Brasília: IPHAN/ Senado Federal, 2007.

33 O portal da Instituição disponibiliza uma versão parcial do INRC, sendo suprimidas as partes referentes às fichas de campo, de identificação e os questionários. Ver o **Inventário Nacional de Referências Culturais – Manual de Aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415>, acesso em 18mar.2015

leitura dos manuais selecionados, tais como a compreensão do contexto histórico no qual foi produzido o manual no âmbito da trajetória do Patrimônio cultural, já discutida no 2º capítulo, mas retomada aqui; o alvo ou objeto dos inventários, dada a importância deste para a estruturação do instrumento; saber qual a formação dos autores do documento e seu envolvimento com a construção dos inventários; o local onde encontramos os manuais nesta pesquisa e o entendimento das partes que formam os manuais, buscando situar quando a temática da cartografia surge (SEVERINO, 2007; SÁ-SILVA, 2009).

Na leitura dos manuais, procuramos perceber os sentidos dos termos "mapa" e "mapeamento" – uma vez que se verificou, desde cedo, que não se utilizaram tais noções apenas no sentido cartográfico – e o peso atribuído aos mapas através da análise dos sentidos e da verificação da frequência do uso de tais termos; bem como a relação dessa frequência com o tratamento do tema da localização/contextualização espacial. Elaboramos também um roteiro de perguntas que resultou na criação de uma ficha modelo (apresentada abaixo) para nos guiar no processo de identificação das etapas em que as metodologias de inventários sugerem ou exigem a utilização de mapas. Uma vez que os inventários são compostos em grande parte por fichas, além da leitura das orientações gerais de uso, também procuramos analisar os modelos das fichas trazidos pelos manuais, nos quais constam explicações correspondentes para o preenchimento de cada campo das fichas (Quadro 1). Partimos da leitura dessas orientações nas fichas modelo para situar quando o uso de mapas é requerido nessas ferramentas.

INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: Ex. Inventário Nacional de Referências Culturais
ANO DE CRIAÇÃO: 2000
OBJETIVO: buscar trechos do texto do manual que expressem os objetivos principais do inventário.
OBJETO: buscar trechos do texto do manual que indiquem o objeto do inventário
Questões para caracterização do inventário:
Qual o contexto de elaboração desse instrumento?
Qual a noção de patrimônio cultural que informa?
Sobre o uso de mapas:
1) Nas orientações de execução do instrumento há orientações expressas do uso de mapas, cartas, plantas ou croquis?
2) Em que momento da metodologia está previsto o uso de mapas?
3) Em quais fichas aparece o termo "mapa" é indicado o uso de mapas?
4) Que tipo de mapa são sugeridos (básicos ou gerais, temáticos, históricos, mentais, participativos)?
Sobre o entendimento do termo mapeamento:
1) Há o termo mapeamento na descrição dos procedimentos a serem adotados na aplicação do instrumento?

2) Se positivo, qual o sentido do termo mapeamento? Faz alusão ao uso de produtos cartográficos ou não?

Quadro 1: Ficha para análise de inventário.

Parte fundamental desta pesquisa foram as análises sobre o uso do termo mapeamento, no sentido de identificar e efetivamente incluir os momentos em os manuais utilizam "mapeamento" para se referir a construção/uso de mapas e à cartografia e de distinguir de outras ações que não são o foco desta pesquisa.

A nosso ver, isto se fez necessário em função de, durante a construção do objeto e delimitação do tema de pesquisa, termos detectado a existência de uma polissemia ligada ao termo mapeamento, o qual apresenta variações no vocabulário institucional, conforme exposto na introdução dessa dissertação.

No momento de primeira aproximação com o tema da cartografia no âmbito do patrimônio cultural, realizou-se a consulta no site da instituição de notícias de ações que estivessem descritas como "mapeamento" e elaborou-se o quadro 02 abaixo, procurando relacionar as ocorrências do termo a determinados sentidos do mesmo:

Títulos das reportagens consultadas no site do IPHAN[34]	**Sentido do termo Mapeamento**
Decisão judicial reforça ações do IPHAN-AC de ***mapeamento*** e preservação dos geoglifos (12/12/2012);	Mapeamento como ação de localização
Iphan firma acordo para o ***mapeamento*** da cultura tradicional Paulista (21/09/2010);	Mapeamento como inventario e pesquisa
Iphan realiza oficina para mapeamento cultural do Maranhão (01/09/2009);	Mapeamento como inventario e pesquisa.
"Técnicos realizam última etapa do Mapeamento do Patrimônio Cultural e Natural do Tocantins (08/12/2008);	Mapeamento como identificação e pesquisa
Iphan lança o Edital Mapeamento e Documentação do Patrimônio Cultural Imaterial (28/07/2006)"	Mapeamento como pesquisa documental
Iphan lança o Edital Inventário Nacional da Diversidade Linguística e Mapeamento Documental do Patrimônio Imaterial 12/09/2008	Mapeamento como pesquisa/ levantamento documental
Brasil e Colômbia discutem mapeamento de locais sagrados de povos indígenas 22/10/2012	Mapeamento como elaboração de mapas, documentação e identificação

Quadro 2:Título das notícias que utilizam o termo mapeamento no IPHAN. Fonte: Dados extraídos do site do IPHAN, através da pesquisa de "Notícias", em 06/2013.

[34] Endereço eletrônico do IPHAN <portal.iphan.gov.br/portal>. Para conferência das reportagens basta utilizar a ferramenta de busca utilizando a palavra "mapeamento" e selecionar os títulos nos quais ela consta.

Como resultado, verificou-se o número reduzido de referências a ações de mapeamento (de acordo com o instrumento de busca do site do IPHAN ao todo foram 59 notícias que usaram o termo mapeamento num universo de mais de 1900 manchetes). Este levantamento preliminar nos sugere que a relação entre mapas e patrimônio ainda é pouco desenvolvida de forma clara junto às atividades do IPHAN. Percebeu-se ainda que, na maior parte dos documentos e notícias nos quais consta o termo "mapeamento" no título da notícia, o mesmo foi utilizado para designar diferentes ações no âmbito do IPHAN, como pesquisas, estudos e levantamentos de informações sobre uma região ou manifestação cultural específica. Essas iniciativas não passam necessariamente pela ação de produção ou utilização de mapas. Na maior parte dos casos, está prevista nos editais relacionados aos projetos de salvaguarda do Patrimônio Imaterial, conforme indicado também na dissertação de Lima (2013, p. 8), para quem o mapeamento assume o sentido mais genérico da palavra, o de levantamento de informações ou construção de um quadro de referências, e em seu trabalho é definido pela noção de referência cultural - "mapeamento de referências culturais"- o qual aparece pela primeira vez como objeto dos editais de concurso de projetos de salvaguarda do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), lançados a partir de 2005 (Idem). Uma exceção digna de nota, porém, é o exemplo da notícia intitulada "Brasil e Colômbia discutem mapeamento de locais sagrados de povos indígenas", de 2012 – trata-se do programa MAPEO, cujo objetivo é o mapeamento (no sentido cartográfico) e a documentação de lugares sagrados, partindo da cartografia cultural como forma de mobilização dos povos indígenas, e que será trabalhado mais adiante.

Desse modo, no intuito de analisar o uso e a produção de mapas no âmbito dos inventários sem confundi-los com outras ações também chamadas de "mapeamento", mas que nada têm a ver com o sentido cartográfico de que este trabalho está imbuído, consideramos relevante identificar em que momentos os manuais utilizam o termo e que sentido o mesmo assume em cada caso. Nos momentos em que "mapeamento" corresponde à produção/utilização de mapas, então, procede-se a análise, considerando que o item faz parte do universo da pesquisa. Por outro lado, em caso negativo, quando o sentido difere do exposto, apenas nos limitamos a sugerir o sentido empregado.

3.2 Inventário Nacional de Bens Imóveis-Sítios Urbanos

A movimentação para a criação de um inventário unificado, que funcionaria como uma metodologia para ser aplicada em vários sítios urbanos do país com bens tombados remonta ao final da década de 1980 e se estendeu por vários anos até sua consolidação no final da década de 1990. Pode se apontar como marco inicial desse processo de criação do Inventário Nacional de Bens Imóveis-Sítios Urbanos (INBI-SU) o ano de 1989, quando houve o Seminário "Inventários de centros históricos: Avaliação e perspectivas de utilização de dados", a partir do qual tomou-se a decisão de se concentrarem esforços na realização de testes para o desenvolvimento daquela metodologia em alguns centros históricos[35], tendo Tiradentes, em Minas Gerais, como a cidade piloto principal (INBI_SU- Manual de aplicação, 2001, p.15-22).

A incorporação dos resultados dos testes realizados em Tiradentes, cuja pesquisa foi concluída em 1994, assim como dos relatos de experiências de equipes que trabalharam com a metodologia em outros centros históricos, permitiu o aperfeiçoamento da INBI-SU. Em 1997, foi incluída uma seção intitulada "Formulário geral do sítio urbano" e o modelo do inventário passou pelo processo de informatização. Sua versão final ainda sofreu algumas poucas modificações no início dos anos 2000 para melhor adequação às novas plataformas de tecnologia digital (INBI-SU, 2001, Manual de aplicação, p. 15-16.)

O INBI-SU tem por objetivo o conhecimento dos sítios históricos onde se localizam os bens tombados, sobre os quais o IPHAN tinha pouca ou nenhuma informação sistematizada para embasar suas ações de proteção e gestão. É voltado ao entendimento da formação histórica e do desenvolvimento urbano dos sítios tombados, com foco no patrimônio arquitetônico. (INBI_SU- Manual de aplicação, 2001, p. 15-16). No tópico "Delimitação do objeto", o manual deixa claro que a área a ser inventariada parte da área protegida legalmente através do tombamento, mas a pesquisa não precisa necessariamente se restringir a esta. Quanto à delimitação do recorte temporal do INBI-SU, há orientações claras: desde a fundação da cidade até a época do tombamento do sítio quando a cidade é tratada como patrimônio cultural.

No que diz respeito à própria noção de inventário, o manual do INBI-SU define esse instrumento como "trabalhos preocupados em padronizar as formas de levantamento e na coleta sistemática de múltiplas informações" (INBI_SU- Manual de aplicação, 2001, p. 147,

---

[35] Os levantamentos de informações para construção do INBI-SU ocorreram também em São Luís, MA, Salvador, BA;Laguna e São Francisco do Sul, SC e Ouro Preto, Serro, Congonhas e São João d'el-Rei, além de Tiradentes- sítio piloto- em Minas Gerais.

nota 28). Essa noção demonstra a necessidade da época, após a constituição de 1988, de qualificar e uniformizar a coleta e o registro de informações sobre o patrimônio que já estava sob a proteção do instrumento do tombamento (Idem, p.147). Era urgente a demanda por informações atualizadas por meio dos inventários para que se conseguisse melhor elaborar o discurso da preservação do patrimônio numa retórica que fizesse dialogar os valores levados em consideração para a proteção dos bens construídos e as novas demandas de gestão das cidades, assim como os interesses e compreensões dos residentes. Nesse sentido, o INBI-SU se beneficiou da reunião de documentação existente a partir da realização de inventários arquitetônicos anteriores como parte importante das atividades fomentadas pelo programa *Monumenta* em vários sítios urbanos tombados no Brasil.

Conforme já pontuado, o patrimônio construído existente nas cidades passou a ser entendido como parte do espaço urbano, socialmente construído, e que, portanto, apresentava como característica central as constantes transformações, fato pelo qual a dinâmica da cidade não poderia ser interrompida, ou como ficou comum se referir às ações de preservação: "engessada", em função das ações de proteção ao patrimônio histórico. A bandeira da proteção aos bens culturais desenvolve-se, então, no bojo das discussões sobre a noção do "patrimônio urbano" e "cidade-documento", que difundem a ideia de que a importância do patrimônio se daria não só em função das características estéticas arquitetônicas do bem, mas sim tendo em vista o seu valor enquanto documento histórico do processo de formação das cidades (Manual do INBI-SU, 145-147).

No caso do INBI-SU, a metodologia está assentada em três abordagens: a pesquisa histórica, o levantamento físico-arquitetônico e as entrevistas com moradores e usuários.

A pesquisa histórica enseja como produto final a construção de guias bibliográficos de fontes para entendimento da formação histórica dos sítios, e assim criar bases para a compreensão dos critérios de sua incorporação como patrimônio cultural pelo IPHAN. Desse modo, a pesquisa consistiria em duas partes: no cadastramento de instituições de pesquisa e o levantamento das fontes bibliográficas e arquivísticas. Essa pesquisa deveria ser realizada em dois âmbitos: junto a instituições de alcance nacional e outra realizada em instituições do local onde o sítio está situado.

Os dois procedimentos seguintes do inventário compõem a etapa de "Levantamentos de campo", que consiste em levantamento físico-arquitetônico e entrevistas com moradores e usuários do sítio. A execução dessas atividades do levantamento de campo ficaria ao encargo

do profissional de arquitetura, conforme indica o tópico “Dimensionamento das equipes”, que considera que uma equipe “econômica” deveria ser “composta por um arquiteto e um entrevistador acompanhados de dois grupos de medição, cada um com três pessoas, podendo ser estagiários de arquitetura ou estudantes de cursos técnicos em edificação” (idem, p.194).

Assim, o levantamento físico-arquitetônico consistiria no levantamento das edificações da área tombada, na confecção de croquis, plantas (situação, fachada, cobertura, de cada pavimento, etc.) e mapas cadastrais e o levantamento fotográfico. Esta etapa resulta no preenchimento da ficha de levantamento cadastral e da ficha referente às características arquitetônicas e ao estado de conservação do bem imóvel.

A terceira técnica de coleta de dados do inventário seria a realização das entrevistas, as quais poderiam ser realizadas concomitantemente aos trabalhos de levantamento físico-arquitetônico, inclusive pelas mesmas equipes. No manual (seções “Formulário 4 e Roteiro” e “Formulário 5 e roteiro”), as diretrizes indicam a realização de entrevistas com moradores e trabalhadores do centro histórico, com base em um questionário extenso que visa “definir o perfil dos moradores do sítio urbano tombado – quem são, o que pensam desse espaço urbano e como dele se apropriam (...)”(idem, p.243) e também das pessoas não residentes que têm o centro histórico como local de trabalho.

Esses dados das três etapas deveriam subsidiar o preenchimento do Formulário Geral do sítio urbano, etapa descrita como consolidação dos dados.

3.2.1 Usos previstos para os mapas no INBI-SU

a) *Na etapa da pesquisa histórica*:

O uso de mapas nessa metodologia de inventário é indicado desde a sua primeira etapa: a pesquisa histórica. O manual disponibiliza uma lista de instituições ligadas à produção e a acervos de produtos cartográficos que devem ser consultadas durante a pesquisa histórica do processo do inventário. Entre as instituições pesquisadas em âmbito nacional, destacamos aquelas cujo escopo do trabalho tem relação direta com a cartografia: IBGE, Mapoteca Itamarati; Biblioteca Nacional - Documentos Cartográficos; Serviço de documentação da Marinha; Arquivo histórico do exército (INBI-SU, 2001, p.192)

Na análise do Formulário “A” Levantamento de fontes arquivísticas, percebe-se o termo cartografia no campo “espécies documentais”, juntamente a outras fontes como a

fotografia, o desenho, o cartão postal e a gravura. Aí também aparece o campo “escala” que se destina a identificação da escala cartográfica (p.176).



Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU
Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN

Mês/Ano - Preenchido Por:
Mês/Ano - Revisto Por:

A Levantamento de Fontes Arquivísticas

01. IDENTIFICAÇÃO DO BEM TOMBADO

02. INSTITUIÇÃO/SEÇÃO

03. TÍTULO — ☐ atribuído

04. PROCEDÊNCIA/AUTORIA

05. DESTINATÁRIO

06. NÚMERO DE FOLHAS — Quantidade ○ completo ○ incompleto

07. DATAS-LIMITES — dia mês ano século — mais antiga / mais recente — ☐ presumidas

08. SUPORTES — ☐ papel ☐ cd-rom ☐ tela ☐ fita de vídeo ☐ diapositivo ☐ microfilme ☐ outros

09. ESPÉCIES DOCUMENTAIS — ○ manuscrito ○ impresso — ☐ texto ☐ cartografia ☐ desenho ☐ cartão postal ☐ fotografia ☐ gravura ☐ outros — ESCALA

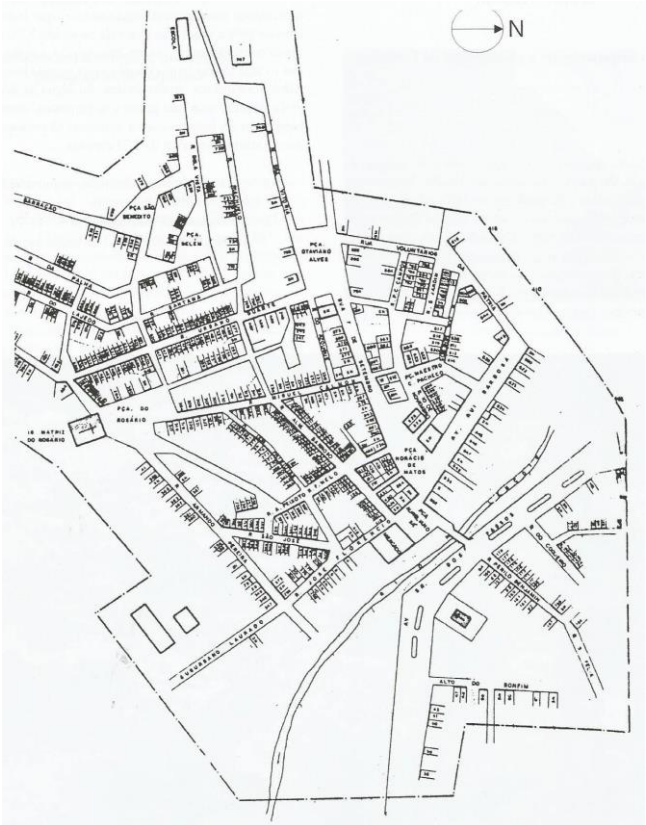
10. LOCALIZAÇÃO

11. INDEXAÇÃO

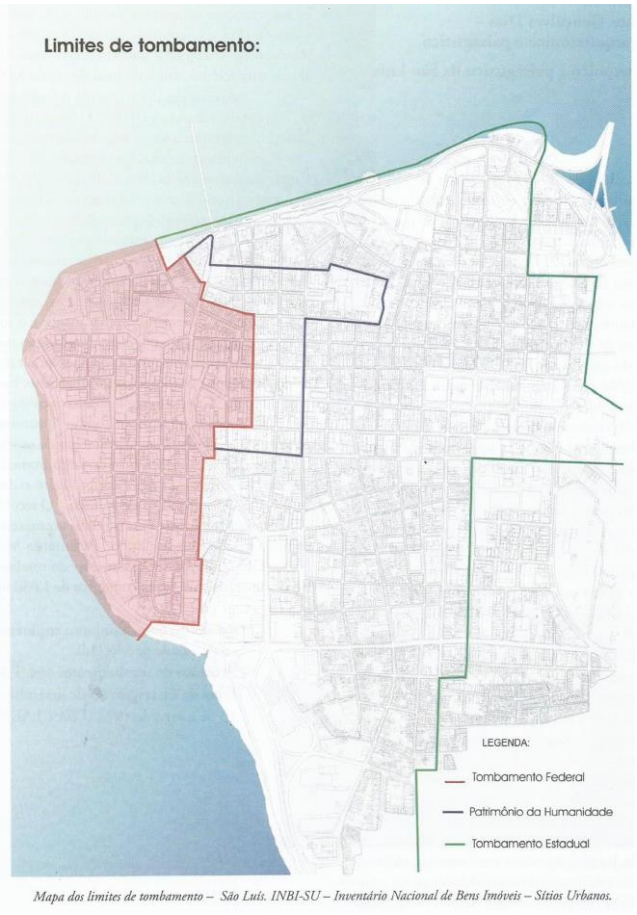
Formulário 1 - Este é o “Formulário A” da metodologia do INBI-SU. Os campos relativos ao uso da cartografia foram assinalados em amarelo. Fonte: Manual do INBI-SU (2001, p.176)

O fato de a cartografia ser tratada como fonte histórica, e estar figurando ao lado de outras espécies de documentos, é indicativo de que o manual propõe ao pesquisador encarar a cartografia como uma linguagem que informa sobre seu tempo e reconhece o mapa como imagem cheia de conteúdo simbólico, para além de sua função de localização e orientação e mesmo de ilustração. O mapa também é tido no INBI-SU como um tipo de ilustração, como se pode observar no formulário referente à etapa de levantamento de fontes bibliográficas (idem, p. 160; 182)

Portanto, a Cartografia é entendida como uma fonte de conhecimento do desenvolvimento histórico da forma urbana nos sítios tombados, que é um dos objetivos do inventário (ver mapas 5 e 6 que são exemplos de mapas utilizados pelo INBI-SU).



Lençóis – Delimitação do centro histórico. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.



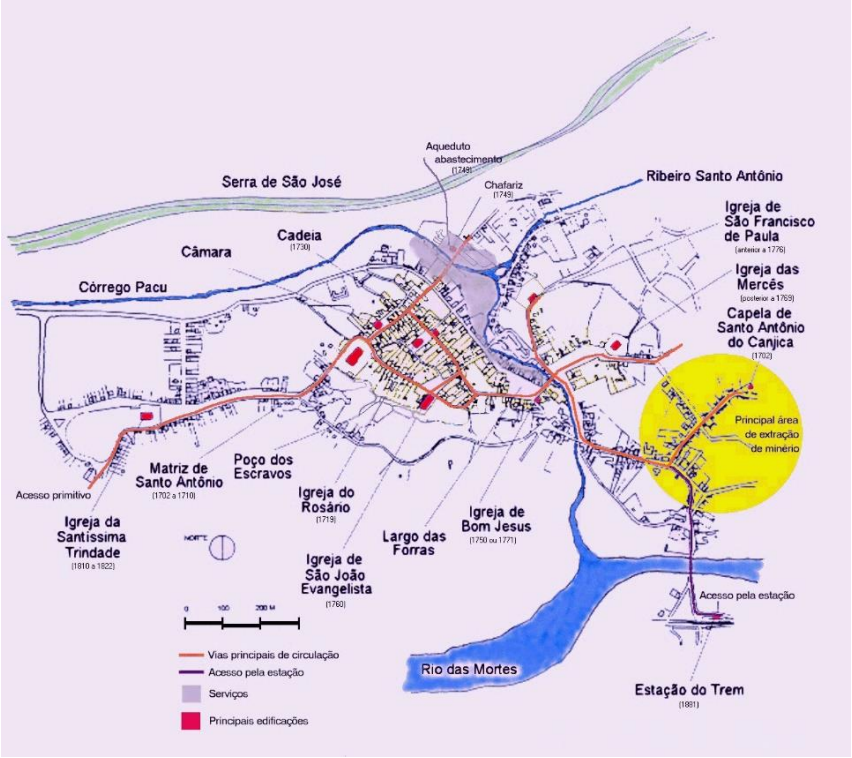
Mapa 5 e 6 - Exemplos de documentos cartográficos utilizados pela metodologia INBI-SU. FONTE: Manual do INBI-SU(2001 , p.44 e 66)

É interessante observar que o INBI-SU reforça a importância do uso de conhecimentos cartográficos associados aos da preservação do patrimônio cultural, trazendo para o IPHAN uma responsabilidade de conhecer com afinco e precisão métrica cada porção do espaço físico dos sítios tombados, agora não mais com foco somente sobre o edifício, mas sobre "vestígios" da ocupação territorial, marcas sobre como a cidade evoluiu de maneira detalhada procurando compreender toda sua história, população e forma (mapa 7).

A leitura analítica do manual evidencia a relevância que é dada à dimensão espacial do patrimônio cultural nesta etapa da pesquisa histórica desde a definição dos "Pressupostos conceituais", que o manual se preocupa em fornecer, e que devem servir de base para a condução da metodologia da pesquisa histórica. Neste tópico, a característica de concentração – espacial – de atividades, profissionais e serviços é apontada como pressuposto para compreender a dinâmica centro-periferia que influencia essencialmente na construção da forma urbana.

A centralidade da dimensão espacial na definição da metodologia do inventário é corroborada também, através dos temas indicados para pesquisa bibliográfica que podem ser conferidos no tópico “Focos de observação”. Entre esses “focos de observação” que devem conduzir o olhar da pesquisa histórica destaca-se o item 4:

> As vias de comunicação e acesso (acessos; caminhos; estradas; ruas; vias fluviais, etc.) relacionadas à função essencial da cidade de trocas e ao seu papel de concentração. O mapeamento das antigas vias na cartografia atual é fundamental para a identificação dos vestígios, considerando os seus antigos usos, a hierarquia resultante deles (...). (idem, p.162)



Mapa 7 – Mapeamento realizado pelo projeto Piloto do INBI-SU em Tiradentes, MG, com o objetivo de assinalar locais e datas importantes para o entendimento da história de formação da cidade como área de produção econômica, primeiras vias de acesso entre outros. Fonte: Manual do INBI-SU(2001).

Da mesma forma, neste mesmo tópico “Focos de observação”, ao elencar algumas atividades que seriam próprias da cidade – tais como o câmbio, a construção civil, economia subterrânea, atividades fabris, atividades de abastecimento, etc. – o manual do INBI-SU faz a seguinte avaliação sobre a questão da dimensão espacial:

> Pensar sobre a localização original dessas atividades e analisar o espaço urbano, identificando os vestígios e as formas de reapropriação desses lugares, possibilita o entendimento da lógica urbana em estudo. (idem, p.162)

b) *No levantamento físico-arquitetônico e entrevistas*

Em relação à etapa do levantamento físico arquitetônico e das entrevistas, está previsto entre as "tarefas prévias" (p.194), o providenciamento de "mapa cadastral o mais atualizado possível em meio digital". Um dos principais procedimentos dessa etapa é o mapeamento dos bens imóveis na planta cadastral para acompanhamento da localização e de uma listagem do que seria levantado e dos imóveis cujos moradores/usuários seriam entrevistados (p. 67, 2º parag. do item "Mecânica de campo").

A necessidade das atividades do levantamento arquitetônico expõe o nível de detalhamento que se precisa ter da forma e dimensão dos bens do patrimônio cultural nesse inventário. Isso por que justamente a forma, o contorno e suas dimensões são características fundamentais para sua identificação como patrimônio e, principalmente, para a definição de áreas de preservação dentro da cidade (mapas 8 e 9).

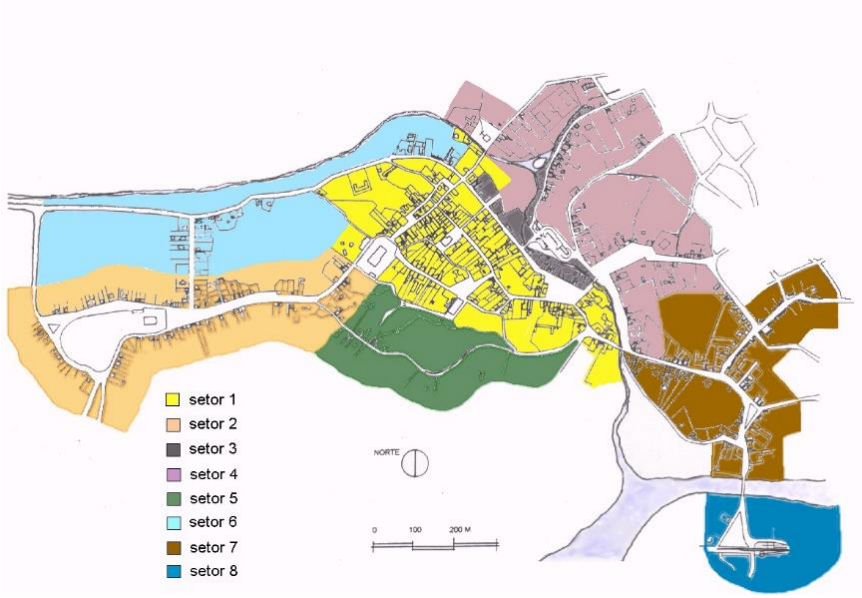




Mapa 8 e 9 – Mapa resultante do trabalho de levantamento arquitetônico dos lotes realizado pelo Projeto Piloto do INBI-SU em Tiradentes, MG. Representa a identificação da área dos lotes e a relação dada pela taxa de ocupação desses lotes bem como os lotes vagos. Esse tipo de informação gerada pelo INBI-SU permitiu o conhecimento qualitativo da forma de ocupação dos centros históricos e orientou propostas de normatização de usos do solo tendo em vista a preservação do patrimônio cultural. Fonte: Manual do INBI-SU (2001, p.288).

c) *Consolidação dos dados*

Na última etapa, "Consolidação dos dados" produzidos no levantamento de campo e na pesquisa histórica, quando deve ser preenchido o Formulário Geral do sítio urbano, que sintetiza as informações das três etapas da pesquisa, coloca-se em evidência um elemento a mais para pensar o papel dos mapas junto aos instrumentos de identificação, para além do uso de mapas produzidos externamente e apropriados no contexto dos inventários. O manual orienta não só a necessidade de **consulta** aos mapas históricos que são considerados "peças-chave" (idem, p.286), mas também sugere a **produção** de mapas da porção da cidade em que se está realizando o inventário através do "mapeamento dos dados dos lotes e das plantas internas" (ver mapas 8 e 9 e o mapa 10, a seguir). Essa indicação expressa no texto revela que foi desenvolvida uma produção cartográfica no âmbito do IPHAN, função que foi desempenhada, segundo a observação da composição das equipes de trabalho, pelos arquitetos técnicos do instituto ou contratados no âmbito da aplicação desses inventários.



Mapa 10 – Mapa proposto pelo projeto Piloto do INBI-SU em Tiradentes, MG, que representa a classificação espacial da cidade de Tiradentes em Setores definidos de acordo com os valores históricos e para a preservação realizado pelo entre outros.
Fonte: Manual do INBI-SU (2001, p.284).

Essa relação entre a cartografia histórica e os levantamentos arquitetônicos pode ser conferida no tópico "Mapeamento, tabulações e análise", no qual se dão alguns exemplos de resultados do INBI-SU de Tiradentes e Diamantina, MG. Neste tópico ressalta-se importância da cartografia histórica como "peça-chave" para a leitura dos vestígios da forma urbana (idem, p. 286).

Quanto ao uso do termo mapa ou mapeamento nesse formulário geral, os mesmos aparecem em quase todos os campos referentes aos dados coletados na etapa de levantamento arquitetônico: "especialização de áreas, traçado, espaços públicos dominantes, quarteirões, lotes, monumentos, edificações" respectivamente itens 37, 38, 39, 40,41 (idem, p. 274-277).

A partir da análise do manual, percebe-se que na metodologia do INBI-SU, o uso do mapa está presente nas diferentes etapas de trabalho e contribui diretamente na viabilização dos objetivos principais do inventário, não sendo tratado, portanto, como uma ferramenta secundária, apenas para localização geral do sítio inventariado, mas a dimensão espacial é decisiva no entendimento e caracterização do mesmo.

Isso fica evidente quando o manual aponta a necessidade de trabalhar os dados históricos associados aos dados de localização espacial para cumprimento do objetivo de "subsidiar a criação ou aplicação de normas de intervenção nos sítios históricos [...] Essa frente de trabalho exige o mapeamento das informações históricas na planta cadastral

atualizada da cidade como método de análise fundamental para compreensão forma urbana hoje" (INBI-SU, 2001, p.160)

Quanto às abordagens de cartografia que o manual aponta como importantes para apropriação na pesquisa do inventário, destaca-se o uso da cartografia sistemática, dada a própria necessidade de medição do espaço físico que se estará trabalhando, a saber, os centros históricos e áreas tombadas, e indicado também pela explicitação com a preocupação com um dos "atributos básicos" dos mapas – a escala (MONMONIER, 1996, p. 5)

No Formulário Geral do sítio urbano, há um campo referente à "Cartografia básica", no qual o manual indica o uso de representações gráficas como referência histórica da ocupação do sítio urbano (p. 161 ou 163), as quais devem ter como parâmetro as seguintes escalas - 1:25.000, 1:50:000; 1: 100:000. Em relação a essa diretriz, observa-se que a indicação de uma escala que seria a mais apropriada para representar o espaço dos sítios inventariados no INBI-SU contribui para tentar entender que tipo de objeto ou fenômeno se quer descrever. Em artigo que discute o conceito de escala a partir da contribuição de geógrafos, historiadores e outros profissionais, Joildes Santos (2012, p. 102) afirma que é preciso que haja uma "escolha deliberada" na seleção da escala mais apropriada para a representação pretendida, ou, em suas palavras, "qual a escala mais coerente e que representa com maior fidelidade o fenômeno estudado". Isso se deve à influência determinante da escala na própria representação dos fenômenos ou objetos, seja em termos de acuidade ou mesmo de possibilidade. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 202), que aciona geógrafos como Yves Lacoste, Monmonier, Racine, Raffestin e Ruffy em discussão sobre mapas cartográficos, certos fenômenos só poderiam ser descritos a partir de uma determinada escala de análise:

> (...) sabemos hoje que certos fenômenos, como, por exemplo, os climas, só são susceptíveis de ser representados em pequena escala, enquanto outros, como, por exemplo, a erosão, só são susceptíveis de ser representados em grande escala . Daí que apesar de serem, na aparência, quantitativas, as diferenças de escala sejam, na verdade, qualitativas. Um dado fenómeno só pode ser representado numa dada escala. Mudar de escala implica mudar o fenómeno. (SANTOS, 2002, p.202)

A indicação da escala é também um dos elementos que indica que abordagem de cartografia está se propondo para uso: nesse contexto, tem-se a Cartografia sistemática, aquela desenvolvida mais no âmbito das engenharias e geociências de que tratamos no 1º capítulo, sobre a qual se "assentam os mapas da cartografia temática" (Matias, 2001; Archela, 2001). Isto porque, a indicação desse valor de escala cartográfica faz parte dos tipos de escalas

padrão definidos pelo Decreto-Lei 243, de 1967, que preconiza que o mapeamento sistemático do território brasileiro "tem por fim a representação do espaço territorial brasileiro por meio de cartas gerais". O artigo 8º define as escalas apropriadas para essas cartas que deverão ser:

> (...) gerais, contínuas, homogêneas e articuladas, nas escalas no padrão abaixo discriminadas:
> Série de 1:1.000.000
> Série de 1: 500.000
> Série de 1: 250.000
> Série de 1: 100.000
> Série de 1: 50.000
> Série de 1: 25.000
> Parágrafo único - As séries de cartas das escalas-padrão obedecem às normas estabelecidas de acordo com o presente Decreto. (BRASIL,1967)

Conforme já assinalado anteriormente, em geral as cartas em escala de 1:100.00 mais conhecidas são as produzidas por um dos principais órgãos da cartografia oficial no Brasil, IBGE, e correspondem na sua maioria em cartas topográficas. Segundo o glossário do IBGE[36], uma carta topográfica, é uma

> Carta elaborada a partir de levantamentos aerofotogramétrico e geodésico original ou compilada de outras cartas topográficas em escalas maiores.Inclui os acidentes naturais e artificiais, em que os elementos planimétricos (sistema viário, obras, etc.) e altimétricos (relevo através de curvas de nível, pontos cotados, etc.) são geometricamente bem representados. (IBGE, 2015).

O IBGE pontua as principais aplicações das cartas topográficas nas escalas padrão, sendo que as escalas indicadas pelo INBI-SU correspondem à aplicações distintas. A representação de grandes áreas de ocupação urbana é sugerida no caso do uso da escala 1:100.000 (lê-se um para cem mil); já a representação de áreas menores de ocupação específica com finalidade de zoneamento econômico e realização de projetos de engenharia é direcionada para as escalas de 1:25.000 e 1:50.000, como pode-se conferir no trecho a seguir:

> As aplicações das cartas topográficas variam de acordo com sua escala:
> 1:25.000 - Representa cartograficamente áreas específicas, com forte densidade demográfica, fornecendo elementos para o planejamento socio-econômico e bases para anteprojetos de engenharia. Esse mapeamento, pelas características da escala, está dirigido para as áreas das regiões metropolitanas (...)
> 1:50.000 - Retrata cartograficamente zonas densamente povoadas, sendo adequada ao planejamento socioeconômico e à formulação de anteprojetos de engenharia (...)

[36] IBGE. Teixeira Silva, I.F (Coord). **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro, 1998.

> 1:100.000 - Objetiva representar as áreas com notável ocupação, priorizadas para os investimentos governamentais, em todos os níveis de governo- Federal, Estadual e Municipal."
> (IBGE,1998, p. 45).

Essa perspectiva trazida pelo manual do INBI-SU aponta para a recorrente necessidade de uma cartografia básica durante o inventário ora quando se requer o uso de mapas-base ou mapas cadastrais.

Essa priorização da cartografia sistemática em face de outras abordagens também pode ser observada a partir uso dos dados do IBGE para melhor caracterizar a cidade na qual se situa o sítio sobre o qual se dará o inventário, como ocorre na seção de "Dados coletados no IBGE" que devem ser realizados no âmbito da pesquisa histórica. Mas também se observa a geração de mapas temáticos a partir dos resultados expostos no item " Mapeamentos, tabulações e análises".

O uso de mapas básicos produzidos e apropriados a partir da abordagem sistemática, mesmo quando vistos enquanto fonte histórica, no entanto expõe também outro aspecto do INBI-SU que é a presença constante do conhecimento técnico científico propondo e balizando a identificação do que é o patrimônio cultural nesses sítios tombados. Desse modo, a cartografia que se propõe nessa metodologia é aquela realizada por técnicos, não se observando, nas diretrizes, abertura para desenvolvimento de metodologias que incluam o usuário dos mapas e do próprio patrimônio cultural, como defendem as experiências englobadas pelo mapeamento participativo e a cartografia social.

Sobre a composição da equipe de trabalho, os tópicos "Equipe de trabalho", descrito na etapa da pesquisa histórica, e "dimensionamento das equipes", referente ao levantamento físico-arquitetônico, indica expressamente a participação de historiadores e arquitetos como elementos essenciais na execução do inventário. De fato, a participação dessas categorias profissionais é relevante, e mesmo fundamental, tendo em vista as atividades e procedimentos propostos que são do tidos como próprios do campo, ou característicos dos ofícios de arquitetura (levantamento arquitetônico) e história (pesquisa histórica). Acredita-se, entretanto, que por falta da indicação de outras áreas profissionais, como a geografia, nas equipes de trabalho, mais uma vez esta função de entender o espaço se agrega às demais funções dos arquitetos e historiadores, prescindindo de outras leituras do espaço para além daquela que privilegia a análise dos vestígios, das formas e dos estilos.

3.3 Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC

Construído no lastro das contribuições dos projetos desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980 pelo Centro Nacional de Referências Culturais e a Fundação Nacional Pró-Memória, assim como partindo da experiência acumulada pelo próprio IPHAN na organização de inventários anteriores, como o INBMI e o INBI-SU, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) começou a ser desenhado em meados da década de 1990. Foi concluído no ano de 1999 e colocado em teste no ano de 2000, na região do Museu Aberto do Descobrimento (MADE), na Bahia, em função da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil promovida pelo Ministério da Cultura.

O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) surgiu da necessidade do IPHAN dispor de uma metodologia de identificação de bens culturais que partisse da noção de Referência Cultural à memória e a identidade de grupos e possibilitasse o reconhecimento de "novos patrimônios", isto é, de bens culturais de natureza diversificada, e que destoam do perfil consagrado de bens que até então eram protegidos pelo IPHAN (bens "de pedra e cal"), conforme destaca Célia Corsino no texto a apresentação do Manual desse inventário (IPHAN, 2000, p.7-9).

De acordo com o manual, o objetivo principal deste inventário é, portanto: "identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade brasileira" (INRC, Manual de aplicação, 2000, p.23). Foi idealizado para ser realizado tanto em sítios urbanos tombados, como em recortes espaciais que ainda não contam com bens protegidos.

Quanto ao objeto, deve, necessariamente, ter como alvo das pesquisas categorias específicas criadas para a finalidade desse instrumento:

> (...) o delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:
>
> 1. **Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
> 2. **Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
> 3. **Linguagens musicais**, iconográficas e performáticas;
> 4. **Espaços** em que se produzem as práticas culturais. (INRC, Manual de aplicação, 2000, p.23)

Embora o INRC seja um instrumento voltado para a Identificação, um dos principais resultados decorrentes da realização desses inventários no país, além da geração de dossiês de documentação sobre bens culturais, tem sido a indicação de bens inventariados à candidatura ao título de patrimônio cultural Brasileiro, através do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial (Decreto nº 3551 de 2000). O Registro de bens foi concebido pela Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) como uma ação de reconhecimento e proteção dos bens de natureza imaterial, visto que o recebimento do título implica o desenvolvimento de um plano de ações de salvaguarda.

No tocante à natureza dos bens, é importante esclarecer que, ainda que apropriação desse inventário pela prática institucional tenha consolidado o uso do INRC justamente para a identificação de bens de natureza imaterial, o inventário não foi criado exclusivamente com esse objetivo e não se exclui a possibilidade de uso do inventário para identificação de bens chamados de natureza material, conforme destaca Corsino:

> Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e /ou Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. (INRC, Manual de aplicação, 2000, p.8)

Quanto à organização geral das etapas do trabalho do inventário, o INRC é dividido em três etapas: Levantamento preliminar, Identificação e Documentação.

O Levantamento preliminar consiste no primeiro momento de contato com as informações do sítio a ser inventariado. Corresponde ao levantamento das informações mais evidentes sobre o sítio e as práticas culturais que mais sobressaem nas comunidades que lá habitam. Essas são, portanto, informações consideradas indicativas do que poderá ser identificado como bens e referências culturais daquela população. Uma das características marcantes desta etapa é a delimitação do sítio a ser pesquisado, assim como a preparação das condições para execução do trabalho de campo e o planejamento das demais etapas do processo do inventário.

> O inventário tem início com o levantamento preliminar, que consiste basicamente na tomada de decisão a respeito da delimitação do sítio a ser inventariado, na sua subdivisão em localidades, se isso for apropriado no caso, e na reunião e sistematização das informações inicialmente disponíveis sobre o sitio considerado (INRC Manual de aplicação, 2000, p.36)

A etapa seguinte, denominada “Identificação”, consiste no reconhecimento de bens culturais relevantes (segundo as categorias pré-estabelecidas) no universo delimitado e levando-se em consideração a dimensão da importância desses bens pelas pessoas do sítio. É uma etapa caracterizada pelas entrevistas e questionários feitos em campo com pessoas residentes no sítio para compreensão da formação desses bens e de sua relação com outras práticas sociais relevantes para aquela(s) comunidade(s). Neste momento do inventário, a observação das atividades que constituem o bem cultural não é imprescindível, o que ocorre obrigatoriamente na fase de Documentação (Idem, p.43).

A Documentação é a terceira etapa do inventário, a qual é desenvolvida por profissionais especialistas no estudo dos bens inventariados, em geral com formação acadêmica em história, geografia, antropologia e artes. Desse modo, a Documentação envolve uma pesquisa etnográfica, que passa necessariamente pela observação direta do bem cultural inventariado em seu contexto e que tem a missão de expor os detalhes da construção e desenrolar daquele bem cultural em tela, culminando com a produção de uma documentação audiovisual da pesquisa.

3.3.1 Os usos previstos para os mapas no INRC

Conforme indicado nos procedimentos metodológicos, para identificar quando e como a cartografia aparece nos manuais, procurou-se localizar os termos “mapa” e “mapeamento” nas partes do manual – texto e modelo de fichas.

A busca revelou o uso do termo “mapeamento” pela primeira vez no segundo capítulo, intitulado “Como ler o INRC”, no tópico “Construindo o objeto da pesquisa: Referências e bens culturais” (p. 28), onde se definem de maneira mais objetiva os alvos dessa metodologia, descrevendo as categorias dos bens culturais que deverão ser inventariados. Mais especificamente, o termo aparece ao explicar-se a categoria do “Lugar”, quando o manual sugere que identificar o lugar envolve o reconhecimento das ações formadoras do lugar, aquelas que lhe confere singularidade e esse processo depende do “Mapeamento dos modos de apropriação prática e simbólica do espaço” (Idem, p.32).

O sentido do termo aqui tratado não faz menção específica ao uso de mapas, mas apresenta elementos que se aproximam desse sentido, visto que nesse caso é colocada em pauta a relação com o espaço, diferindo, portanto, do levantamento de informações genérico

de que tratam boa parte dos exemplos das notícias obtidas no portal do IPHAN (ver quadro 2).

O termo mapeamento aparece novamente no capítulo seguinte do manual dedicado à explicação sobre o "Processo de trabalho" do inventário (p. 35), na qual se detalham as etapas da metodologia do inventário - levantamento preliminar, identificação e documentação – bem como se fazem algumas considerações sobre a formação da equipe.

No tópico "Levantamento preliminar", lê-se:

> Assim, destacam-se no mapeamento feito através do levantamento preliminar os seguintes itens:
> 1. O que a comunidade destaca de forma reiterada como bem de significação diferenciada em quanto marca de sua identidade;
> 2. O que o conhecimento acumulado sobre o sítio permite destacar;
> 3. O que se verifica ser relevante comparativamente, por semelhança ou contraste com o que ocorre na região de entorno da área inventariada;
> 4. A vigência da referência nas práticas sociais atuais ou na memória (ARANTES,2000, p. 37, grifo nosso).

Nesse caso, o termo mapeamento é utilizado para explicar a ação de identificação dos itens ("o quê" deve ser observado) que o levantamento preliminar deve realizar numa primeira "varredura" da área considerada no inventário e que será alvo da etapa seguinte de identificação.

Sobre esses usos, como foi colocado anteriormente na etapa de construção do objeto, o termo mapeamento está sendo utilizado no sentido mais recorrente que fora verificado nas notícias do IPHAN, como sinônimo de levantamento de informações. É preciso reiterar que não é esse o tipo de mapeamento que esta pesquisa procura analisar, mas aquele cujo o sentido se aproxima mais do uso de produtos cartográficos, no caso mapas, enquanto instrumentos de leitura do espaço.

Ainda assim, é possível pensar que a pouca frequência do uso do termo e sua não associação com o sentido cartográfico pode refletir a escassa produção de mapas nesse contexto de instrumentos de identificação pelo IPHAN, já que a cartografia não é uma ação sistematizada na estrutura da instituição, seja pela ausência de profissionais da cartografia no quadro de funcionários, seja por que os diálogos sobre o assunto se resumem ao instrumento ilustrativo.

O uso do termo mapa sob a perspectiva escolhida para análise neste trabalho irá aparecer de maneira expressa nas fichas referentes à primeira etapa do trabalho do inventário,

na Ficha de campo do Levantamento preliminar (FC1) e que indica o uso de mapas justamente nas fichas de Identificação do Sítio (F10) e também na de identificação das localidades (F11).

Na ficha de identificação do sítio (F10), apesar dos campos referentes à seção "Descrição do sítio" assinalarem diversas vezes a necessidade de localizar a área inventariada e o contexto natural e o edificado, o requerimento do uso de mapas só aparece no campo 7 - "Plantas, mapas e croquis". Já na ficha de localidade (F11). existem 4 campos que pedem o uso de mapas, conforme exposto no quadro 3 abaixo.

	Ficha de identificação do Sítio (F10)	Ficha de identificação da localidade (F11)
Campos em que produtos cartográficos são requeridos	7. Plantas, **mapas** e croquis	4. Descrição [da localidade] 4.1 – População e Localização 4.2 – Paisagens e meio ambiente 4.3 – Marcos edificados 6. Plantas, **mapas** e croquis.
Orientação contida na ficha	Para o item 7. "Inserir representação gráfica do sítio (croquis, plantas e/ou **mapas**), localizando suas subdivisões e principais componentes. Utilizar tantos desenhos quanto necessários, incluindo **mapas** de localização dos núcleos rurais e urbanos, áreas protegidas, os principais empreendimentos econômicos e de infra-estrutura (barragens, áreas de mineração e de extrativismo, etc.), estradas e caminhos vicinais e principais ecossistemas e recursos hídricos disponíveis. Utilizar sempre que possível **mapas** em escala 1: 100.000. Incluir em todos os desenhos legenda descritiva detalhada" (IPHAN, 2000, p.51)	Nos itens 4.1, 4.2 e 4,3 a orientação é a mesma: localizar em **mapa**, planta ou croquis (IPHAN, 2000, p.55-56). No item 6. "**Mapas** indicando localização [das localidades] na área [do sítio inventariado], ligações com as demais localidades consideradas e distância entre elas, bem como principais rios e outras referências geográficas. Plano urbano ou croqui identificando os principais marcos, praças e ruas. Localizar os bens inventariados. Utilizar tantos **mapas** quantos forem necessários para uma **visão clara** dos temas focalizados" (IPHAN, 2000,p.56 grifos nossos).

Quadro 3 - Nome dos campos do inventário nos quais é requerido o uso da cartografia e respectivas orientações (montado a partir de informações obtidas no manual do INRC).

Sobre as orientações para preenchimento dos campos identificados observaram-se alguns elementos que nos permitem identificar conceitos relacionados a abordagens de cartografia que estão presentes nas diretrizes.

No campo 7 da ficha de identificação do sítio, indica-se a inserção de "representação gráfica" e de "tantos desenhos quanto necessários", incluindo aí, além dos mapas, plantas e croquis[37]. Nesse caso, cabe a observação de que a equipe que desenvolveu essa orientação aponta para uma definição muito ampla de mapa, apenas vinculando-o a sua forma de imagem gráfica. Cabe, portanto, esclarecer os elementos que distinguem e aproximam outras representações gráficas espaciais, como as plantas, de mapas.

Segundo os cartógrafos Paul S. Anderson (1982) e Paulo Duarte (2002), esse é um ponto de discussão entre os próprios cartógrafos e que pode variar inclusive segundo o objeto (cartas para uso náutico e aeronáutico, mapas para uso terrestre) ou quanto ao local onde os termos estão sendo cunhados. Em seu capítulo "Mapas, cartas e plantas", Duarte (2002) afirma que, no Brasil, os termos *carta* e *mapa* são usados como sinônimos, muitas vezes, isso em vista talvez da origem latina das palavras, que não indica uma diferença rígida, como ocorre em inglês. Para ele, é correto dizer que as carta e plantas são tipos de mapa: "Há entre nós uma tendência ao uso de mapa como designativo geral, reservando-se carta e planta para espécie de mapas (p.123)".

De acordo também com a apostila de noções de cartografia do IBGE, que norteia a leitura de documentos cartográficos segundo perspectiva da cartografia sistemática, o maior ponto de distinção entre cartas e mapas é a questão da escala, que se rebate na precisão quanto a realização de medições de distâncias e tamanhos a partir do documento, e na quantidade de detalhes explorados (IBGE, 1998, p.19). Segundo essa perspectiva, os mapas se destinariam a representações mais generalizadas de uma grande área da superfície terrestre ou mesmo toda ela numa vista de cima e em escala bastante reduzida. Duarte também chama atenção quanto às convenções utilizadas para representação, pois as cartas em geral fazem parte de um conjunto de documentos organizados sistematicamente (Duarte, op. cit., p. 124).

Em relação a mapas e plantas, estes também consistem em representações cartográficas, mas existe um elemento técnico a mais que as distingue. As plantas seriam uma espécie de mapa em escala muito grande que fornecem informações precisas sobre medições realizadas em porções pouco extensas da superfície da terra como, por exemplo, em terrenos,

[37] Quanto às plantas e croquis, cabe pontuar aqui sua proximidade em relação ao conceito de mapa, visto que são representações gráficas de elementos da superfície, porém, de acordo com uma visão mais rigorosa da cartografia geral, essas representações não têm o mesmo significado de mapa e dizem respeito aos desenhos técnicos ligados a Arquitetura e Engenharias, realizados sobre áreas pequenas e com escala muito grande, pelo o quê não necessitam levar em consideração a curvatura terrestre para seus cálculos de dimensões; no caso específico do croquis, as exigências quanto à precisão das medidas são mínimas, visto que se trata apenas de um esboço (ANDERSON, 1982, p.9 ; DUARTE, 2002, p. 121-124).

ruas ou mesmo bairros. Desse modo, as medições não precisam levar em consideração a curvatura da terra a partir de sistemas e projeções cartográficos de referência, mas considera-se um plano de referência local para maior exatidão nos cálculos de comprimento e área e no desenho técnico (DUARTE, 2002, p. 124). No caso específico dos croquis, as exigências quanto a à precisão das medidas são mínimas, visto que se trata apenas de um esboço

Nesse sentido, Anderson (1988) afirma que esses tipos de desenho não estão no domínio da cartografia:

> O caso de escalas muito grandes e de áreas pequenas, como o desenho de uma casa, não são tratadas pela cartografia, e sim pela arquitetura e pelo desenho técnico que usam "plantas" elaboradas para superfícies consideradas planas (Anderson, 1982, 41).

De volta ao Manual, acredita-se que essa falta de precisão em relação à definição do que deverá ser inserido nesse campo pode sugerir pouca familiaridade com o campo da cartografia, pois é sabido que desenhos não são, a rigor, sinônimos de mapas.

Para a cartografia geral, o mapa é uma representação gráfica que, além de se caracterizar por alguns princípios abordados pelos estudos de comunicação visual gráfica, como a monossemia, ordem, proporcionalidade (Martinelli, 2010, p.14), obedece também alguns pressupostos básicos para ser assim caracterizado, conforme indicado por Anderson (1982). Este que atenta para o fato de que esta 'não é uma pergunta trivial' e que o que distinguiria o mapa de outras imagens seriam:

> (...) três atributos imprescindíveis de todos os mapas são (1) escala, (2) projeção e (3) simbolização, (...) que (1) reduzem e generalizam a realidade, (2) comprimem ou expandem formas e distâncias por projeção e (3) apresentam fenômenos selecionados através de sinais que, sem necessariamente possuírem semelhanças com a realidade, comunicam as características visíveis ou invisíveis da paisagem (...) (ANDERSON, 1982, p.12).[38]

Dessa forma percebe-se que, na visão da cartografia geral os mapas passam, pela construção de modelos matemáticos que embasem a representação espacial terrestre

[38] Outros autores, ao discutirem os sentidos e cuidados na elaboração de mapas, também trabalham com esses atributos. Monmonier (1996, p. 5) afirma que: "Mapas possuem três atributos básicos: escala, projeção e símbolo. Cada elemento é uma fonte de distorção. Como conjunto, eles descrevem a essência das possibilidades e limitações do mapa. Ninguém pode usar ou fazer mapas de forma segura e efetiva sem entender as escalas, projeções e símbolos de um mapa." Já Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 2001) coloca que "Os mapas distorcem a realidade através de três mecanismos principais: a *escala*, a *projecção* e a *simbolização*. São mecanismos autónomos que envolvem procedimentos distintos e exigem decisões específicas".

(definição de sistemas de coordenadas geográficas, indicação da direção Norte, Meridiano central, etc.), o uso de um sistema de projeção (cartográfica) que permita a transposição da localização calculada a partir modelo terrestre tridimensional para o plano do desenho que é bidimensional, a propriedade da redução, definida por relação da escala cartográfica e a construção de um sistema de signos ordenados para representação dos objetos, definidos por símbolos descritos em legenda (Duarte, 2002,121-124).

A questão da escala aparece no manual do INRC, na medida em que este sugere o uso de uma escala cartográfica mais adequada – 1:100.000. Assim como observado no INBI-SU, essa indicação de uma escala que seria a mais apropriada para representar o espaço dos sítios inventariados no INRC é um dos elementos que indica que a abordagem de cartografia que está se propondo para uso nesse momento é a da Cartografia sistemática, que se baseia em escalas padronizadas pois enfoca o mapeamento sistemático e contínuo do território brasileiro, correspondendo a uma abordagem mas próxima das engenharias e geociências de que tratamos no 1º capitulo, sobre a qual se "assentam os mapas da cartografia temática" (Matias, 2001; Archela, 2001).

Sabe-se que a cada escala corresponde um enfoque, ou uma margem de possibilidades de campo de observação; assim, o IBGE pontua as principais aplicações das cartas topográficas nas escalas padrão, sendo que, na escala indicada pelo INRC, a aplicação correspondente seria justamente a representação da ocupação urbana definida no trecho como "notável ocupação", como se pode conferir no trecho a seguir: "1:100.000 - Objetiva representar as áreas com notável ocupação, priorizadas para os investimentos governamentais, em todos os níveis de governo- Federal, Estadual e Municipal." (IBGE,2015)

É preciso refletir aqui por que o manual indica o uso dessa escala.

Primeiramente, está se admitindo que os locais nos quais se observam os bens podem ser melhor visualizados a partir dessa escala. Se partirmos do princípio que a cartografia é uma linguagem cujo conteúdo e abordagem estão vinculados ao que se pretende demonstrar, é difícil fixar um valor de escala sem se conhecer exatamente o que se vai representar. Mas se tomarmos como base o fato de que o INRC prioriza o espaço produzido pelos grupos sociais que ocupam determinados locais, pode-se pensar que o que seria representado nesses mapas seriam localidades como vilarejos, ou porções de uma cidade, bairros. E para fins de localização, ou mesmo comparação com outros bairros e regiões adjacentes, a escala de 1:100.000 é a escala apropriada. Assim como também é apropriado fixar uma escala padrão

conhecida, pois se terá a mesma referência de medidas como distâncias para quantos temas forem explorados a fim da contextualização da área a ser inventariada.

A nosso ver, o manual indica o uso dessa escala para que se assegure que a equipe que realiza o inventário dispõe de um mapa que dê certo detalhamento sobre a área de ocupação, que o mapa consiga de fato orientar a equipe quanto às principais vias de acesso a área, distâncias a serem percorridas durante as entrevistas, os levantamentos em campo, regiões de maior e menor interesse cultural, situação do sítio em relação ao entorno.

A escala indicada não é tão detalhada quanto a de cartas cadastrais na escala acima a 1:25.000 (1:1.000, 1:5.000) que, em geral, representam parte de municípios e porções de cidades e são usadas para regiões de alta densidade de arruamentos e edificações. E por outro lado, também não é tão abrangente quanto as escalas 1:250.000, 1:500.000 e 1:1.000.000 que se destinam a representação de áreas interestaduais e nacionais. Sobre o uso de mapas, então, parece que o INRC quer enfocar o contexto mais imediato sem focar no plano do doméstico e dos espaços interiores, os quais aparentemente já se darão por meio da documentação audiovisual, plantas de edificações e croquis das localidades, por exemplo.

A escala cartográfica é uma referência para que se saiba quantas vezes uma determinada distância ou a dimensão de um objeto no terreno foi reduzida para ser representada cartograficamente. É uma relação matemática. Mas nos parece que não foi a intenção do manual enrijecer a forma da representação, mas antes indicar a necessidade de dar uma visão geral da área inventariada e compatibilizá-la com outros mapas que se encontram na mesma escala, visto que existe uma série de cartas nessa mesma escala (série cartográfica[39]).

É interessante observar as diretrizes do manual para a composição do conteúdo dos mapas: algumas sugestões de informações que devem estar nos mapas segundo o manual do INRC são "núcleos rurais e urbanos, áreas protegidas, principais empreendimentos econômicos, estradas e caminhos rurais, principais ecossistemas e recursos hídricos" (INRC, 2000). Essas informações, ainda que na descrição apareçam associadas à ideia de localização, nos remetem à cartografia temática, pois representam informações que vão além da localização, mas dizem respeito à contextualização espacial. Poder-se-ia pensar aí na utilização de mapas temáticos, pois, quando se fala em localização de "núcleos rurais e urbanos", pode-se se referir a mapas temáticos que expressam o processo de ocupação urbana

[39] "Série (cartográfica) conjunto de folhas de formato uniforme e na mesma escala (...) cobrindo uma região, Estado, País ou continente ou o globo terrestre (...)" (OLIVEIRA, 1983, p.609 apud DUARTE, 2002, p.125).

ou uso da terra; quando se fala em “áreas protegidas”, está se colocando a necessidade de situar o patrimônio cultural em relação às unidades de conservação, às terras indígenas e aos remanescentes de quilombos; e quando se fala de localizar empreendimentos econômicos e de infraestrutura, em geral explorado em mapas temáticos de infraestrutura e transportes, está se indicando a necessidade de compreender em que contexto socioeconômico aqueles bens culturais se desenvolvem e se reproduzem.

Quanto à ficha de localidade, pode-se verificar que a cada aspecto da localidade que deve ser descrito (população e localização; paisagem natural e meio ambiente, marcos edificados; campos 4.1, 4.2; e 4.3, respectivamente) deverá ser utilizado um mapa correspondente (ou planta ou croquis) o que, se cumprido à risca tais orientações, acabaria gerando uma série de mapas temáticos sobre esses aspectos. Logo, ainda que a prioridade seja a localização de bens e objetos por meio da cartografia sistemática, quando se analisam essas diretrizes por essa perspectiva indicada acima, percebe-se que o INRC está primando pela utilização também da cartografia temática, mesmo que o tema central dessas representações não seja o do patrimônio cultural em si.

Resta ainda a leitura das diretrizes do campo 6. “Plantas, Mapas e croquis” da ficha de Identificação da(s) localidades inventariada(s), cuja finalidade é justamente a inserção desses documentos.

De acordo com as orientações, a abordagem do uso de mapas aqui é também a localização dos bens inventariados na área da localidade, situando os principais referenciais geográficos entendidos como pontos no terreno. Ressalta-se a importância de utilizar mapas, inclusive em quantidade, “tantos quantos forem necessários para uma visão clara dos temas focalizados”. Mas não se deixa claro que temas poderiam ser esses.

Esses campos podem ser preenchidos num primeiro momento no levantamento preliminar. Para melhor entender o que essas fichas estão propondo para o de uso de mapas, é preciso retornar ao manual para checar os textos das diretrizes dessa etapa do levantamento preliminar. É essa etapa, portanto, que estabelece o sentido da utilização de mapas no INRC. Porém, a identificação do sítio não está somente compreendida nesse momento, mas corresponde à delimitação do universo do trabalho que pode ser melhor aperfeiçoada durante o inventário.

Retornou-se para a leitura desse tópico do manual, pois, ainda que o termo “mapeamento” não apareça diretamente no trecho do manual referente à esta fase do trabalho,

a partir de uma leitura mais interpretativa é possível captar nas orientações a menção à ideia de mapeamento, com o enfoque no conhecimento do espaço. Isto é observado no tópico "delimitação do universo" do inventário. Neste, a dimensão espacial dos bens é considerada fundamental para a identificação das referências culturais que se pretende proteger. Por isso, o manual destaca a necessidade de delimitar muito bem o espaço, não bastando para isso importar delimitações preexistentes à pesquisa.

Para frisar a necessidade de delimitar bem as áreas dos inventários, Arantes lembra que "O foco deste trabalho [o INRC], por sua própria natureza, são configurações socioespaciais bem localizadas e seu arquétipo poder ser ilustrado pelo conceito de área tombada [...]"(INRC, 2000, p.33); mais adiante, quando fala sobre critérios para a delimitação de áreas a serem inventariadas, o autor indica os critérios jurídicos, sociopolíticos ou temáticos, devendo-se estar atento aos modos de vida locais. Por outro lado, Arantes faz algumas ressalvas sobre os contextos de aplicação da metodologia, contraindicando o seu uso como um levantamento exaustivo, do tipo censo, e em unidades territoriais mal delimitadas (INRC, 2000, p.24).

A partir dessa colocação percebe-se que o INRC, ao menos em sua concepção conforme consta no manual, não abre precedente para pensar na realização de uma cartografia sistemática com vistas a uma varredura para localização exaustiva dos bens culturais. Essa interpretação se reforça quando o manual indica a necessidade de localização dos bens, mas não impõe a realização de um levantamento mais minucioso, por exemplo, da forma e dimensão dos imóveis que estão relacionados aos bens inventariados.

Não há, por exemplo, diretrizes no manual que indiquem a obrigatoriedade de georreferenciamento dos imóveis e outros objetos que compõem o universo dos bens culturais inventariados pelo INRC, como ocorrem, por exemplo, com frequência nos inventários de bens arquitetônicos, como o Inventário do Patrimônio Canaveiro de Pernambuco e o Inventário do Patrimônio Ferroviário, com que tivemos contato na Superintendência do IPHAN em Pernambuco. É o caso também da localização dos sítios arqueológicos que pedem o "ponto de GPS" ou levantamento planialtimétrico da área, como se pode ver no CNSA. A nosso ver, a ausência do uso de uma cartografia mais detalhada e afeita à precisão posicional está em consonância com o entendimento da natureza da dinamicidade das manifestações culturais. A ausência da indicação do uso do georreferenciamento pode ser sugestiva da necessidade do uso de uma cartografia diferente, possivelmente aquela que se aproxima da

abordagem da cartografia social e dos mapeamentos participativos tratados no 1o capítulo.

De maneira geral, a partir da análise realizada pode-se afirmar que a visão de cartografia apropriada pelo manual do INRC está mais relacionada ao processo de localização e delimitação do sítio inventariado, lançando mão das abordagens sistemática e temática. O que estabelece um contraste em relação à visão observada na análise do manual do INBI-SU que, além da localização e da produção de mapas temáticos, também se dá prioridade ao levantamento de documentação cartográfica histórica para entendimento do processo de evolução da forma do sítio inventariado.

3.3.2 Os INRCs de Pernambuco: exemplos para comparação do manual com dossiês.

Com o objetivo de termos uma visão preliminar sobre o que acontece na realidade da prática dos inventários e conscientes de que não se trata de um resultado que possa ser extrapolado para a totalidade dos inventários de referencias culturais para o que seria necessária outra pesquisa com foco na análise dos mapas que são de fato utilizados nos INRCs e não somente das diretrizes (que é o caso do presente estudo), procuramos realizar um breve levantamento de informações junto aos INRC de PE, no qual estivemos trabalhando enquanto bolsista de mestrado, para contrastar as orientações para o uso de mapas no INRC, consideradas até numerosas, e o uso efetivo nos dossiês resultantes de inventários finalizados.

Realizamos o levantamento dos inventários produzidos em Pernambuco que seguiram a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais. Ao todo, são 07 inventários concluídos, os quais proporcionaram o reconhecimento de quatro bens culturais de natureza imaterial através do instrumento do registro, a saber: Feira de Caruaru, Frevo, Ofício dos Mestres de capoeira (registro de abrangência nacional) e Cavalo Marinho (Quadro 4).

	INRC	ANO DE FINALIZAÇÃO	ABRANGÊNCIA	EXECUÇÃO
01	FEIRA DE CARUARU	2006	Municípios de Caruaru, de Toritama e de Santa Cruz do Capibaribe	IPHAN
02	FREVO	2006	Região Metropolitana de Recife	IPHAN

03	CAPOEIRA EM PERNAMBUCO – LEVANTAMENTO PRELIMINAR	2011	14 municípios da Região Metropolitana de Recife/PE (Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Itapissuma, Itamaracá, Igarassu, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Ipojuca, Escada)	IPHAN
04	CABOCLINHO	2012	Pernambuco (Recife e Região Metropolitana e Z. Mata Norte)	Fundarpe
05	MARACATU NAÇÃO	2012	Região Metropolitana de Recife (Recife, Olinda, Igarassu, e Jaboatão dos Guararapes)	Fundarpe
06	MARACATU DE BAQUE SOLTO	2013	Zona da Mata Norte, Recife e Região Metropolitana	Fundarpe
07	CAVALO MARINHO	2013	Zona da Mata Norte e Paulista +municípios limítrofes com a PB	Fundarpe

Quadro 4 - Quadro dos INRCs produzidos em Pernambuco. Fonte: Pesquisa junto a documentação dos INRCs disponíveis no setor de Patrimônio Imaterial da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

A partir do levantamento dossiês dos INRCs finalizados realizados junto à Superintendência de Pernambuco, foram encontrados poucos mapas produzidos a partir das pesquisas do inventário.

Procurou-se verificar onde estão e como são os mapas encontrados nos INRCs de Pernambuco, a partir do que se percebeu que os mapas estão geralmente no início do inventário, na ficha de localização do sítio, conforme indica o manual e não são recorrentes nas outras etapas do relatório. A maioria dos mapas é de localização e em escala pequena, que revela pouco detalhe da área das localidades e do próprio sítio, sendo indicativos apenas da situação desses recortes em relação aos municípios abrangidos.

Dentre os inventários pesquisados, o único INRC que apresenta mapas na parte final do relatório, mapas produzidos a partir do inventário e também plantas baixas do local é o da Feira de Caruaru, registrada junto ao livro dos lugares.

Em conversa com técnicos do setor, de fato essa primeira impressão se confirma, pois, segundo os mesmos, a dimensão espacial, apesar de ser indicada como item importante a ser considerado no manual, na prática é pouco explorada, o que recai na pouca utilização da ferramenta dos mapas nesses INRC.

3.4 Outras abordagens de cartografia em ações de identificação no âmbito do IPHAN

Neste tópico final procuramos trazer um exemplo de instrumento de identificação do patrimônio que também utiliza a cartografia, porém com enfoque distinto do observado a partir da análise dos manuais dos inventários nacionais, a saber o projeto MAPEO: Cartografia dos sítios sagrados do Noroeste Amazônico. Nosso intuito aqui não é aprofundar a análise dessa experiência em si, mas realizar uma comparação, ainda que preliminar, dessa iniciativa que tem como um dos objetivos centrais de seu conteúdo a produção de uma cartografia do patrimônio cultural expressa em mapas produzidos por meio de abordagem participativa.

O MAPEO não é um instrumento de identificação do patrimônio cultural aos moldes convencionais como os inventários, cadastros e sistemas de informações. É uma espécie de "ambiente", uma plataforma de cooperação internacional entre Brasil e Colômbia, criado para dar suporte e estimular ações pró-preservação do patrimônio naquela região de fronteira do noroeste amazônico.

Esse projeto foi viabilizado por meio de ações de diplomacia[40] entre Brasil e a Colômbia, que intensificaram a relação de cooperação cultural entre os dois países, sendo o ano de 2009 o ponto de partida, pois foi neste momento que a Comissão Mista de Cultura e Educação Brasil/Colômbia estabeleceu o Programa Executivo de Cooperação cultural e Educativa entre os dois países, o qual previa o fomento a preservação e salvaguarda dos bens culturais dessas nações (SCOLFARO, A. et all, 2013, p.11).

Esse programa vem reforçar a relação entre poder público e sociedade civil, visto que leva em consideração as iniciativas de valorização da cultura local pré-existentes na região, as quais eram desenvolvidas por membros de organizações indígenas como a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e a CANOA (Cooperação e Aliança do Noroeste Amazônico). Também inclui-se aí organizações da sociedade civil como as ONGs, no caso representada de maneira mais forte pelo Instituto Sócio Ambiental - ISA.

Esses agentes já desenvolvem projetos na região, em geral iniciativas voltadas para as principais "bandeiras" de melhoria das condições de vida da população daquele território, formada em sua maioria por ribeirinhos, indígenas e caboclos. Dentre as reivindicações mais frequentes, estão a garantia dos direitos coletivos desses grupos, como a posse e demarcação

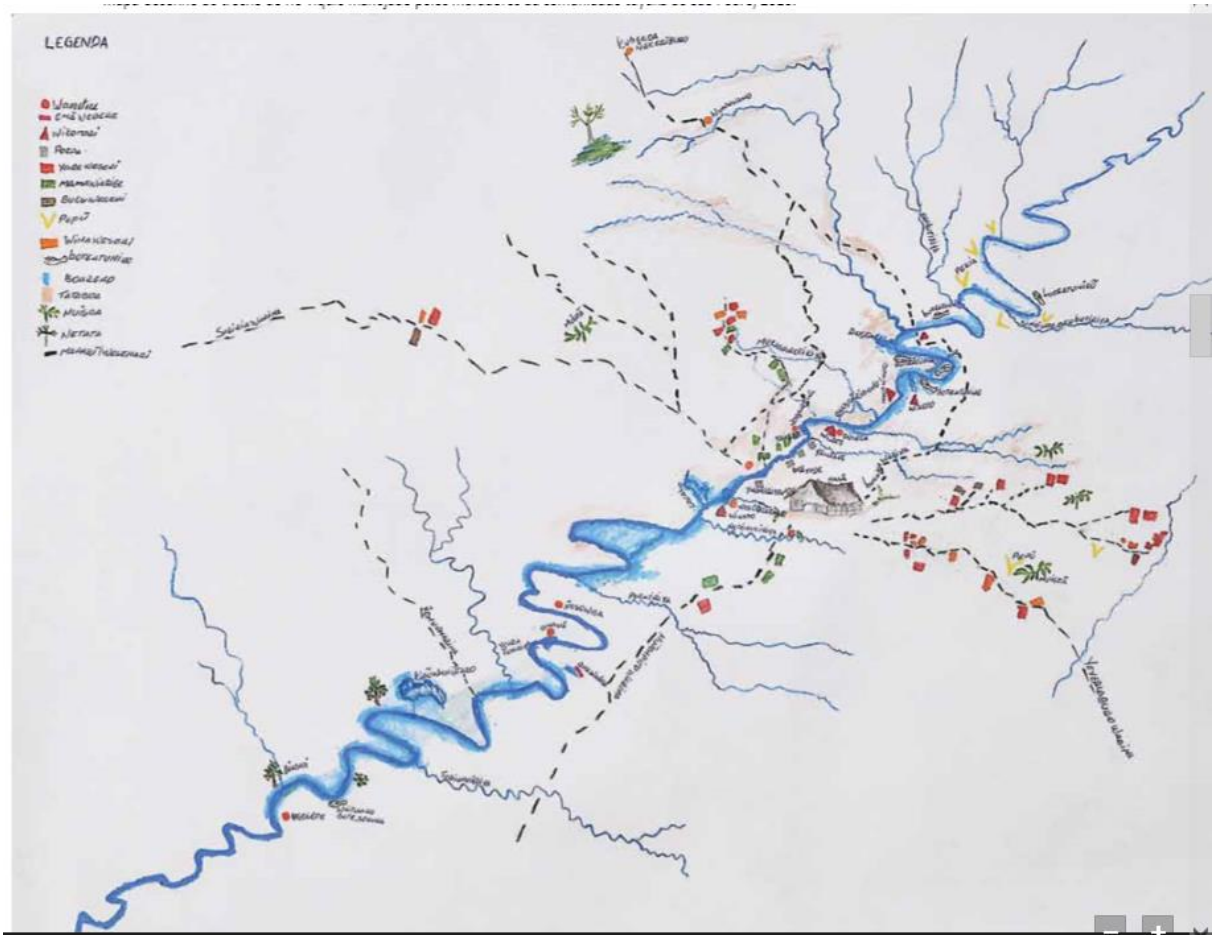
[40] Entre os eventos diplomáticos citados no histórico do dessa iniciativa de cartografia cultural, estão o Acorde de intercâmbio cultural Brasil/Colômbia, em 1963; a Reunião da comissão Mista de cultura e Educação que estabeleceu o Programa Executivo de cooperação Cultural (2009-2012), em 2009; visita do presidente da Colômbia ao Brasil e inclusão desse projeto na pauta dos diálogos entre os presidentes do Brasil e o da Colômbia, assim como entre seus ministros da Cultura, em 2010 e 2012.

de terras, a garantia de acesso a recursos naturais essenciais para sua sobrevivência e trabalho, saúde, educação etc.

Desse modo, as organizações indígenas e organizações da sociedade civil não só aprovaram a proposta de cooperação cultural estabelecida entre os governos dos dois países, mas também passaram a incluir de maneira mais declarada em suas agendas de prioridades a "salvaguarda dos sistemas de sítios sagrados como parte do patrimônio cultural imaterial" (SCOLFARO, A. et all, 2013, p. 11), difundindo a iniciativa da cartografia cultural daquela região e promovendo o intercâmbio de informações entre as organizações indígenas e organizações da sociedade civil do Brasil e Colômbia.

Parece-nos que o pressuposto no qual se assenta a ideia do projeto MAPEO é justamente a de estimular essas organizações a incluir em suas pautas de ações a importância da identificação e proteção ao patrimônio cultural, endossando ferramentas que já vêm sendo utilizadas na região em outros projetos, como a cartografia social (SCOLFARO, A. et all, 2013,p. 11-13 e p. 34).

O informe dessa iniciativa aponta que entre as principais ações da CANOA estão as reuniões, oficinas para troca de experiências, expedições para mapeamento dos sítios sagrados de todas. A cartografia tem diversas finalidades nesses projetos. É uma ferramenta de comunicação entre os indígenas, auxilia na transmissão de conhecimento sobre o território, bem como argumento para tomada de decisão e ainda é utilizada no âmbito da educação escolar como material pedagógico. (p. 11 e 12)



Mapa 11- Mapa de trecho do rio Tiquié resultante de oficina de cartografia participativa junto aos moradores da comunidade Tuyuka de São Pedro, 2010. Fonte: Scolfaro et al (2013, p.13)

A iniciativa de cartografia cultural do Noroeste amazônico está relacionada também com a experiência da realização do INRC da Cachoeira de Iauaretê (lugares sagrados) finalizado em 2006, conforme chama atenção um dos artigos dessa publicação binacional escrita pelo IPHAN e colaboradores (Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) Instituto Socioambiental (ISA).

Essa experiência, que já aproximara o IPHAN, a ONG ISA e organizações indígenas da Região do Rio Negro, esteve fortemente baseada na realização de oficinas de cartografia com os indígenas para mapeamento dos sítios sagrados em campo. Esses mapeamentos visavam o registro desse lugar sagrado, mas com um olhar mais amplo, pois pretendiam também dar visibilidade às lutas pelos direitos coletivos desses grupos que vivem em territórios ameaçados:

> (...) apoiar a luta pela valorização e a proteção dos territórios, das paisagens e da memória coletiva dos povos indígenas que vivem na região de Iauaretê, limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro. (SCOLFARO, A. et all, 2013,p.34)

Vale a pena destacar a visão do uso dos mapas evidenciada por esse instrumento de identificação que tem a cartografia como principal ferramenta:

> Para as ações que se seguiram [ao mapeamento da cachoeira de Iawarete, no rio Negro], estendendo os mapeamentos por trechos do médio curso dos rios Uaupés e Papuri e envolvendo também pessoas de outros grupos, não foi possível reunir uma documentação tão completa e os próprios mapeamentos não puderam contar com o mesmo nível de detalhamento. Mas todas estas experiências mostraram que cada um dos sítios identificados e localizados nos mapas pelos participantes possui um enorme potencial em termos de conteúdo narrativo e significado cultural. A lição aprendida é que a elaboração participativa dos mapas pode ser um processo infinito, especialmente se a cada etapa fosse possível ampliar sua escala, bem como dedicar mais tempo às visitas aos locais mapeados. Pois as paisagens são como escrituras, signos visíveis e legíveis da história que elas guardam, e cujo conhecimento informa as práticas sociais, rituais e ecológicas dos povos indígenas de Iauaretê" (Idem, p. 34).

O MAPEO é um bom exemplo de como a cartografia como parte metodologias de identificação do patrimônio cultural pode ser apropriada de diferentes formas, incluindo também os agentes do patrimônio cultural. Por outro lado, também demonstra a importância de se ter o enfoque local e específico sobre o patrimônio, relativizando a necessidade de criação de instrumentos de aplicação nacional, como os inventários nacionais tratados nessa dissertação, cabendo ao IPHAN, nesse caso exposto acima a função mais de fomento à iniciativas de cartografia cultural que já existem, promovendo certa descentralização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho teve-se como objetivo geral analisar o uso de mapas no contexto dos instrumentos de identificação de bens culturais pelo IPHAN, buscando por meio dessa análise apontar as principais abordagens de cartografia apropriadas pelas práticas de preservação. Desse modo, procurou-se promover uma discussão sobre as possíveis relações e contribuições da cartografia para a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural.

A discussão sobre patrimônio cultural e cartografia traz à tona a importância da dimensão espacial dos fenômenos socioculturais e expõe a necessidade de desenvolver ferramentas que auxiliem a leitura dos mesmos na relação com o contexto geográfico.

> Todos os conceitos com que representamos a realidade e à volta dos quais constituímos as diferentes ciências sociais e suas especializações, a sociedade e o Estado, o indivíduo e a comunidade, a cidade e o campo, as classes sociais e as trajectórias pessoais, a produção e a cultura, o direito e a violência, o regime político e os movimentos sociais, a identidade nacional e o sistema mundial, todos estes conceitos têm um contextura espacial, física e simbólica, que nos tem escapado pelo facto de os nossos instrumentos analíticos estarem de costas viradas para ela mas que, vemos agora, é a chave de compreensão das relações sociais de que se tece cada um destes conceitos. Sendo assim, o modo como imaginamos o real espacial pode vir a tornar-se na matriz das referências com que imaginamos todos os demais aspectos da realidade. (SANTOS, 2002,p.197)

Essa análise da "contextura espacial, física e simbólica" feita não por um cartografo ou geógrafo, mas por um sociólogo reforça sugere a importância que as perspectivas da geografia e mesmo da cartografia vêm assumindo em campos variados. Afirma ainda a relevância das relações dos conceitos com o espaço – e em sua longa lista de exemplos, poderíamos, sem dúvida, incluir o patrimônio.

Nesse sentido os mapas podem nos auxiliar a ir além da posição geográfica dos bens culturais "isto é, fazer mais que responder à questão 'onde' – papel fundamental da 'base cartográfica' para lastrear as representações temáticas. Eles podem dizer muito sobre os lugares, caracterizando-os (...)" (Martinelli, 2003, p.35)

Nesse sentido, acredita-se que o uso consciente de mapas pode contribuir para elucidar questões relativas à dimensão espacial do patrimônio cultural, sendo que estas contribuições dependem da abordagem de cartografia que se lança mão nos processos de identificação do patrimônio.

De acordo com a revisão conceitual no campo da cartografia e geografia, podem-se

delinear duas grandes formas de abordagem da cartografia quanto aos objetivos e visão do espaço: de um lado estaria a cartografia Geral ou sistemática, caracterizada pelos manuais de Anderson (1982) e Duarte (2002) como uma disciplina exata, que tem por base uma leitura matemática do espaço, baseada em cálculos e que busca a medição e localização de eventos e fenômenos sobre a superfície física, tratada como superfície terrestre. De outro lado, estaria a cartografia temática, segundo Martinelli (2010) preferida pela Geografia e que se assentaria sobre os mapas produzidos por aquela primeira forma de cartografia, a qual dedica-se à representação de temas específicos com vistas a demonstrar e evidenciar suas características. Lançando para isso mão de uma gramática específica, a cartografia temática abre a possibilidade de enxergar no mapa, outras funções além da orientação em relação às direções no espaço e a localização de objetos. Ela caracteriza os lugares, objetos e fenômenos que dele participam.

Esta abordagem da cartografia temática estampa a função do mapa como meio de comunicação e linguagem sobre determinado assunto e dessa forma chama atenção para o conteúdo que aquela representação está veiculando, bem como para a forma de construção do discurso que o mapa encerra. Esse passo permitiu que a cartografia e os mapas fossem vistos como discursos ou textos a serem lidos (Harley, 2009; Taylor, 1994), saindo do domínio eminentemente técnico (medição, orientação e localização por coordenadas geográficas) para que pudessem também serem escrutinados por outros campos do saber, que questionam também as formas de confecção dos mapas e suas intenções, vendo-os como objetos de saber e poder (Harley, 2009,p.3).

A partir dessas duas grandes abordagens podemos observamos o desenvolvimento de diferentes abordagens de cartografia variando da extrema técnica ou tecnicista que prima pela precisão posicional e vê o mapa como elemento expositor da verdade “terrestre”, ao outro extremo que abre precedente para destrinchar a possibilidade do mapa como linguagem problematizando assim sua forma de produção e incluindo temas sociais e culturais e até mesmo considerando legítima e interessante a participação de leigos na construção desses produtos cartográficos.

Paralelamente à compreensão de mapas como produtores de conhecimento, discutiu-se aqui também seus usos políticos, mais especificamente o uso dos mapas no contexto político das ações do Estado com vistas à criação e à consolidação de uma imagem de nação, que é algo historicamente consagrado. Tendo atravessado séculos essa forma de interpretação chega

até os dias atuais revestida por tendências modernizadas da cartografia digital expresso hoje na incorporação de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) pela gestão pública principalmente nas instituições de planejamento urbano, regional e ambiental.

Nesse sentido, o uso de mapas pelo IPHAN, como instituição estatal de preservação do patrimônio cultural e de defesa de uma identidade nacional, ainda que também pudesse ser entendido nessa chave de afirmação de afirmação do território nacional, traz outras informações importantes que contribuem na identificação de bens culturais e na produção de conhecimento sobre eles, considerando a cartografia como instrumento desse saber. É possível, observar o uso da cartografia junto à aplicação de instrumentos de proteção, nos quais a informação cartográfica aparece de maneira mais decisiva, por exemplo, nos processos de tombamento em que a localização e a própria delimitação das áreas de limite dos bens tombados é necessária para disciplinar o uso do solo e evitar danos ao patrimônio.

O uso da cartografia como ferramenta base para ações decisórias em relação à preservação também pode ser observada no âmbito do diálogo do IPHAN, e mais especificamente destaca-se o papel central da arqueologia, com instituições de planejamento regional e de meio ambiente para discutir questões referentes a áreas impactadas por grandes obras e empreendimentos que tem a necessidade de passar por uma avaliação dos impactos ambientais, conforme preconizado pela legislação ambiental do CONAMA.

Esta pesquisa procurou discutir especificamente o uso da cartografia junto aos instrumentos de identificação do instituto. Dedicou-se à análise dos manuais de dois inventários nacionais, selecionados como instrumentos emblemáticos da instituição e do processo de identificação e seleção do patrimônio cultural e do próprio uso da cartografia nesse contexto.

Em relação ao seu uso no contexto dos inventários analisados, INBI-SU e INRC, percebe-se que o uso da cartografia foi requerido pelas diretrizes dos manuais, entendidas como parte do contexto de elaboração dos dois instrumentos de identificação. A cartografia é lembrada principalmente nas fichas de inventário relacionadas à identificação ou delimitação do sítio (e localidades no caso do INRC) a ser inventariado, mas também aparece em outras etapas, tratando-se especificamente no caso do INBI-SU.

A cartografia sistemática apareceu como abordagem predominante nas orientações para o uso de mapas nos manuais de inventário, tanto no INBI-SU como no INRC. Em nosso ponto de vista, essa abordagem está coerente com a proposta central do INBI-SU, qual seja o

conhecimento da forma urbana dos sítios tombados, que parte do detalhamento da forma e da métrica do espaço, coadunando também com a visão de espaço por ele cunhada.

No INRC, os mapas não são tratados como ferramenta central que de fato influencie na condução do objetivo central do inventário - identificação de referências e bens culturais. A contribuição e uso dos mapas de fato se destinam mais à etapa da delimitação do sítio onde os bens e manifestações serão inventariados. No INRC, o sítio deve ser amplamente conhecido em vários aspectos para além do cultural, e, por isso, também se requer o uso de mapas temáticos relacionados a hidrografia, empreendimentos econômicos, áreas protegidas, vias de acesso entre outros temas. No entanto, não fica claro como isso contribui para o entendimento do bem cultural em si cuja dimensão espacial nem sempre é tratada como a mais relevante, excetuando-se aqui a categoria dos Lugares.

Ainda sobre a utilização de mapas no INRC, percebe-se certa lacuna deixada pelo uso expresso exclusivo da abordagem sistemática de cartografia, visto que a expectativa da pesquisa era de se esperar, devido à própria perspectiva do inventário, que se baseiam fortemente nos dados passados pelos informantes entrevistados, maior abertura para visão do usuário no processo de cartografar o patrimônio cultural.

Além da abordagem sistemática, que coloca em primeiro lugar a função de localização e orientação da representação cartográfica, observaram-se também outras diretrizes para o uso de mapas. Há indicação do mapa como ilustração figurando entre fontes bibliográficas a serem levantadas pela etapa da pesquisa histórica no INBI-SU, por exemplo. Mas o grande destaque dessa pesquisa foi encontrar a perspectiva que vê a cartografia como linguagem e o mapa como fonte histórica, conforme observado no caso do manual do INBI-SU, o qual a inclui na etapa da pesquisa histórica e dispõe de orientações e indicações de locais para sua realização.

Ao nosso ver, esta pesquisa fornece indícios que permitem reforçar a afirmativa de que a cartografia tem sido percebida e utilizada, no contexto dos instrumentos de identificação do patrimônio cultural, em sua acepção mais tradicional, como Cartografia Geral ou Sistemática e quase que exclusivamente como instrumento dos técnicos do instituto, notadamente os arquitetos, que precisam recorrer ao desenho técnico dos bens e suas áreas limítrofes, bem como áreas de entorno.

Em nossa avaliação, é preciso estar atento para outras abordagens que tenham nos mapas mais do que meras ilustrações pontuais dentro dos inventários com função única de

localização na superfície, objetivo central da cartografia nos estudos de Engenharia e Geociências, mas que não se demonstra suficiente nos estudos e ações voltadas para o patrimônio cultural em sua acepção mais contemporânea.

Por outro lado, a pesquisa possibilitou enxergar potencialidades para o campo cartografia em relação as práticas de preservação do patrimônio cultural em experiências diferenciadas como o projeto MAPEO, Cartografia cultural dos sítios sagrados do Noroeste Amazônico, tratado no último tópico do 3 capítulo.

Esta experiência constitui-se também em um instrumento de identificação do patrimônio cultural, e se diferem dos inventários no trato com mapas principalmente por trazer em sua própria concepção a ideia da cartografia como eixo central do projeto. Dessa forma, a cartografia sai da posição de ferramenta coadjuvante para localização de bens materiais que se relacionam com os patrimônios culturais, para assumir importância central no processo de identificação desses bens e referências culturais.

Para nós, a construção dessas novas experiências de identificação do patrimônio cultural foi facilitada pelas discussões travadas a partir da construção do Inventário Nacional de Referências Culturais. A partir da noção de configuração sócio espacial e da relevância dada a dimensão espacial das manifestações culturais que a metodologia promovida pela PNPI dá, é que foram lançadas as bases para pensar em novas formas de conhecer e reconhecer o patrimônio além dos tradicionais inventários, cadastros e estudos de tombamento.

Dessa forma, acredita-se termos contemplado a intenção desta pesquisa, a qual pretendia evidenciar a importância dos mapas no processo de identificação do patrimônio cultural, destacando que estes podem ser vistos por diferentes perspectivas. Com a análise vislumbrou-se detalhes como o fato das diretrizes de uso da cartografia nos inventários desenvolvidos no âmbito do IPHAN são direcionadas à técnicos, notadamente, arquitetos, ou também que o INRC e o projeto MAPEO, lançaram bases para uma visão mais participativa da cartografia aplicada a identificação do patrimônio cultural.

Reitera-se, portanto, a impressão inicial de que mapas podem inspirar as metodologias de identificação de bens culturais, podem protagonizar processos de reconhecimento de territórios e referências culturais de grupos, como já acontece com os mapeamentos participativos na Amazônia desenvolvidos pelas ONGs. Tudo isso irá depender da noção de mapa que será incutida no trabalho. Se pensarmos nos mapas como linguagem de

conhecimento do espaço sendo esse espaço constituído a partir de relações sociais, então os mapeamentos vêm informar que relações estão constituindo patrimônios.

REFERÊNCIAS

ICA, A strategic plan for the International Cartographic Association (2003-2011). Reunião da Assembleia Geral do ICA em Durban, Africa do Sul, 2003.

ACSERALD, Henri. Introdução e 1º artigo. In: ACSERALD, H (Org). **Cartografias sociais e território**. Rio de janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.

ANDERSON, Paul S. Princípios de Cartografia Básica. Vo 01. 1982.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. 2a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, E.; CARNEIRO, A. F. T. A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo. In: **Boletim de Ciências Geodésicas**, América do Norte, 15, set. 2009. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/bcg/article/view/15506/10357. Acessado em: 05 Ago. 2013.

ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edison. Correntes da Cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. **Geografia. Londrina**. v 11, n. 2, 2002. (p. 161- 170)

ARCHELA, Rosely Sampaio. Cartografia contemporânea e novas tecnologias. In: ARCHELA, R. S.; FRESCA, T. M; SALVI, R F. (org). **Novas Tecnologias. Londrina**: Ed UEL, 2001.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, 2000

BERTIN, . Theórie de la communication et théorie gaphique. In: MORAZÉ, Melanges Charles; PRIVAT, Toulose. **Teoria da comunicação e teoria da representação gráfica**. FFLCH-USP, 1978.

CÂMARA, G.; DAVIS.C.; MONTEIRO, A. M.; D'Alge, J. C. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos, INPE, 2001.

CHOAY, Françoise. Monumento e Monumento Histórico. In: _____. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p.11-29.

CHUVA, Márcia. Entre Vestígios do Passado e Interpretações da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In: CHUVA, M. (Org). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. IN: **Revista Topoi**. Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez. 2003, p. 313-333. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acessado em: 03 out.2012, às 00h06min.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRÁFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário cartográfico e noções de Cartografia**. IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 28 de Março de 2014, às 17h.

DANTAS, M. Economia da Informação. In: WILLIAMS, R. **PALAVRAS-CHAVE: um Vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 415-420.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de Cartografia**. 2 ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2002.

FERREIRA, A. C. S.; CARNEIRO, A. F. T.; PAIXÃO, S. NICHOLS, S. Ciências Geodésicas num contexto social ampliado. In: **Anais do II Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da GeoInformação**. Recife, 2008. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOII_CD/Organizado/cad/103.pdf>. Acesso em: 05 de maio 2013.

FONSECA, Fernanda Padovesi. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia**. 2004. 250f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/pt-br.php>. Acessado em 03 de Abril de 2014 as 19 h.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. IN: AUTOR. **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2006 (Edições do Patrimônio). p. 85-97.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma Cartografia geográfica crítica. **Revista**

Geografica de America Central (online), v. 2, p. 2019-4758-1-SM, 2011. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index. php/geografica/article/viewFile/2019/1918>. Acessado em 27 de junho de 2014 as 23h53min.

HARLEY, J. B. **Deconstructing the map**. Canadá: Cartographica, 1989.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. IN: **Confins** [Online], 5 | 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acesso em 02 de Março de 2013, às 00h:02m.

LEAL, Claudia Baeta; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural**. Volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, no prelo.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e Cartografia temática**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

MATIAS, Lindo Fonseca. **Sistema de Informações Geográficas (SIG): teoria e método para representação do espaço geográfico**. Tese de Doutorado em Geografia. FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 313p.

MATIAS, Lindo Fonseca. **Por Uma Cartografia Geográfica - Uma Análise Da Representação Gráfica Na Geografia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

MATIAS, L.F. Geotecnologias e Patrimônio Arquitetônico: potencialidades no mapeamento e análise para fins turísticos. In: PAES, Maria T. D. ; OLIVEIRA, M.R.S (Org). **Geografia, Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.p.81-111.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Ouro Preto, 2010.

MOTTA,Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. IPHAN/MinC, 1998.

NAKAMUTA, A. S. A trajetória de preservação dos bens móveis e integrados sob a ótica dos projetos institucionais de inventário. **Apresentação realizada durante o II Encontro de História da Arte**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, UNICAMP, março de 2006. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/ 2006/posgrad/(1).pdf> Acesso em 15 fev 2015.

PARDI, M. L. F. Arqueologia Urbana: alguns aspectos da prática na França. **Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira SABSUL**, 20006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=767>. Acesso em março de 2013.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, 1996, pp. 97-105.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, v. 1, p. 153-172.

SANTILI, Juliana. As indicações geográficas e as territorialidades específicas das populações tradicionais, povos indígenas e Quilombolas. In: LAGES, Vinicius. (org.) **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: Indicações Geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. 1ª. Ed. Brasília: SEBRAE, 2005, P. 189-203.

SCOLFARO, A., de OLIVEIRA, A. Gita, HERNÁNDEZ, N., GÓMEZ, S. (Orgs). Cartografia dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia / Primeiro informe de avanços. São Paulo: Instituto Socioambiental -- Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Minc -- Bogotá: Ministerio de Cultura de Colombia, 2013. (série Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez,2007.

SÁ-SILVA, J. R. S. ; ALMEIDA, C. D. ; GUINDANI, J.F. . Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em <http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em 09 de março de 2015.

SCHIMITZ, P. I. Arqueologia no Brasil. **Revista Habitus**. v.1.n.2 Goiânia. 2003. P.261-273.

SILVA, Angélica. **O mapeamento de referências culturais como instrumento de conhecimento e gestão do patrimônio brasileiro**. Dissertação produzida no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, 2013.

SORGINE, Juliana Ferreira (org.). **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2003.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. Geografia e conhecimentos cartográficos. In: SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. **A Cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

TAYLOR, D. R. Fraser. Uma base conceitual para a Cartografia: Novas Direções para a Era da Informação. **Caderno de textos – Serie Palestras**, São Paulo, v. 1, n.1 p. 11-24, ago. 1994.

THOMPSOM, Analucia *et all*. História e civilização material na Revista do Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2011.